

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

ÍCARO SILVA JATOBÁ

ESQUINA EDITORA: A ARTE DA ESCRITA PARA ALÉM
DO JORNAL *LAMPIÃO* (1978-1981)

Rio de Janeiro – RJ

2021

ÍCARO SILVA JATOBÁ

ESQUINA EDITORA: A ARTE DA ESCRITA PARA ALÉM DO
JORNAL *LAMPIÃO* (1978-1981)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, para a obtenção do título de Mestre em História, Política e Bens Culturais.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Moreira

Rio de Janeiro – RJ

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Jatobá, Ícaro Silva

Esquina editora: a arte da escrita para além do jornal Lampião (1978-1981) /
Ícaro Silva Jatobá. – 2021.
104 f.

Dissertação (mestrado) - Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio
Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.
Orientador: Angela Moreira.
Inclui bibliografia.

1. Brasil - História - 1964-1985. 2. Editoração - Brasil. 3. Editora Esquina. 4.
Homossexualidade e literatura. I. Silva, Angela Moreira Domingues da. II.
Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-
Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 981.063

ÍCARO SILVA JATOBÁ

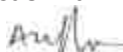
“ESQUINA EDITORA: A ARTE DA ESCRITA PARA ALÉM DO JORNAL LAMPIÃO (1978-1981)”.

Dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado em História, Política e Bens Culturais do(a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre(a) em História, Política e Bens Culturais.

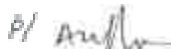
Data da defesa: 11/03/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

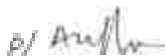
Presidente da Comissão Examinadora: Profª Angela Moreira Domingues da Silva



Angela Moreira Domingues da Silva
Orientador



Renan Honório Quinalha
Membro Externo



Flamarion Maués Pelúcio Silva
Membro Externo

Nos termos da Lei nº 13.979 de 06/02/20 - DOU nº 27 de 07/02/20 e Portaria MEC nº 544 de 16/06/20 - DOU nº 114 de 17/06/20 que dispõem sobre a suspensão temporária das atividades acadêmicas presenciais e a utilização de recursos tecnológicos face ao COVID-19, as apresentações das defesas de Tese e Dissertação, de forma excepcional, serão realizadas de forma remota e síncrona, incluindo-se nessa modalidade membros da banca e discente.



Celso Corrêa Pinto de Castro
Diretor



Antonio de Araujo Freitas Junior
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação FGV
Antonio Freitas, PhD
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação
Fundação Getúlio Vargas

Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.”

Guimarães Rosa, em *Grande sertão: veredas*.

AGRADECIMENTOS

Quando entrei no mestrado, imaginar a passagem de 24 meses parecia algo tão demorado e, agora, olhando para trás com o intuito de redigir um dos textos mais esperados dos últimos meses, me pego perdido entre tantos acontecimentos para tão pouco tempo. Quanta coisa pode acontecer durante os 2 anos de um mestrado? Muita coisa! Eu mesmo me respondo. Até mesmo uma pandemia que nos faz encarar um mundo completamente distópico. Mas vamos pelo começo...

Essa jornada começou em 2019 e foi fruto de muita dedicação e paixão. Diversos medos, certezas e incertezas me acompanharam nesse processo e tenho absoluta convicção de que sem a ajuda de algumas pessoas, seria uma tarefa ainda mais árdua.

Início agradecendo a paciência, colaboração e a amizade da minha orientadora, professora Angela Moreira. Certamente todos os nossos encontros, presenciais ou virtuais, foram fundamentais para uma melhor estruturação do nosso trabalho, mas, mais que isso, foram essenciais por serem, a todo momento, minutos de paz e serenidade. Agradeço também a paciência e carinho de Camila Gomes, uma grande amiga que o universo me deu. Juntos, pelo menos em 2019, nordestinos como somos, dividimos muito cuscuz em jantares e partilhamos de infinitos cafés na biblioteca, enquanto conversávamos sobre nossas pesquisas e amenidades.

Agradeço a colaboração dos entrevistados, Aguinaldo Silva, Alceste Pinheiro, Antonio Carlos Moreira, que foram fundamentais para a reconstituição histórica que propus fazer. Impossível não agradecer também pelo passado, pela garra e coragem de se assumirem homossexuais em tempos de repressão e construírem um dos principais jornais alternativos do país, o *Lampião da Esquina*. Sou grato também pela colaboração do autor Nívio Ramos Sales, que consegui encontrar depois de verdadeiro esforço investigativo, é sempre uma honra localizar fontes e ouvi-las.

Agradeço aos professores Flamarion Maués e Renan Quinalha pela generosa participação e contribuição na minha banca de qualificação. Foi um enorme desafio acadêmico apresentar o andamento do meu trabalho para pesquisadores que fazem parte do meu quadro teórico. Que responsabilidade!

Em um ano onde fomos obrigados a viver através da internet, sou grato aos amigos do grupo de WhatsApp “Endividades online”: Jessica, Natália, Fabiano, Marlon e Renan. Obrigado pelas risadas, festas *online*, cervejas e papos. Tudo isso foi, sem sombra de dúvida, oxigênio em um ano tão deletério como 2020. Gratidão também aos amigos do “Fake News” e

“Peripécias *online*”: Isabella, Julieta, Anna e Leandro. Nesses 2 anos, outros amigos também tornaram o Rio de Janeiro mais fácil, Ana Clara, Luan, Pedro, Kalix e, claro, o meu psicólogo Roberto Duque, muito obrigado.

Por último, mas não menos importante, àqueles que são minha saudade diária, meus pais, Assis e Maraina, aos meus avós maternos Marina e Zuca (*in memoriam*), às minhas irmãs Indira, Maira e Monalisa, aos meus sobrinhos Bernardo, Bryan e Luiz Henrique, à tia Mara e à minha prima Renata, muito obrigado pela frenética torcida e forte amor. Obrigado ao universo, por permitir mais uma conquista. Obrigado a mim, por ter vivido e sobrevivido a 2020. Como dizia Guimarães Rosa, o que a vida quer da gente é coragem.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar e apresentar a produção editorial de livros da Esquina Editora (1978-1981), durante o período histórico da ditadura civil-militar brasileira. Famosa por ser a editora de um dos principais jornais alternativos, o *Lampião da Esquina*, mostramos que a atuação da Esquina se deu para além do seu carro-chefe. Para isso, fizemos longa pesquisa documental e oral visando à reconstituição histórica da editora, em busca de identificar seu catálogo de lançamentos, seu cotidiano administrativo, o público leitor, além de mapear os desafios políticos e econômicos de ser uma editora de oposição. Pretendemos mostrar que a Esquina foi mais que oposição. Foi a primeira editora a destinar todo o seu catálogo à temática das homossexualidades e/ou sexualidade, em um período no qual o regime político e boa parte da sociedade fomentava a estigmatização das vivências homossexuais.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Editoras de Oposição; Homossexualidades; Literatura Marginal; Sexualidade.

ABSTRACT

This work aims to identify and present the collected works of Esquina Publishing Company between 1978 and 1981, during the period of Brazilian military dictatorship. Famous for being the publishing company of one of the most popular alternative newspapers, the *Lampião da Esquina*, we show that Esquinas's work was important beyond its main newspaper. We conducted a long documentary and oral research aimed at the historical reconstruction of the publisher, in search of identifying its launch catalog, its administrative routine, the reading public, in addition to mapping the political and economic challenges of being an opposition publisher. We intend to show that Esquina was more than political opposition; it was the first publishing company to provide a voice to the homosexual community and explore issues of sexuality, within a period where the political regime and society stigmatized homosexual experiences.

Key words: Dictatorship; Homosexuality; Opposition publishing companies; Marginal literature; Sexuality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Operação Limpeza	21
Figura 2 – Tabela de obras submetidas à DCDP	30
Figura 3 – Anúncios de livros de Cassandra Rios	43
Figura 4 – Catálogo de livros à venda no <i>Lampião</i>	44
Figura 5 – “Dois livros para quem gosta realmente de mulher”	46
Figura 6 – Catálogo de livros à venda no <i>Lampião</i>	47
Figura 7 – Anúncio de livros na seção “Tendências”	50
Figura 8 – Anúncio do livro <i>Shirley</i> de Leopoldo Serran.....	51
Figura 9 – Anúncio do livro <i>Histórias de amor</i>	54
Figura 10 – Anúncio expandido do livro <i>Histórias de amor</i>	55
Figura 11 – Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) de dezembro de 1979.....	61
Figura 12 – Termo de encerramento de processo.....	62
Figura 13 – Calendário Homens Nus	67
Figura 14 – Lançamento de <i>Escola de libertinagem</i>	69
Figura 15 – Dzi Croquetes no Teatro Rival em 1980.....	70
Figura 16 – Anúncio de <i>Prova de fogo</i>	71
Figura 17 – Anúncio de <i>A bicha que ri</i>	71
Figura 18 – Capa e quarta capa do livro <i>Escola de libertinagem</i>	79
Figura 19 – Anúncio de <i>Escola de libertinagem</i> no <i>Jornal do Brasil</i>	79
Figura 20 – Convite de lançamento <i>Prova de fogo</i>	83
Figura 21 – Capa e quarta capa do livro <i>Prova de fogo</i>	84
Figura 22 – Capa e quarta capa do livro <i>A bicha que ri</i>	88
Figura 23 – Charges de Levi em <i>A bicha que ri</i>	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Catálogo de livros da Esquina Editora.....	72
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1 OS ANOS 1970 E A “ABERTURA POLÍTICA”	8
1.2 Os movimentos sociais dizem: “Chegou a nossa vez, queremos falar”	15
1.1.2 Onde falar?	22
1.3 Quem não lê, não vê.....	27
2 LIVROS COMO OPOSIÇÃO NA DÉCADA DE 70.....	33
2.1 A Esquina iluminada pelo <i>Lampião</i>	36
2.1.1 A literatura no <i>Lampião</i>	40
2.2 A editora que começou sem lançamentos	51
2.3 Havia uma ditadura no meio de caminho.....	57
3 AS OBRAS LAMPIÔNICAS	65
3.1 Gráfica, envio postal e a venda de livros pela Esquina	73
3.2 O livro para além do autor	76
3.3 <i>Escola de libertinagem</i> – Marquês de Sade	77
3.4 <i>Prova de fogo</i> – Nívio Ramos Sales	81
3.5 <i>A bicha que ri</i> – Francisco Bittencourt	87
3.6 Os caminhos da pesquisa – aproximação com as fontes.....	90
Considerações finais.....	94
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo conhecer mais sobre uma editora que foi ponto de encontro de diversos homossexuais nos anos finais da década de 1970, principalmente pelas folhas do seu principal produto, o jornal *Lampião da Esquina*. Mas, de forma diversa de outros trabalhos, não teremos o *Lampião* como objeto central desta análise. Embora o jornal tenha se mostrado fundamental para o desenvolvimento do nosso estudo, temos a pretensão de trilhar um caminho diferente, visitando e conhecendo a responsável por iluminar tantas esquinas: a Esquina Editora.

Ao longo da história, os livros atuaram como potenciais transformadores de pessoas e sociedades. Por meio de alguns deles podemos conhecer um mundo inédito, uma nova gente, novas e velhas realidades de forma mais robusta. Por todo esse poder, as autoridades sempre souberam dos riscos que os livros poderiam representar para seus projetos políticos e, ao longo dos séculos, técnicas censórias foram utilizadas por diversos regimes, promovendo perseguições, apreensões e incinerações de obras literárias em praças públicas.

No Brasil, a censura prévia para livros¹ foi regulamentada em 1970, pelo Decreto-lei nº 1.077, assinado pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Com o decreto em vigência, livros que ferissem a ideia moral brasileira prevalecente à época estavam sujeitos aos mais diversos arbítrios, como se não bastasse a subjetividade do conceito moral. O historiador Carlos Fico (2004) chama a atenção para a existência de dois tipos de censuras que permearam o regime militar e tiveram seu auge em momentos distintos – aqui achamos necessário destacar que, embora ocorra tal divisão, ambas formas de controle faziam parte de um mesmo projeto político. O autor defende que, enquanto a censura da imprensa tivera ascensão no período que se convencionou chamar de “anos de chumbo” (1968-1973), a censura de diversões públicas, ou seja, a censura a filmes, peças de teatro, músicas e livros, teve seu clímax no final da década de 1970, portanto, nos anos já considerados (ainda que de forma controversa) de “abertura política”, desencadeado pelo 21º presidente da República, Ernesto Geisel (1974-1979).

É também na década de 1970 que percebemos o aumento considerável de jornais e revistas que atuavam como críticos intransigentes ao regime militar, denominados de imprensa alternativa. Nesse sentido, editoras de livros também passaram a atuar, pelo menos de modo mais engajado, como opositores à ditadura, assumindo linhas editoriais críticas ao regime e às

¹ Para o levantamento completo da história do livro no Brasil, consultar Hallewell (2017).

ideologias defendidas pelos militares, configurando o que Maués (2013) denomina de editoras de oposição.

A imprensa alternativa e essas editoras, tornaram-se canais de comunicação e ponto de encontro de diversas personalidades. O *Lampião da Esquina* é um exemplo desse local de encontro onde as homossexualidades² se viam e lutavam por uma representação justa, sem estereótipos ou julgamentos conservadores, tanto das esquerdas, quanto das direitas. Percebe-se, no entanto, uma lacuna nas análises a respeito da Esquina Editora, responsável não só pela produção do jornal, mas também por publicações de livros. Dessa forma, esperamos que esta pesquisa possa contribuir com o preenchimento desse espaço, que, indubitavelmente vai além da produção de um jornal.

Desse modo, temos como objetivo identificar a produção editorial de livros da Esquina Editora Ltda., durante o período histórico da ditadura civil-militar brasileira. Assim, pretendemos apresentar também, os desafios econômicos e políticos de produzir livros que contemplavam a temática homossexual ou de liberdade sexual e analisar dados objetivos relativos ao funcionamento cotidiano da editora, como o armazenamento das obras, orçamento, distribuição, divulgação e repercussão das produções da Esquina na imprensa.

Para isso, além de uma firme revisão bibliográfica a respeito do mercado editorial e do movimento homossexual brasileiro, contamos com entrevistas de figuras que fizeram parte do *Lampião da Esquina* e da Esquina Editora, como os jornalistas Aguinaldo Silva, Alceste Pinho, Antonio Carlos Moreira e o autor Nívio Ramos Sales, escritor de uma das obras literárias editadas pela Esquina. Conseguimos apresentar com uma riqueza de detalhes, em boa medida por parte dessas entrevistas exclusivas, a forma de atuação da Esquina Editora e suas sequenciais tentativas de tornar ativo um projeto editorial ambicioso para época.

Dividimos nosso trabalho em três capítulos e, num primeiro esforço, achamos necessário apresentar os momentos que marcaram o início da década de 1970 com a saída de Médici e a chegada de Geisel ao poder. São analisados os resultados do suposto “milagre econômico” brasileiro, percebidos entre os anos de 1969 a 1973, e a sua influência sobre o mercado editorial. É importante também, o registro da primeira crise do petróleo em 1973 e a segunda crise econômica em 1979, pois se configuraram como fortes desafios para o setor editorial, tendo em vista que muitas editoras tiveram de lidar com o custo político por atuarem como oposição.

² De acordo com Quinalha (2017), empregava-se à época o termo homossexualidades para os gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. O termo foi utilizado até início dos anos 1990.

Além disso, estudos de pesquisadores como James Green (2014, 2019), João Silvério Trevisan (2018) e Renan Quinalha (2015, 2017, 2018) permitiram a revisão sobre o ressurgimento de diversas forças sociais que, a partir de meados da década de 1970, se reencontraram nas ruas e nas assembleias, modificando as estratégias de luta contra o regime militar e favorecendo o fortalecimento de movimentos sociais, a exemplo do movimento homossexual, que lutava contra os conservadorismos responsáveis pela exclusão social de inúmeros *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

No segundo capítulo, intitulado “Livros como oposição na década de 70”, nos debruçamos sobre o uso dos livros e da literatura como forma de atuação política nos anos finais da década de 70, período de inauguração da Esquina. Assim, apresentamos o modo como essa literatura esteve presente no *Lampião da Esquina* e auxiliou as homossexualidades a se verem representadas em obras literárias. Além disso, mostramos quando e como a ditadura esteve farejando as atividades da editora.

É no terceiro capítulo, “As obras lampiônicas”, que reconhecemos as motivações políticas e econômicas da Esquina, apresentamos o catálogo de lançamentos e identificamos os principais desafios enfrentados pela editora durante os anos de 1978 a 1981. De antemão, o conjunto de obras lançadas foi muito pequeno, mas não diminui a relevância da iniciativa, sobretudo pelo contexto histórico. Aqui as produções da Esquina Editora são analisadas de perto, o que nos permite identificar uma série de informações a respeito da atuação cotidiana da editora, como impressão, distribuição, armazenamento e vendas dos livros. Além disso, buscamos identificar a delimitação do que seria a “linha editorial” da Esquina Editora e de que modo as homossexualidades e a sexualidade foram temas abordados. Com isso, pretendemos revelar os aspectos essenciais relacionados ao funcionamento de uma editora fundamental para a história do movimento homossexual brasileiro, uma editora que contemplou as homossexualidades e usou a arte da escrita para ir além do *Lampião*.

1 OS ANOS 1970 E A “ABERTURA POLÍTICA”

O Brasil caminhava para o seu décimo ano de ditadura civil-militar, em 1974, e o que começara como promessa de ordem e progresso, mostrara a sua real face, ou seja, um regime ditatorial, com pretensão de legitimidade baseada em atos institucionais, expedidos entre os anos de 1964 a 1969, que fundamentou o processo de hipertrofia do Poder Executivo.³ A partir da ascensão do novo presidente, Ernesto Geisel, um suposto projeto de “abertura política” foi iniciado. Foi exatamente nessa época e cenário que surgiu a Esquina Editora. As sequenciais tentativas de silenciamento, por meio da censura, cassações de mandatos, perseguições de diversas naturezas, tortura, morte ou desaparecimento de opositores políticos por parte da ditadura, marcaram para sempre a história política do país.

Fundamentando a necessidade de sua existência no combate ao inimigo comunista, a ditadura criou todo um imaginário baseado no combate ao “perigo vermelho”. O “monstro comunista” estaria solto e, através das suas ideologias, pretendia corromper as mentes dos cidadãos brasileiros, até alcançar o poder.⁴ Os militares “revolucionários” deveriam estar atentos ao professor, ao aluno, ao camponês, deveriam estar dentro da Igreja, no âmbito dos três poderes, nos partidos, sindicatos e, obviamente, na imprensa, veículo que os comunistas teriam posse para difundir sua ideologia tão contrária ao povo brasileiro (MARCONI, 1980).

É importante lembrar que o dispositivo censório não surgiu a partir do golpe de 64. Ao longo da história brasileira a censura serviu como instrumento de controle político por diversos governos, a exemplo do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que fez uso da censura para evitar críticas à sua gestão ou notícias que pudessem provocar ameaça à ideia de ordem política e social (HALLEWELL, 2017). Do mesmo modo, de acordo com Fico (2002), atuava a censura prévia das diversões públicas, que mantinha sob controle, desde 1946, livros e revistas, sendo ampliada à TV pelo regime militar de 1964.

O período que ficou conhecido como “anos de chumbo” marcou na história a crueldade do sistema ditatorial brasileiro, com a intensificação de abusos e violações de direitos para com determinados setores sociais. Nesse mesmo momento a propaganda governamental concentrava esforços no chamado “milagre econômico”, expressão que foi utilizada como sinônimo de crescimento econômico e financeiro. A análise do período é fundamental para percebermos as

³ Para mais informações sobre o processo de institucionalização do regime ditatorial ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

⁴ Para melhor entender a construção do imaginário do “perigo vermelho” na sociedade e na política brasileira, em perspectiva histórica, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

expansões e contrações econômicas e do regime como um todo, pois, como veremos, causou forte impacto sobre o desenvolvimento do mercado editorial brasileiro.

Segundo Earp e Prado (2003), sob o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) novas metas econômicas e fiscais foram traçadas pelo então ministro da Fazenda, Delfim Netto, e o ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso. Nesse período os números da economia mostraram resultados desejados e entre os anos de 1968 a 1973, o crescimento do Produto Industrial foi sempre superior ao do PIB, assim como a balança de comércio exterior, que, em 1973, somava-se em US\$ 6,2 bilhões.

A principal marca do “milagre” foi, obviamente, o caráter inesperado das elevadas taxas de crescimento [...] De fato, depois de apresentar um crescimento pífio desde 1962, o PIB brasileiro ficou na faixa dos dois dígitos entre 1968 e 1973. Ao mesmo tempo, a taxa de inflação ficou entre 16 e 27%, os menores índices obtidos no período entre 1959 e 1994. E, para complementar o quadro milagroso, o comércio exterior mais do que triplicou (EARP e PRADO, 2003, p. 222).

Como a promessa era transformar o país em “nação desenvolvida”, o endividamento externo não poderia ser visto como um empecilho. O desenvolvimento da indústria petroquímica, de eletrônicos e uma complexa rede de grandes obras públicas,⁵ como pontes, rodovias, portos e hidrelétricas passaram a fazer parte da política desenvolvimentista de Médici. Ainda de acordo com Earp e Prado (2003), a facilidade para tomada de empréstimos, tanto no setor público, como no setor privado, facilitou o substancial aumento do endividamento, chegando a cifra de US\$ 12,6 bilhões em 1973, número que foi mais que triplicado no final dos anos 70. Segundo Silva (2003), o conceito de país desenvolvido foi amplamente divulgado na imprensa e o *slogan* “Brasil, ame-o ou deixe-o” passou a fazer parte de uma tática intimidadora, ditando que quem não concordasse com o regime vigente, se calasse ou deixasse o país.

Como apontado em Gaspari (2014a), a situação era de ampla oferta de emprego e com bons salários, o que permitiu um aumento no consumo de bens duráveis. Entre 1970 e 1972, o número de brasileiros com automóvel subiu de 9% para 12%, e o de residências com televisão atingiu a marca de 34%. Dessa forma, o governo tinha real interesse em intensificar sua agenda econômica, privilegiando relações com o mercado e afastando críticos. O regime político acentuou as ferramentas repressoras sob forte apoio do empresariado, não buscou legitimidade na política, a situação econômica era seu principal trunfo.

⁵ Para mais informações sobre a política que favoreceu o setor da construção civil e grandes empreiteiros, ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Rio de Janeiro: Faperj/UFF, 2014.

Ainda de acordo com o autor, com as mudanças econômicas, novos quadros sociais foram se desenhando e problemas antigos ganhando forte contorno. A desigualdade na distribuição de renda passou a ser ponto de inferência das correntes econômicas oposicionistas ao modelo governamental que, por sua vez, se defendia alegando que o aumento provisório de desigualdade era normal, tendo em vista o recente deslocamento de pessoas menos qualificadas para os grandes centros. Nessa toada, os grandes meios de comunicação ufanavam o “milagre econômico” brasileiro e qualquer crítica era resolvida fazendo-se uso da censura.

Assim, as ferramentas de censura atingiam a todos que se dispusessem a fazer críticas ao regime, como aconteceu com o economista Paul Samuelson, do Massachusetts Institute of Technology, no final de 1973, ao fazer uma previsão sobre o cenário econômico brasileiro na nona edição do livro *Economics*:

[...] Quando uma economia populista vai mal, com inflação e desemprego, surge o desejo de que os fascistas assumam o poder, “restaurando a ordem e promovendo o desenvolvimento econômico?” Arre, quase sempre a resposta é: sim (GASPARI, 2014a, p. 259).

Samuelson referia-se ao cenário econômico que antecedeu o golpe de 1964, e continuou:

[...] Mais entristecedor é testemunhar o sucesso econômico ocasional de tais regimes ditatoriais – coisa de curto prazo. Assim, nos anos 70 o regime militar brasileiro pode ter batido duro nos professores, nos intelectuais e na imprensa livre. Mas como as pessoas diziam no tempo de Mussolini: “Pelo menos os trens andam na hora”. [...] Na vida real, o fascismo é incapaz de realizar até mesmo seu próprio projeto (GASPARI, 2014a, p. 259).

Ainda de acordo com Gaspari (2014a), a editora Agir era a responsável pela publicação do livro no Brasil, e provando a veracidade do ditado que diz “o diabo mora nos detalhes”, o detalhe desse fato era a amizade do proprietário da editora, Cândido Guinle de Paula Machado, com o braço direito de Geisel, o general Golbery do Couto e Silva. Logo a editora norte-americana de Samuelson foi informada que o texto era demasiadamente ofensivo ao país e que, para a publicação acontecer, o caminho não seria ocultar, mas sim reformular o texto.

Segundo o autor, Samuelson optou pelo afastamento do conceito do regime militar brasileiro com a discussão do fascismo, embora nesse curto período em que foram discutidas as proibições do texto de Samuelson, o serviço de repressão tenha matado 11 pessoas, sendo nove militantes nas cidades e um casal integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN) no Destacamento de Operações de Informação (DOI) paulista.

De acordo com Marconi (1980), o fato das grandes empresas de comunicação do país estarem restritas às vontades das classes dominantes, fez com que boa parte dessa imprensa,

conservadora e capitalista, apoiasse o golpe militar de 1964. O autor afirma que, o grupo Abril, grupo Globo, Diários Associados S.A., *O Estado de S.Paulo*, grupo Folha, grupo Bloch e o grupo *Jornal do Brasil* formavam os grandes oligopólios responsáveis por informar mais de 100 milhões de brasileiros. Para o autor, essa concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucas pessoas foi benéfica ao governo, à medida que este podia controlar a produção e distribuição de conteúdo mais de perto, sobretudo fazendo uso da Lei de Imprensa, que permitia duras ações por parte do regime, como a própria censura prévia às publicações que atentassem à moral e aos bons costumes, censura às publicações vindas do exterior, além da prisão por até 12 anos aos jornalistas que atentassem contra a segurança nacional.

Para o autor, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), publicado em 1968, a grande imprensa teve receio de denunciar os abusos do regime e evitava comentar sua máquina repressiva. Nesse sentido, Gaspari (2014a) revela que desde o recrudescimento do regime em 1968, o governo Médici atingira números alarmantes de repressão, acumulando em 3 anos, aproximadamente 2.500 denúncias de torturas e morte de 120 pessoas, contra 1.500 denúncias e 59 mortes dos seus dois antecessores, Costa e Silva e Castelo Branco, portanto, as maiores quantias em 8 anos de regime. Aqui entendemos que a quantificação da violência é uma forma de registrar as práticas violadoras de um regime e, portanto, não se trata da isenção de responsabilidade sobre aqueles que tenham cometido menores números de agressões contra cidadãos.

A poucos meses de encerrar o mandato de Médici, uma nova crise econômica mundial mostrou as fragilidades econômicas de vários países e as fendas do “milagre” brasileiro, que dependia primordialmente da importação de petróleo. De acordo com Gaspari (2014a), em 1973 os países produtores de petróleo subiram o preço do barril de US\$ 2,90 para US\$ 11,65, o que significava uma retenção de US\$ 2 bilhões anualmente para o Brasil. Completamente absorvido pela retórica do “milagre econômico”, o governo Médici findava sem assumir os verdadeiros desafios que a economia brasileira teria de enfrentar nos anos subsequentes, e se apegava nos bons números da economia até 1973.

Começava a ser ventilado nos bastidores de Brasília um novo nome para a substituição de Médici. De acordo com Silva (2003), a esta altura a oposição entendia que dificilmente seria possível alcançar a democracia com a abrupta derrubada da ditadura brasileira, e já se havia superado, em parte, os ideais de guerrilha urbana e rural. O desejo de Médici, alinhado com interesses do alto escalão do Exército, levou o 21º presidente da República e quarto da ditadura, ao poder. Segundo Gaspari (2014a), para Médici, o fato de Ernesto Geisel não ser general da

ativa e também ser empresário, significava avanços do regime em direção a uma “transição”.

Ainda de acordo com o autor, para Geisel, o importante era concluir os seus 5 anos de mandato com a ideia de continuação melhorada do governo. O novo presidente apreciava a ditadura como fonte de força e coerção, e demonstrou durante todo o seu mandato que, ditadura boa, era a ditadura que ele comandava. Gaspari (2014a) revela que Geisel sabia que encontraria problemas econômicos, como a alta da inflação, além disso, sabia também que não poderia abrir mão do AI-5 de forma imediata. Estava ciente da política de extermínio vinda dos órgãos repressores e do centro de poder da ditadura, como comprova o documento⁶ colocado em circulação pelo professor de Relações Internacionais Matias Spektor, onde o próprio Geisel autorizava o então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), João Baptista Figueiredo, a continuidade da política de execuções sumárias.

Geisel almejava manter o bom desempenho econômico como prioridade do seu governo, e mesmo sabendo que isso era praticamente impossível, garantiu o abafamento da realidade através da censura:

De ordem superior, fica terminantemente proibida a divulgação, através de meios de comunicação social, escrito, falado e televisado, notícia, comentário, transcrição, entrevista, comparações e outras matérias relativas à recessão econômica. Fica igualmente proibida a divulgação de análises, resultados, ainda que hipotéticos, sobre a recessão econômica (MARCONI, 1980, p. 279).

Como apontado em Silva (2003), o sucesso econômico do governo Médici direcionou Geisel à abertura política. Para o autor, a crise econômica gerida por Geisel foi um determinante para a velocidade da abertura, que necessariamente deveria ser “lenta, gradual e segura”, a fim de evitar recuos e assim facilitar novas radicalizações no corpo militar. A abertura também deveria garantir pilares básicos de sustentação ao regime, e sobretudo, garantir salvaguardas aos militares. Apesar do nome, não significava livre passagem para os oposicionistas, especialmente, os de esquerda.

Assim como no início da década de 1960, os números difíceis provenientes da inflação bateram à porta do governo. A carestia,⁷ fenômeno que acompanhou a ditadura, se acentuou com a furada do “milagre econômico” no governo Geisel. “A gasolina e a carne de segunda haviam dobrado de preço, o leite subira 33%” (GASPARI, 2014a, p. 420). Segundo Gaspari

⁶ Para acessar o documento citado: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite>

⁷ Para saber mais sobre a economia popular e a função da Justiça Militar no julgamento de supostos crimes do setor, ver: SILVA, Ângela M. D. da. Justiça e ditadura militar no Brasil: o julgamento dos crimes contra a economia popular. *Diálogos*, v. 18, n. 1, p. 51-73, 2017.

(2014a), o ano de 1974 fechou com derrotas que demarcariam os anos seguintes do mandato de Ernesto Geisel, como o aumento no endividamento público e o perceptível aumento da oposição legal através do MDB que, nas eleições daquele ano, elegeu 186 congressistas, número suficiente para barrar projetos na Câmara e acirrar disputas de poder entre os militares.

O processo repressivo continuava em atuação com prisões, torturas e mortes. Segundo o projeto Brasil: Nunca Mais (1985), da Arquidiocese de São Paulo, a tortura foi amplamente utilizada no regime militar brasileiro, sem levar em consideração sexo, idade, condição social ou situação psicológica do suspeito. Ainda de acordo com o projeto Brasil: Nunca Mais (1985), pelo menos até 1977, somavam-se 6.016 denúncias de tortura, entre elas choques elétricos, espancamentos, violência sexual e afogamento. Segundo Gaspari (2014a), em 1975, as denúncias de tortura chegaram a 585, contra 67 do ano anterior, dado importante para demonstrar que, embora existisse o anúncio e a expectativa de um projeto de abertura, isso não significou, pelo menos nesse momento, o desuso do sistema repressor.

As tensões econômicas e políticas continuavam a marcar a complexidade do governo Geisel e, em mais uma ação calculada, periódicos da grande imprensa sentiram os efeitos de um significativo abrandamento da censura prévia. De acordo com Marconi (1980), a suspensão da censura prévia beneficiou, principalmente, aqueles periódicos que tinham conveniência econômica com o regime, a exemplo de jornais como *Jornal da Tarde*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e outros. O autor chama a atenção para os detalhes da Lei de Imprensa, que continuava valendo e censurando qualquer crítica ao regime.

Fortalecendo sua técnica pendular de governo, Geisel usou do sistema para controlar o aumento da oposição legal nas eleições seguintes, as municipais de 1976. Ainda de acordo com o projeto Brasil: Nunca Mais (1985), o presidente fez uso da Lei Falcão⁸ para limitar a propaganda eleitoral em rádios e TV e, para as eleições de 1978, garantiu o recesso do Congresso um ano antes do pleito, fazendo uso do AI-5 para concluir mudanças na Constituição que favoreceriam o regime. Essa manobra ficou conhecida como Pacote de Abril e serviu para esfriar os setores que se animavam com a promessa de abertura democrática.

[...] O processo de abertura política se veria paralisado por uma série de crises institucionais geradas no interior do próprio poder militar. Por sua vez, a crise financeira e econômica avolumava-se enquanto a nova liberdade de expressão, em especial em torno da imprensa *nanica* – um grupo importante de jornais de oposição, tais como *O Pasquim*, *Politika*, *Versus*, *Movimento*, *Opinião* etc. –, denunciava o endividamento do país e a persistência da ação da comunidade de informações (SILVA, 2003, p. 269).

⁸ Lei de 1976, de autoria do ministro da Justiça, Armando Falcão. A lei limitava a atividade eleitoral pelo rádio, televisão e eventos de rua (GASPARI, 2014b).

Ataques com bombas passaram a ser frequentes, a exemplo das que foram instaladas, em 19 de agosto de 1976, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sendo que esta última apresentou falha no momento da explosão. Parte do governo vigente tinha interesse em culpar as esquerdas pelas bombas, no entanto, os responsáveis pelos ataques eram os terroristas de direita, que, embora estivessem tão perto, o governo Geisel pouco fez para identificá-los, como se observa do posicionamento do Serviço Nacional de Informações (SNI): “Admite-se que a causa principal seja a presença de comunistas em diversos setores das empresas que dirige” (GASPARI, 2014b, p. 274).

Com as manobras do Pacote de Abril vigentes, o “perigo” do aumento da oposição legal estava, teoricamente, abafado, porém, um novo problema surgiu para o regime, e ele vinha das ruas. A partir de 1977 os estudantes voltaram a ocupá-las e com métodos diferentes daqueles apresentados nas reivindicações de 1968. Protestavam pelo restabelecimento das liberdades democráticas e por anistia, ideia força que circulava como pauta de reivindicação desde 1975, quando o Movimento Feminino pela Anistia deu os seus primeiros passos (GASPARI, 2014b).

A mobilização estudantil atingiu cerca de 50 mil jovens de diversas cidades e contou com o apoio de boa parte da sociedade. Não diferente de outras manifestações sociais, os estudantes também foram alvo de repressão. Em um dos encontros estudantis, no ano de 1977, que acontecia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mil soldados fecharam o cerco sobre 2 mil estudantes, forças completamente desproporcionais, que resultaram em 1.700 detidos, salas deterioradas e espancamentos. Para os militares, o movimento estudantil desse período ainda estava sendo incentivado pelo movimento comunista, onde Gaspari resume: “Combatendo o passado (o fantasma de 1968), não entendia o presente” (GASPARI, 2014b, p. 451).

Uma nova esquerda ascendia no campo político e uma parte dela atuava valorizando as experiências subjetivas das relações pessoais, defendendo a democracia participativa sem intermédio de partidos ou sindicatos, empregando críticas contundentes ao marxismo, além de questionar a falta de representação das minorias sociais nos quadros vigentes até então. Representavam, em si, a vontade de falar com suas próprias vozes, sobre seus próprios problemas (ARAÚJO, 2000).

Outro grupo também iniciava agitações e a luta por reposição salarial foi o principal motivo que colocou em cena os sindicatos do ABC Paulista. Segundo Sader (1988), as lutas no chão de fábrica foram capitaneadas para a autoafirmação dos grupos operários como sujeitos políticos. Para Meneguello (1989), as greves trabalhistas de 1978, 1979 e 1980 representaram

a técnica de luta desse novo sindicalismo, portanto, mais reivindicativo, logo se transformando em movimento social.

Fatores externos também impulsionaram o processo de redemocratização no país, como a eleição do presidente norte-americano, Jimmy Carter, em janeiro de 1977. A virada de chave no apoio estadunidense estava justamente no fato de Carter criticar os países que desrespeitavam os direitos humanos e, com a série de denúncias no colo do governo brasileiro, os Estados Unidos, que em 1964 apoiaram o golpe, passaram a criticar o regime ditatorial brasileiro (GASPARI, 2016).

Deste modo, com esse breve panorama dos anos que abrangeram o governo Médici e Geisel, conseguimos dimensionar os principais desafios das oposições, das esquerdas políticas aos estudantes e de grupos sociais historicamente perseguidos, como de mulheres e homossexuais, em meio a técnicas altamente repressoras. Compreendemos um pouco mais como os bons resultados do suposto “milagre econômico” influenciaram, num primeiro momento, a adesão de alguns setores civis ao governo militar, ao mesmo passo que, a partir das crises econômicas de 1974, esses mesmos setores passaram a ver o governo com outros olhos. Como apresentado, a partir dos anos finais da década de 1970 o movimento sindical recuperou fôlego, nesse mesmo período surgiram uma leva de novos movimentos sociais, como o movimento negro, movimento feminista e o movimento homossexual, esse último merece atenção e destaque no próximo tópico. É também, o período que marca o início do periódico *Lampião da Esquina*, carro-chefe da Esquina Editora.

1.2 Os movimentos sociais dizem: “Chegou a nossa vez, queremos falar”

Muitos historiadores apresentam o governo Geisel como o governo da abertura política, no entanto, como vimos no tópico anterior, esse processo não se deu de maneira imediata e nem livre das repressões, torturas e refluxos políticos. A todo instante a ditadura necessitava reforçar no imaginário da sociedade a ação de um inimigo para justificar a sua própria existência. Como apresentado em diversos estudos sobre o período, membros dos partidos de esquerdas, políticos do MDB, jornalistas e estudantes foram alvos de repressão (REIS, 2005; VENTURA, 2013; GASPARI, 2014a, b).

A partir daqui, iremos deter o nosso olhar em um grupo social que também esteve como alvo das políticas repressoras da ditadura, os considerados dissidentes da moral e dos bons costumes aos olhos conservadores, sobretudo no que diz respeito à sexualidade. Resolvemos

unir neste tópico dois grandes agentes na luta pela democracia, os periódicos alternativos e a ascensão dos movimentos sociais, que movimentaram a década de 1970.

Durhan (1984) define os movimentos sociais como uma forma particular de mobilização social, que difere das formas de constituição dos partidos políticos e sindicatos, sem necessariamente torná-los modos de mobilização inferiores. Para a autora, a principal forma de articulação dos movimentos sociais se dá pelas carências comuns entre os seus integrantes, o que, de certa forma, os coloca em situação de igualdade. A carência comum, conseqüentemente, torna-se objeto de direito.

Como as carências podem ser definidas de diferentes modos em diferentes níveis, os movimentos sociais constituem formas muito flexíveis de mobilização, que operam “cortes” muito diversos uns dos outros, definindo *coletividades* de tipo muito diferente (desde “as mulheres”, “os homossexuais” ou “os negros”, até “os moradores de uma rua”, “os frequentadores de um parque público” ou “os usuários de um serviço”) DURHAN (1984, p. 27, grifo da autora).

Com a relativa abertura política, a ascensão das novas esquerdas no Brasil reivindicava a fala de si, sem representação direta, desse modo, uma gama de novos movimentos sociais foram ganhando espaço para apresentarem suas especificidades. Segundo Araújo (2000), era comum em países da Europa os movimentos da nova esquerda surgirem em oposição à esquerda tradicional, mas no Brasil, essa lógica se deu um pouco diferente na década de 1970, tendo em vista o próprio regime militar. A principal crítica dos novos movimentos sociais à esquerda, se concentrava na questão do conservadorismo ortodoxo esquerdista, que custava a aceitar a liberdade sexual reivindicada pela juventude. A autora defende que, embora tivessem fortes atritos com a esquerda tradicional, os novos movimentos não romperam de imediato com a tradição marxista, o afastamento foi gradualmente executado, sendo o movimento feminista uma das organizações mais influentes em meados dos anos 1970.

Assim como a censura não foi exclusividade da ditadura civil-militar de 1964, a discriminação contra os dissidentes de uma sociedade conservadora também não surgiu apenas a partir do golpe, no entanto, assegurados pela suposta necessidade de defesa da segurança nacional, a ditadura inaugurada em 1964 impulsionou técnicas diretamente repressoras, não só políticas, mas também morais, ao atrelar, por exemplo, a imagem de homossexuais a uma sociedade degenerada (QUINALHA, 2018).

É necessário reconhecer que a censura sistemática de diversões públicas foi amplamente instrumentalizada após a tomada de poder pelos militares, assim, agentes da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) eram os responsáveis por limitar a circulação de livros, revistas, filmes e peças de teatro que atentassem à moral brasileira (FICO, 2002). Ademais, o governo

militar alimentou, com discursos, a necessidade de se restabelecer a moralidade e os bons costumes da sociedade, que o inimigo dissidente colocava em xeque. Assim resumiu o ministro da Justiça do governo Médici, Alfredo Buzaid:

O comunismo é verdadeiro camaleão: muda de cor segundo as conveniências [...] O comunismo instila sutilmente veneno para desintegrá-la. Mina a família através da desenfreada propaganda do sexo, do amor livre e da obscenidade. Penetra na escola e difunde o tóxico para desfibrar a juventude. Procura dilacerar a severidade dos costumes através do teatro, do cinema, do rádio e da televisão. Espalha suas publicações por todas as livrarias [...] O mundo está dividido em dois hemisférios ideológicos antagônicos e conflitantes – o comunismo e o democrático – e o povo brasileiro já fez a sua opção secular nos primórdios da nacionalidade, pelos idos de 1500 (MARCONI, 1980, p. 14).

Depois da decretação do AI-5, uma das primeiras atitudes tomadas e que demonstrou a enorme repressão institucionalizada do governo contra homossexuais, foram as demissões e aposentadorias compulsórias de diplomatas e servidores do Itamaraty. Documentos obtidos pelo jornal *O Globo* (2009) no Arquivo Nacional, comprovam que a homofobia foi a principal causa de caça aos dissidentes dentro do órgão no ano de 1969, quando 13 diplomatas, oito oficiais de chancelaria e 23 servidores administrativos perderam os cargos compulsoriamente. As justificativas para tais demissões e afastamentos seriam: “Pela prática de homossexualismo”, “incontinência pública escandalosa” e “insanidade mental”. Outros motivos como “emocionalmente instáveis” e “alcoolismo” também foram usados como desculpas para as demissões. Outros dez diplomatas foram dirigidos aos cuidados médicos e psiquiátricos do Itamaraty e da Aeronáutica por serem “suspeitos de homossexualismo” (*O GLOBO*, 2009, 28 de jun., p. 10).

Portanto, a narrativa militar, alicerçada em valores conservadores, oportunizou o acirramento de um aparato moral, elevando ao *status* de política pública, o controle sobre a sexualidade, garantido pela legitimação do Estado. É nesse sentido que Quinalha (2018) apresenta o conceito de ditadura hetero-militar, considerando que o erotismo, a liberdade sexual, a pornografia e as homossexualidades – modo como era chamado à época o grupo de *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais – compunham o grupo dissidente do padrão heterossexual, representando, para os militares, uma estratégia subversiva dos comunistas, que feria frontalmente os valores morais da família brasileira.

Trevisan (2018) chama a atenção para esse conservadorismo, presente no meio militar, mas também nas elites civis políticas brasileiras, donas do poder político, econômico e religioso. Para o autor, foram essas elites que ao longo da história brasileira moldaram, inúmeras vezes com princípios moralizantes, a liberdade sexual. A exemplo de quando o

ministro da Educação de João Figueiredo, articulou uma campanha contra a pornografia nos primeiros anos de 1980, alegando que o erotismo não correspondia com a tradição cultural brasileira, levando ao fechamento de diversas revistas pornográficas e à interdição de *porno-shops*.

A crença de que a liberdade sexual fazia parte de um movimento calculado pelos comunistas é explícita quando o general Ferdinando de Carvalho proferiu no ciclo de conferências da Ação Democrática Renovadora as formas de degeneração da juventude:

É uma verdadeira lavagem cerebral levada a efeito em numerosos meios estudantis e profissionais [...] A literatura política e a literatura pornográfica constituem veículos de grande poder de condicionamento moral para a mocidade desprevenida e inerme, sujeita a um verdadeiro assalto premeditado da degradação subversiva. Todos esses recursos estão anestesiando e esterilizando a mentalidade de nossos jovens, manipulados impiedosamente por agitadores e propagandistas profissionais, por aproveitadores criminosos que decidiram sacrificar uma geração em benefício de seus inconfessáveis objetivos (*O ESTADO DE S.PAULO*, 1975, 18 de nov., p. 28).

Seguindo com o mesmo raciocínio, o tenente-coronel Carlos de Oliveira defendeu:

As nações que mais respeitam a liberdade são as que mais sofrem a ação dos dois exércitos subversivos que assaltam o Ocidente [...] A mais abominável tática é a disseminação das drogas, que irá destruir mais a próxima geração do que a nossa, já que ataca nossos filhos. [...] O sexo é um instrumento usado pelos psicopolíticos para perverter e alienar a personalidade dos indivíduos, principalmente das autoridades, para anulá-las e convertê-las em escravos servis. Daí partem para o descrédito das famílias, dos governos e passam a degradação da Nação, bem como intensificam a divulgação da literatura erótica e da promiscuidade sexual (*JORNAL DO BRASIL*, 1975, 19 de nov., p. 14).

Nesse sentido, as músicas, peças de teatro, filmes, livros e jornais alternativos, foram considerados meios preferenciais de circulação de ideias subversivas:

Atualmente – e para este ponto desejo chamar especialmente a atenção de todos os presentes – é facilmente constatável o desenvolvimento de um processo de destruição da estrutura cultural e moral da civilização ocidental, processo esse em que, utilizando-se dos modernos meios de comunicação de massa, os movimentos subversivos internacionais tentam destruir, de todas as formas possíveis, as bases culturais e morais de nossa civilização [...] Atos de minorias amorais são constantemente divulgados (pelos meios de comunicação) como se traduzissem o procedimento normal da população. Alguns exemplos desta ação são facilmente identificáveis: no campo literário e cinematográfico, o erotismo vai-se tornando obrigatório e se faz constante a sublimação da violência: na publicidade são utilizados os recursos da mais baixa propaganda: no teatro, a obscenidade se faz normal; na pedagogia se fala em educação sexual, de forma impudica e irresponsável (*O ESTADO DE S.PAULO*, 1973, 9 de set., p. 17).

Embora fosse comum, entre os militares, o discurso que ligava as homossexualidades ao comunismo, é importante evidenciarmos que a articulação e uso das ferramentas censórias

baseadas em ideias morais, esteve intimamente ligada à moralidade e conservadorismos religiosos, e não somente, à moralidade que combatia a suposta ideologia comunista.

Enquanto a ditadura associava a imagem dos homossexuais à criminalidade e contrária à moral brasileira, um outro dilema marcava as esquerdas e os novos movimentos sociais. A luta de classes e a luta das minorias dividiam opiniões e acirravam posicionamentos. A respeito da primeira tentativa de organização homossexual, Trevisan (2018, p. 315) apresenta o principal questionamento da época: “seria politicamente válido que nos reuníssemos para discutir sexualidade, coisa considerada secundária no grave contexto político brasileiro? Sem uma resposta clara, qualquer movimento ficava empacado nessa questão”.

De acordo com McRae (2018) o movimento homossexual aliou-se ao movimento negro e ao movimento feminista, pois esses já captavam pequeno apoio em grupos políticos existentes. Juntos, mas ao mesmo tempo únicos, apresentaram novas formas de disposição, que divergiam, sobretudo, da organização centralizadora comum a partidos e sindicatos. Durham (1984) explica que esses movimentos optavam por adotar um perfil organizacional descentralizado, “comunitário”, evitando a personificação do movimento e influenciando a adesão de todos aqueles que partilhavam das necessidades comuns, ou seja, as carências os tornavam iguais. Veremos adiante que a adoção desse modelo de representação, aparentemente mais igualitário e democrático, teve um preço sobre o progresso do movimento homossexual.

Nos últimos anos da década de 1970 as agitações sindicais da grande São Paulo ganhavam destaque na sociedade, ao mesmo tempo que outros movimentos se organizavam e também davam seus primeiros passos. O clima de abertura política favoreceu a união de um grupo de homossexuais que objetivava ampliar os estudos e discussões sobre a vivência homossexual. Chamado inicialmente de Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais e, posteriormente, Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, o grupo lia, em seus encontros semanais, o jornal *Lampião da Esquina*, feito por homossexuais e para homossexuais. De acordo com Green (2014), embora a abertura tivesse permitido os primeiros sinais de organização, o receio de uma nova onda de repressão era algo constante, além disso, os integrantes temiam que seus familiares ou patrões descobrissem suas participações nesses encontros.

Desde o início das atividades, a necessidade de se afirmar apartidário, sem vínculos com sindicatos e sem uma hierarquia no seu quadro organizacional, foram importantes traços do “Somos”. Ambicionavam aumentar seu quadro de integrantes, sem observar que, quanto maior o grupo, maiores as diferenças individuais, tornando-se este aspecto, um relevante ponto de

clivagem. Vários subgrupos foram criados, dentro do que deveria ser uma unidade comum, e daí novas dissidências. Souza (2013) chama a atenção para dois fatores que facilitaram as fragmentações dentro do movimento, a começar pela formação das redes de contatos, perpassadas, majoritariamente, por relações de amigáveis ou amorosas, o que, de certa forma, facilitava o surgimento de novos grupos a partir da identificação de afinidades. Para o autor, uma segunda causa da forte fragmentação do “Somos” foi o modo de luta entre a causa homossexual e sua aproximação com as esquerdas e a luta pela redemocratização, o que causou a formação de novos grupos já no início dos anos 1980. Segundo Green (2014), nesse mesmo período, o jornal *Lampião da Esquina* fez fortes críticas ao perfil do “Somos”, acusando-o de ter permitido se colocar sob o comando da organização trotskista Convergência Socialista.

Com o afastamento oficial da ala antiesquerda dentro do “Somos”, novos rachas foram acontecendo. Por adotar inicialmente a perspectiva de igualdade entre todos os membros, a situação das mulheres lésbicas pouco foi observada de imediato, quadro que foi ganhando novos contornos a partir da necessidade de se discutir problemas específicos a este grupo, o que o *Lampião da Esquina* denominou de “estilhaçamento do grupo Somos”:

O grupo Lésbico-Feminista separou-se do grupo SOMOS. Assumimos esta posição com base em experiências concretas de um ano de trabalho [...] A participação de lésbicas em grupos mistos tem impedido o desenvolvimento de uma consciência feminista, essencial, a nosso ver, para o próprio M.H. Dada a especificidade da discriminação que sofremos, enquanto mulheres e homossexuais, consideramos o processo de afirmação somente possível em reuniões separadas dos homens. As mulheres não podem descobrir o que têm em comum a não ser em grupos só de mulheres (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1980, n. 25, p. 8).

McRae (2018) afirma que a situação das mulheres lésbicas dentro dos grupos homossexuais foi de dupla militância, à medida que protestavam contra o machismo de alguns homens *gays*, lutavam também contra a reprodução da divisão de papéis sexuais entre “ativa e passiva” dentro da militância lésbica. Por conseguinte, surge a necessidade de as mulheres criarem um grupo autônomo, o Grupo de Ação Lésbica-Feminista (Galf). Outra diferença que não podia ser desconsiderada dentro desse utópico quadro de igualdade, era a questão racial, logo sendo problematizada por homossexuais negros da Bahia, criando o grupo Adé Dudu.

Com a dignidade frontalmente atingida pelo conservadorismo da sociedade, *gays*, lésbicas, travestis e prostitutas se viam em guetos, concentrando-se em ambientes que permitiam, inicialmente, a expressão de quem realmente eram e a liberdade de sentir o que desejavam. No entanto, logo foram vistos pela classe média, baluarte do conservadorismo e dos bons exemplos, como objetos indesejáveis, pecadores, degenerados que poluíam a cidade com suas práticas, e que, portanto, mereceriam a exclusão. Assim, o delegado José Wilson Richetti

achou sustentação legal para promover prisões e agressões aos dissidentes sexuais da capital paulista, sobretudo os de menor poder aquisitivo, promovendo o episódio conhecido como Operação Limpeza,⁹ como narra o *Lampião da Esquina*:

“Precisamos tirar das ruas os pederastas, maconheiros e prostitutas”, é o que declara Richetti, dizendo-se revoltado porque certa noite topou com dois homens beijando-se em público. “Eles não respeitaram nem minha mulher”, reclama o delegado. [...] Aliás, nos bares do Largo do Arouche, os investigadores já chegam gritando “Quem for viado pode ir entrando no camburão.” Leis, Constituição, Direitos? Até provar o contrário, todos os cidadãos são suspeitos. É por isso que o centro de São Paulo agora anda em paz; pelas ruas passeiam apenas bandos de policiais (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1980, n. 25, p. 18).

Figura 1 – Operação Limpeza



Fonte: *Lampião da Esquina* (1980, n. 25, p. 20).

Quinalha (2018) destaca a ambiguidade das repressões vivenciadas de formas diferentes dentro do meio homossexual. De acordo com o autor, alguns homossexuais tinham direito à cidadania, sobretudo os pertencentes às classes sociais mais abastadas, que viam, no mercado de consumo, a sua representatividade, diferentemente de *gays*, lésbicas e travestis de baixa renda, alvos prioritários das operações repressoras. Salvo as diferenças nas formas de repressão, todos foram afetados no que diz respeito à liberdade plena da vida, fatos que podem ser comprovados não só por discursos das vítimas, mas também por inúmeras matérias dos

⁹ De acordo com Fico (2004), as operações policiais que queriam reprimir os chamados “subversivos” já aconteciam desde o início do golpe militar, episódios que ficaram conhecidos como Operação Limpeza. Nesse sentido, ações como a comandada pelo delegado José Wilson Richetti visavam à “limpeza moral” dos centros urbanos.

periódicos alternativos, principalmente pelo jornal *Lampião da Esquina*, que apresentou, na maioria das vezes, as homossexualidades sem apelar aos clichês e estereótipos.

Segundo Durham (1984), é primordial para o funcionamento dos movimentos sociais seu reconhecimento na sociedade e por parte do Estado. A utilização da imprensa, nesse sentido, representa um dos meios que possibilita essa legitimação dos movimentos, pela assimilação da “opinião pública”. Sobre o contexto dos anos 1970, Araujo (2000) defende que a imprensa alternativa também foi construída com as publicações dos movimentos sociais, que ambicionavam fazer parte da vida política do país, além de apresentarem as pautas ligadas estritamente aos seus movimentos. Portanto, a autora apresenta a imprensa alternativa como um grande guarda-chuva que englobou uma série de pautas e de personagens, variando entre os jornais esquerdistas, os jornais e revistas de contracultura e os jornais dos movimentos sociais. A necessidade de falar em nome de si era cada vez mais presente nos movimentos, mas para isso era preciso um canal de comunicação, então, muitos viram a imprensa alternativa como o ambiente ideal para estabelecer sua comunicação.

1.1.2 Onde falar?

Conforme apresentado, a grande imprensa destoava da imprensa alternativa. Segundo Kucinski (2018), quando as denúncias de tortura chegavam ao conhecimento da imprensa internacional, os principais jornalões agiam em defesa do regime e negavam através de editorial as acusações, comportamento que foi sendo abandonado à medida que as forças repressoras recuavam e abriam mais espaços para a livre manifestação. Enquanto os primeiros sinais de crise econômica emergiam entre os anos de 1974 e 1975, abria-se também uma crise no meio empresarial para definir qual seria o novo grau de apoio ao governo. De acordo com Gaspari (2014b), o empresariado, inclusive os donos dos meios de comunicação de massa, moviam-se com cautela esperando um grau de previsibilidade do que seria o governo Geisel. De um lado temiam as represálias, por outro, priorizavam as suas necessidades de angariar receitas publicitárias vindas do governo, que por sua vez, segundo Abreu (2005), explorava o poder das imagens para intensificar a sua propaganda de país em franco desenvolvimento.

Logo, podemos inferir que uma das principais diferenças entre os veículos da grande imprensa e a imprensa alternativa foi a complacência com o regime militar. Como vimos anteriormente, o “milagre econômico” captou o apoio do empresariado e, por pertencer a uma lógica capitalista de negócio, a grande imprensa evitava entrar em confronto direto com o

regime, optando, quando o caso, pela demissão de jornalistas mais combatentes (MARCONI, 1980).

De acordo com Kucinsky (2018), o ambiente diverso dos anos 1970 permitiu o encontro de várias gerações de jornalistas em torno da imprensa alternativa. Faziam parte desse grupo os jornalistas que vivenciaram a queda do fascismo e a ditadura do Estado Novo, os jornalistas integrantes dos movimentos sociais nos anos 1960, os que foram demitidos da grande imprensa e os recém-formados em comunicação dos anos 1970, formando um verdadeiro caldeirão de correntes, o que possibilitava diversas variações no corpo editorial dos jornais, onde, por exemplo, um mesmo jornalista podia fazer parte ou contribuir em tantos outros periódicos. O autor afirma que, entre os anos de 1964 a 1980, mais de 150 periódicos alternativos foram colocados nas ruas, assumindo diversos formatos gráficos e adotando métodos de circulação que driblassem a censura.

Portanto, longe de ser uma imprensa homogênea, podemos definir a imprensa alternativa como um espaço intransigente de oposição ao regime militar, que, em contrapartida, respondia com as mais duras ações de repressão:

O aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, perseguindo-os e submetendo os que julgava mais importantes a um regime especial, draconiano, de censura prévia. Em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional, instituída pela ideologia da Guerra Fria, eram considerados pelos serviços de segurança como inimigos: “organizações de frente” do comunismo internacional, que tinham por tarefas “isolar o governo” e “difundir o marxismo” (KUCINSKI, 2018, p. 12).

Mais uma vez, sob o pretexto da defesa da segurança nacional, militares levantavam narrativas contra jornais e jornalistas que ousassem fazer críticas ao regime militar e, dessa forma, tentavam ocultar a realidade de milhões de brasileiros, jogando a culpa dos problemas e questões da sociedade brasileira no colo do comunismo. Nesse sentido, para a Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Educação:

Na imprensa brasileira é sentida uma ação clandestina de autodestruição dos elementos de projeção no cenário político-nacional, por falsas informações ou meias verdades, que tumultuam a opinião pública, deixando-a confusa e perplexa diante das disparidades apresentadas. Alguns jornalistas de tendência esquerdista costumam usar como tática a distorção das verdades o que ocasiona conflitos entre autoridades de diferentes partidos políticos.¹⁰

Segundo Marconi (1980), as duas principais formas de censura policial na imprensa, garantidas pelo AI-5, se deram por meio de telefonemas e bilhetes direcionados às redações,

¹⁰ Arquivo Nacional. Fundo: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília: BR_DFANBSB_AA1_0_LGS_0002_d0001de0001.

além da censura prévia. Uma outra modalidade de controle, a censura prévia, não foi imposta a todos os jornais. A técnica consistia na presença de agentes censores nas redações e gráficas, que tinham a missão de ler todo o material produzido pelos jornalistas, controlando, dessa forma, não só o que os brasileiros deveriam ver, mas, sobretudo, o que não deveriam saber. Quando a presença do agente não era possível, os jornais tinham a obrigação de enviar à sede da Polícia Federal no Rio, em São Paulo ou em Brasília, o material que seria divulgado, o que provocava atrasos e perdas financeiras aos periódicos.

Nesse sentido, os jornais alternativos, por não serem complacentes em nenhum momento com o regime, foram os que mais sofreram censura prévia, a exemplo do *Pasquim*,¹¹ *Opinião*,¹² *Politika*,¹³ *Movimento*,¹⁴ *O São Paulo*,¹⁵ e o *Tribuna da Imprensa*,¹⁶ que ficaram sob censura prévia por muitos anos (MARCONI, 1980).

Observemos a censura que esteve mais próxima do nosso objeto de estudo. Fico (2002) apresenta uma divisão entre a censura da imprensa e a censura das diversões públicas. Para o autor, a censura que prevalecia sobre a imprensa, era, sobretudo, a censura de temas políticos e não era legalizada, ou seja, fazia parte de medidas da área “revolucionária” pós AI-5, enquanto a atuação da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) concentrava-se no âmbito moral das informações, e que há muitos anos já era ação legalizada no Brasil.

Embora na prática a censura tivesse um único objetivo, que era excluir da sociedade o dissidente político e moral, é importante entender o mecanismo de funcionamento dos órgãos censores para perceber algumas peculiaridades. Fico (2002) destaca que, enquanto grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* apoiavam politicamente o regime, a produção audiovisual da Rede Globo, como novelas e programas televisivos, era submetida à censura prévia do DCDP, justamente por tratar, em suas produções, temas que já circulavam na sociedade pelos movimentos sociais, como os direitos das mulheres, liberdade sexual e homossexualidades.

¹¹ Um dos principais jornais da imprensa alternativa brasileira, editado de 1969 a 1991. Para mais informações, acessar: <memorialdademocracia.com.br>.

¹² Inaugurado em 1972 pelo empresário Fernando Gasparian, abordava em suas páginas textos sobre política, cultura e economia. Foi editado até 1977. Para mais informações, acessar: <memorialdademocracia.com.br>.

¹³ Semanário que cobria, sobretudo, a política nacional. Editado de 1971 a 1974 (KUCINSKI, 2018).

¹⁴ Conhecido como “jornal dos jornalistas” e um jornal sem a presença de “empresários” na direção, o semanal foi editado de 1975 a 1981 (KUCINSKI, 2018).

¹⁵ Semanário criado e editado pela Arquidiocese de São Paulo a partir de 1959.

¹⁶ Considerado um jornal liberal-conservador no seu ano de criação, 1949, o jornal passou por diversas administrações e durante o regime militar sofreu ações censórias. Para mais informações, acessar: <memorialdademocracia.com.br>.

Portanto, livros, jornais, programas de TV, novelas, filmes e peças publicitárias se viam sob controle de um órgão de valor amplamente subjetivo, onde tentavam construir um senso de moral comum a todos os brasileiros, e como podemos ver no trabalho *Prezada censura: cartas ao regime militar* de Carlos Fico (2002), a ditadura encontrou ressonância na sociedade civil, sobretudo naquela parte da sociedade que zelava pelos valores morais conservadores, como apontado no tópico anterior.

Os jornais alternativos como *O Pasquim* e *Opinião* consolidavam suas bases oposicionistas ao regime. Ambos foram vítimas da censura prévia que, segundo Kucinsky (2018), começou de forma irregular em *O Pasquim*, até que em novembro de 1970, os jornalistas do periódico foram presos pelos policiais do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-Codi), motivo que não causou o fechamento permanente do jornal, mas provocou medo suficiente para que cisões marcassem o seu corpo editorial, que se viu livre da censura prévia apenas em 1975.

Em *Opinião*, a censura prévia imposta pelo regime a partir de 1973, foi responsável pela prisão de inúmeros exemplares do jornal e pela obrigação do envio prévio do impresso à Brasília. Em meio a uma crise econômica, o jornal teve ainda que lidar com um ataque a bomba em 1976, de autoria reivindicada pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), e em 1977 encerrou suas atividades (MARCONI, 1980).

Embora fizessem parte de uma ala alternativa, não estavam livres de preconceitos morais que marcavam também a esquerda. *O Pasquim*, por exemplo, tratou de diversos assuntos, entre eles as questões homossexuais, no entanto, o jornal alimentava uma narrativa degradante e/ou estereotipada desse grupo social. Segundo Quinalha (2017), pensamento recorrente entre as esquerdas que via a homossexualidade como um “desvio burguês” e contrário à “moral revolucionária”. Além disso, como apontado por Kucinsky, era considerado um jornal machista:

Questões da família, do corpo e do sexo tornaram-se públicas. Mas, no Brasil, o feminismo ainda era tratado com desdém e mesmo chacota, inclusive por *O Pasquim*, que fazia o gênero do jornal machista como parte de sua postural geral “anticlasse média moralista”, especialmente através dos artigos de Ivan Lessa, Ziraldo e Paulo Francis. Frequentemente, associavam feminismo à frustração sexual (KUCINSKI, 2018, p. 124).

A morte do jornalista da TV Cultura Vladimir Herzorg no DOI-Codi de São Paulo, em outubro de 1975, representou além de enorme impacto político, forte abalo nas relações dos jornalistas com os seus patrões, ocasionando muitos afastamentos nas grandes redações. De acordo com Kucinsky (2018), nesse momento de relativas mudanças, novas modalidades de

jornais alternativos foram criadas por jornalistas renomados, longe do eixo Rio-São Paulo. Eram priorizados nesses novos periódicos, notícias locais e, em alguns casos, temas que atingiam o comportamento conservador da sociedade.

Nesse contexto, nasceu em 1975 o jornal *Brasil Mulher*, importante veículo para a disseminação de ideias feministas. O periódico, que teve 17 edições e três edições extras, auxiliou na construção de novos espaços de atuação política, tendo em vista o fim dos ideais da luta armada. Defendia a necessidade de dupla militância feminina, pela filiação partidária/sindical e das causas feministas. Já em 1976, surgiu com novas problematizações um novo periódico feminista, o *Nós, Mulheres*, que tinha ligações com o movimento de base feminista e questionava as relações sexuais femininas e direitos básicos para a emancipação da mulher (TELES e LEITE, 2013).

No clima de efervescência dos movimentos sociais, foi fundado em abril de 1978 o periódico *Lampião da Esquina*, embora não tenha sido o primeiro¹⁷ jornal a trabalhar a temática *gay*, configurou-se como um importante veículo para o movimento homossexual do final dos anos 1970:

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma “abertura” do discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê? (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 0, p. 2).

A resposta para essa pergunta não foi dada somente no texto, mas sim pela prática, que levou conhecimento e tirou da condição de gueto os homossexuais. Por ser o principal produto da Esquina Editora, será cuidadosamente trabalhado no próximo capítulo, mas é importante contextualizar, neste momento, que o periódico foi o primeiro jornal homossexual de ampla circulação e permitiu o questionamento dos conservadorismos e preconceitos, tanto das esquerdas como das direitas. Foi vítima de perseguição de inquérito policial e sofreu devassas econômicas, mas, mesmo assim, sobreviveu e cumpriu a sua missão, mostrando aos *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais que nada havia de errado em ser livre (RODRIGUES, 2018).

Kucinsky (2018) chama a atenção para alguns fatores que levaram ao fim de vários jornais alternativos. Por não contarem com apoio financeiro de fundações, entidades da

¹⁷ Outros jornais alternativos abordaram as homossexualidades em suas páginas antes mesmo do *Lampião da Esquina*. Destacam-se o jornal *O Snob*, que atuou entre julho de 1963 e junho de 1969, e *Gente Gay*, fundado em 1969, iniciando uma onda de publicações que politizavam as questões sociais de *gays* e lésbicas (GREEN, 2019).

sociedade civil e não receberem verbas governamentais, muitos alternativos sentiram de perto o abalo da crise econômica em suas relações administrativas. As divergências dentro dos partidos de esquerda, e, em alguns casos dentro dos movimentos sociais, também influenciou o fim de alguns periódicos, sobretudo, a partir do momento que os partidos puderam se organizar abertamente. A grande imprensa também passou a repercutir assuntos que, antes, apenas a imprensa alternativa divulgava. Para o autor, por último mas não menos importante, os atentados a bomba contra bancas de jornais fizeram com que o mercado sentisse a diminuição de espaços de venda, tendo em vista que muitos jornaleiros temiam expor em suas vitrines os jornais alternativos. A técnica, embora não oficializada, fazia parte da logística repressora da ditadura, que legalmente usava ações administrativas, como devassas fiscais ou processos assegurados pela Lei de Segurança Nacional.

1.3 Quem não lê, não vê

Lembrar os dados do chamado “milagre econômico” brasileiro no primeiro capítulo é de fundamental importância para entendermos o comportamento da editoração de livros durante a década de 1970. Segundo Reimão (2019), em 1972 a boa condição econômica do país fez com que o número de edições e títulos de livros aumentasse, chegando a 136 milhões de livros produzidos, número superior ao da população brasileira, que atingia a marca de 98 milhões. Apesar desse crescimento em números, Hallewell (2017) defende que as margens de lucro não foram tão expressivas para as editoras, fato que foi se agravando com o passar do tempo, sobretudo durante a crise do petróleo entre 1973 e 1974. A revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, informou em reportagem as técnicas que algumas editoras estavam usando para driblar parte dessa crise:

As consequências para o público leitor, entretanto, não se restringirão à alta de preços. Os editores como tática de defrontamento da crise, pretendem refugiar-se nas chamadas áreas “seguras” do mercado onde seja mínima a margem de possibilidade do fracasso de venda. Assim, *best-sellers* e clássicos da literatura serão os primeiros das listas de preferência dos produtores [...] A José Olympio pretende publicar livros nacionais tão somente de autores consagrados [...] A Record pretende manter-se em sua linha tradicional: romances fáceis de vender [...] A Vozes manter-se-á voltada para seu mercado tradicional – o de livros religiosos – e para os livros universitários de ciências sociais (*CONJUNTURA ECONÔMICA*, 1974, n. 4, p. 131).

Além disso, Hallewell (2017) destaca outras mudanças que significaram barateamento na produção de livros, como a adoção de um papel mais leve, redução de orelhas e exclusão de páginas consideradas desnecessárias, o que inevitavelmente representou uma brusca queda na

qualidade dos livros, mas fez com que muitas editoras resistissem aos efeitos da primeira crise do petróleo, voltando a ser atingidas por uma nova crise econômica no final da década.

De acordo com nosso levantamento bibliográfico, a década de 70 viu a expansão de inúmeros jornais e revistas alternativas, que tinham como principais objetivos denunciar o regime militar e suas técnicas repressoras, além de questionar conservadorismos que impediam uma forma de vida livre. Assim, também podemos registrar o surgimento de inúmeras editoras que apresentavam perfil político e ideológico contrário ao governo, chamadas de editoras de oposição por Flamarion Maués (2013). De acordo com o autor, para se definir uma editora como órgão de oposição, é preciso analisar o catálogo de publicações da editora em questão, e perceber como os títulos trabalhados se comportam de forma oposicionista ao governo, contudo, ser de oposição, não significa ser, obrigatoriamente, de esquerda. Durante o período de 1970 até meados de 1980, surgiram, pelo menos, 40 editoras de oposição.

Como vimos, a ditadura militar intensificou no imaginário da sociedade a existência de inimigo interno que deveria ser amplamente abatido, caso contrário, ele colocaria em risco a ordem política e moral brasileira pelas drogas, a liberdade sexual, a música, o cinema, e revistas e jornais. Pereira (2010) afirma em sua tese de doutorado que, a partir da década de 1960 houve um aumento considerável da apreensão de livros e que após o Decreto-lei nº 1.077, de janeiro de 1970, a censura aos livros elegeu como alvo preferencial as obras que tocassem na moralidade e os bons costumes da sociedade conservadora. Com o decreto, o presidente Médici resolveu:

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, §8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes; CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO que o emprêgo dêesses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares (BRASIL, 1970, art. 153, §8º).

Uma nova portaria foi publicada em fevereiro de 1970, isentando de censura prévia os livros ou publicações que tivessem “caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e

bons costumes” (REIMÃO, 2019, p. 30). No entanto, por ser uma atividade altamente subjetiva, na prática, muitos livros foram censurados simplesmente por conta do título ou da capa.

Portanto, para a ditadura, os livros e editoras também faziam parte dos canais de comunicação dos supostos inimigos da nação, que propagavam valores contrários aos bons costumes brasileiros. Assim registrou o vice-líder da Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Câmara, Tabosa de Almeida:

[...] Prosadores, que dizendo-se modernos, abandonaram a forma e o estilo do modernismo, para retrogradar ao realismo de Zola, volvendo ao século XIX. Lançam livros pornográficos, endeusados pelas camarilhas esquerdistas, que dominam a crítica literária e fartamente divulgado nas livrarias e bancas de jornais. As editoras, por sua vez, não se limitam a estimular a produção indígena do mais desabrido imoralismo, porém traduzem livros medíocres da subliteratura internacional, cuja nota predominante está no sexualismo. E vão além: reeditam as memórias torpes do Marquês de Sade e o famoso Kamasutra vetusto manual da libidinagem (BRASIL, CONGRESSO NACIONAL, 1970, p. 1.084).

Veremos nos próximos capítulos, que o escritor francês Donatien Alphonse François de Sade, mais conhecido por Marquês de Sade, teve a obra *Escola de libertinagem* publicada em 1980 pela Esquina Editora. O livro, que foi traduzido pelo jornalista Aguinaldo Silva, traz na contracapa a descrição: “Um grupo de homens e mulheres, reunidos num ambiente fechado – uma alcova – ocupam-se em recriar os ritos de amor do ser humano, livrando-os das hipocrisias e dos freios impostos pelas convenções” evidenciando, assim, o perfil de oposição aos conservadorismos da sociedade, não só do escritor, mas também da editora.

Segundo Reimão (2019), por mais que a Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP) ampliasse suas bases de atuação, chegando a 240 censores no final do regime, analisar todo o mercado editorial brasileiro era uma atividade difícil. Mesmo assim, pesquisas sustentam altos números de livros censurados. De acordo com Ventura (2013), entre os anos de 1968 a 1978, 200 livros foram censurados. Segundo Reimão (2019), servidores do Arquivo Nacional levantaram o número de 490 livros e 97 revistas enviadas para análise na DCDP, sendo que destes, 140 livros eram de autores nacionais, sendo 70 obras censuradas por conter conteúdo erótico/pornográfico.

Figura 2 – Tabela de obras submetidas à DCDP

Quadro 1 – Fundo – DCDP / Seção – Censura Prévia / Série Publicações

Ano	Livros submetidos	Livros vetados	Revistas submetidas	Revistas vetadas
1970	25	5 - 20%	1	1 - *
1971	6	0 - -	0	0 - -
1972	16	2 - 12,5%	5	3 - *
1973	11	4 - 36,3%	1	0 - -
1974	20	11 - 55%	2	2 - *
1975	132	109 - 82%	15	3 - 20%
1976	100	61 - 61%	42	3 - 7%
1977	49	30 - 61%	11	4 - 36%
1978	84	62 - 73%	8	2 - 25%
1979	47	38 - 80%	2	1 - *
1980	0	0 - -	4	4 - *
1981	1	1 - *	2	1 - *
1982	1	0 - -	3	3 - *
1988	0	0 - -	1	0 - -

* não calculamos o percentual em razão do reduzido tamanho do universo.

Fonte: Reimão (2014).

Observemos que em 1978, ano de inauguração das atividades da Esquina Editora, no âmbito do *Lampião da Esquina*, 84 livros foram submetidos aos censores da DCDP, sendo 62 proibidos de circular, enquanto a proibição de revistas chegou a 25% do número submetido ao órgão naquele ano. Reparemos também que, mesmo em tempos de “abertura”, os anos de 1975 a 1980 registram os maiores números de proibições dos títulos enviados à DCPD, enquanto nos anos iniciais da década de 1970, o número é bem menor. É preciso salientar, que tais números representam o que foi encontrado na documentação preservada do Arquivo Nacional, e que é praticamente impossível saber o número total de proibições devido à falta de documentação. Segundo Reimão (2019), a lógica da censura a livros na ditadura, foi semelhante à censura de outras diversões públicas, como teatro e cinema.

Portanto, os livros não só com temas políticos, mas com temas que tocassem a moral brasileira, eram alvos de cerceamento. A exemplo do que aconteceu com a escritora Cassandra Rios, que abordava nas suas obras temas sobre liberdade sexual, lesbianidade e feminismo (FERNANDES, 2015).

Em entrevista ao *Lampião da Esquina* em 1978, a autora narrou que já sofria censura desde a década de 50, e revelou que certa vez ouviu de Chico Xavier a emblemática frase: “Através dessa moça vocês vão ver que eu não tenho premonição, que eu sei o que vai acontecer. Ela vai ser perseguida, ela vai desfolhar feito uma rosa” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 5, p. 9). Cassandra Rios, nascida Odete Rios, foi a primeira escritora brasileira a vender um milhão de livros, publicou durante a sua vida em torno de 50 títulos e, desse número, 36

obras foram censuradas. De fato, perseguida antes e pós-ditadura de 1964, além do desgaste psicológico, a autora teve que lidar com a dificuldade econômica de perder o recolhimento dos seus direitos autorais. Rios vivia em função de escrever novas histórias para repor as que foram talhadas pela censura, que, embora tenha sido cruel, não foi suficiente para acabar com a força e a criatividade de uma mulher escritora:

Ela – a censura – engavetou o que eu tinha feito, mas não me destruiu, então não conseguiu me fazer mal; ela só teria me feito mal se eu tivesse parado de escrever, tivesse secado [...] Eles nunca me impediram de escrever. Porque eu faria como John Milton, eu usaria velas, restos de velas, com cordão de sapatos faria novas velas, pegaria papel de pão, rasgaria roupas e continuaria escrevendo, até ficar cega [...] Ninguém jamais me impedirá de escrever. Porque cauterizar meu pensamento, quem vai? Ninguém. Isso é o dom maior que o ser humano possui. Então, fariam o que? Só se me pusessem num cárcere e falassem, não dêem papel, não dêem vela, essa mulher tem que ficar na mais completa escuridão (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 5, p. 10).

A censura também atingiu o jornalista Aguinaldo Silva, que em 1967 lançou pela Gráfica Editora Record, o livro *Dez estórias imorais*. Aguinaldo trabalhou no livro ficcional com histórias de pobreza, prostituição e sonhos, e teve a obra vetada no ano de 1976 pelo Decreto-lei nº 1.077 de 1970, por exteriorizar “matéria contrária à moral e aos bons costumes”. O autor também já tinha histórico de complicações com a ditadura, pois em 1969 esteve preso por 70 dias ao escrever um prefácio de um livro de Che Guevara e, já na década de 1970, foi processado duas vezes por crimes de opinião. Aguinaldo Silva tinha destaque em jornais como *Opinião e Movimento*, e a partir de 1978 foi editor do *Lampião da Esquina*, onde também respondeu um processo baseado na Lei de Segurança Nacional (REIMÃO, 2019).

Vimos que Kucinsky (2018) defendeu que os jornais alternativos serviram como projetos políticos, pensamento semelhante ao de Maués (2013), ao dizer que as editoras de oposição também serviram como atores no papel político nacional, onde os livros eram as armas de luta, que levavam de forma muito mais robusta e detalhada, pautas das oposições para a sociedade leitora. Não diferente dos periódicos alternativos, as livrarias e editoras de oposição também foram vítimas dos terroristas da direita radical, como os ataques a tiros em 1980 nas livrarias Capitu, Kairós e a editora Livramento, todas em São Paulo (MAUÉS, 2013).

Com a apresentação desse panorama econômico e político da década de 1970, passando pela ascensão dos movimentos sociais e pelo *boom* dos jornais alternativos, conseguimos demonstrar como as oposições se encontraram e desencontraram na construção de novos caminhos para a sociedade brasileira, e como o governo militar elaborou suas ações e reações para combater qualquer possibilidade de sociedade democrática.

Os desafios para os próximos capítulos concentram-se em analisar a Esquina Editora, ou seja, desvendar a linha editorial, levantar e analisar seu catálogo de publicações, o comportamento da editora nos anos finais da ditadura, os obstáculos políticos e econômicos de um novo lançamento e, sobretudo, como se deu a organização cotidiana da Esquina Editora?

2 LIVROS COMO OPOSIÇÃO NA DÉCADA DE 70

Como apontado no capítulo anterior, a imprensa alternativa funcionou como ponto de encontro de opositores ao regime militar. Já nos anos finais da década de 70, mesmo com as limitações características a esse tipo de imprensa, sobretudo no que diz respeito às dificuldades financeiras, os periódicos conseguiram pautar discussões na sociedade, dando destaque à luta por anistia política e aos movimentos sociais. De forma diferente, mas não menos impactante, os livros também funcionaram como ferramentas de contestação ao regime, especialmente, quando houve no mercado editorial vigente a expansão de obras de literatura política, ou seja, livros que tinham como missão contar a história imediata, narrando vários aspectos da repressão militar, com livros de memórias, depoimentos e livros-reportagem. De acordo com Hollanda e Gonçalves (1980), graças ao “*boom* editorial” dos primeiros anos da década de 1970, o mercado editorial brasileiro foi surpreendido com inúmeros novos escritores e desafios comerciais. Esse movimento, segundo os autores, forçou a maturidade do mercado editorial nacional, que passou a fazer parte constantemente do debate cultural do país.

Assim, a expansão do mercado editorial se deu, sobretudo, no auge do “milagre econômico” brasileiro. É a partir dessa conjuntura, com o aprofundamento do Estado capitalista, que a cultura de massa¹⁸ se aproximou da nova classe média, resultando no aumento considerável do consumo das artes e literatura. Nesse sentido, Morin (1967), ao analisar a cultura industrial no século XX, destaca que, com a expansão de inúmeras obras colocando a vida privada em lugar privilegiado da narrativa, sendo produzidas e comercializadas em grande escala, a literatura entrou com mais força no circuito comercial promovido pela indústria cultural.

É nesse clima, segundo Hollanda e Gonçalves (1980), que diversas editoras, sobretudo no eixo Rio-São Paulo, lançaram novos títulos, de antigos e novos nomes, reformulando suas produções culturais, atendendo a exigências do mercado, que passou a ser cada vez mais competitivo, obrigando o aperfeiçoamento da qualidade editorial das obras publicadas e, ao mesmo tempo, tendo que lidar com os acirramentos promovidos pelo fechamento político. Os autores também defendem que, mesmo em situação menos agressiva de censura, em comparação com os jornais alternativos, a literatura também teve que passar por codificações,

¹⁸ Aqui usamos o conceito de cultura de massa ou cultura industrial proposto por Edgar Morin (1967). Segundo o autor, a cultura de massa é produzida seguindo normas de fabricação industrial e ampliando suas bases de difusão. Apesar do estudo do autor concentrar-se na imprensa, no rádio, na televisão e cinema, ele não descarta o uso da literatura pela cultura de massa.

tornando a linguagem mais esquiva, com uso constante de metáforas e insinuações. Além disso, intelectuais tiveram que redefinir suas alianças, funções e lugar social, ampliando e estabelecendo novas prioridades, ou seja, temas até então considerados políticos, passaram a ser priorizados e preencheram o cenário musical, os cinemas, poesias e o campo da literatura.

Morin (1967) afirma que, nessa lógica de produção, a relação técnico-burocrática foi ampliada. Vale salientar que esse efeito foi sentido no mercado editorial brasileiro, que, além da evolução dos métodos editoriais, se viu “povoado de siglas, fórmulas, índices e expressões retiradas do eficiente vocabulário técnico-administrativo norte-americano” (HOLLANDA e GONÇALVES, 1980, p. 10).

Portanto, percebemos que a literatura assume com mais engajamento a necessidade de relatar, testemunhar, colocar o novo em evidência e, sobretudo, contar histórias reais, principalmente das figuras colocadas à margem da sociedade, objetivos antes concretizados pela imprensa alternativa. Convém, de imediato, diferenciar traços dos textos da imprensa alternativa e textos da literatura. A começar, obviamente, pela profundidade e abrangência dos fatos narrados. Assim, enquanto os textos dos jornais se moldavam às limitações de caracteres, os autores de livros podiam trabalhar mais suas narrativas em obras substancialmente maiores. A perenidade dos conteúdos também é uma das características levantadas por Maués (2013). Para o autor, embora o número de impressões de uma edição de livro possa ser menor que de um periódico, o texto do livro tem uma vida mais longa, permitindo que ele circule e ecoe por mais tempo. Além disso, a repercussão de livros pode ser favorecida por eventos de lançamentos, debates sobre as obras, entrevistas, rodas de conversa e noites de autógrafos.

No entanto, nem só de diferenças são construídas as relações entre jornalismo e literatura, especialmente quando falamos da década de 70. É preciso ressaltar as semelhanças entre as linguagens adotadas ou tomadas para si, além disso, muitos dos livros escritos nesse período foram obras de “bons jornalistas”¹⁹ e serviram de aproximação com as massas. Portanto, os livros e a literatura se apresentaram como veículo de expressão e experimentações:

Num momento em que o jornal parece não poder mais informar, noticiar e muito menos se pronunciar, cresce por toda parte o desejo aguçado do testemunho, do documento, da exposição, da realidade brasileira, o que, de certa forma, promove uma quase insatisfação com a narrativa literária. O discurso jornalístico, enquanto técnica de referir-se ao fato, de oferecer para o leitor a realidade imediata, os esquemas de linguagem mais próprios para se dizer as-urgentes-verdades da história recente do país parecem agora uma saída para a literatura (HOLLANDA e GONÇALVES, 1980, p. 53).

¹⁹ Afirmação feita pelo crítico de arte e escritor Wilson Coutinho em entrevista a Hollanda e Gonçalves (1980, p. 66).

É preciso realçar que, embora a literatura tenha permitido a concepção desse campo de experimentações, o regime militar já tinha conhecimento do poder de alcance dessas obras e manifestava-se, como vimos no capítulo anterior, pela censura e perseguição. Outro fato que exemplifica essa objeção às obras literárias por parte do governo, aconteceu anos antes dessa efervescência editorial dos anos 70 e é explicitado pelo editor da Civilização Brasileira, Ênio Silveira no livro *Editando o editor*. Em uma de suas passagens por interrogatórios, Ênio questionou o coronel Gerson de Pina: “Havia muito ódio contra a Civilização Brasileira [...] Por que a perseguição?” O coronel respondeu: “Porque você é uma das mais eficientes armas de sabotagem dos nossos princípios de vida. Uma editora é uma arma perigosíssima, que você arma silenciosa e constantemente. Por isso é que você foi preso” (FERREIRA, 1992, p. 94). Portanto, ampliando essa interpretação, constatamos que uma editora poderia ser considerada grande inimiga do regime por permitir a difusão de obras que eram consideradas subversivas, tanto no que diz respeito à política, quanto à moral.

Apresentamos anteriormente os estudos do historiador Carlos Fico sobre a divisão entre a censura direcionada a imprensa e a censura às diversões públicas, como filmes, peças de teatro, músicas e livros. Embora a censura política e moral tenha sido forma de atuação de um mesmo projeto político, é nesse segundo tipo de cerceamento que daremos maior foco no nosso trabalho, tendo em vista que ela serviu como instrumento repressivo e de defesa de valores subjetivos sobre a “moral e bons costumes” dos brasileiros. Para Fico (2002), imperava nesse tipo de censura a privação de assuntos do âmbito comportamental ou moral, temas que estavam sendo ampliados e discutidos em revistas e livros da época, como a sexualidade, feminismo e uso de drogas. Para Quinalha (2020), algo fundamentalmente político, tendo em vista que a “hiperpolitização” da esfera moral tende a eleger padrões hegemônicos de comportamentos, sobretudo em regimes autoritários.

Desse modo, editoras, ao assumirem a possibilidade de utilização de livros como veículo de oposição ao governo e/ou suas ideologias, intensificaram, a partir da década de 1970, um movimento editorial/cultural onde admitiam significativamente seus papéis de oposição, assim, editoras como a Vozes, Civilização Brasileira, Paz e Terra, Codecri, Kairós, Achiamé, Versus, Esquina Editora e outras, publicaram diversos títulos contrários à ideologia do sistema vigente.

A despeito dos inúmeros casos de apreensões ilegais de obras e perseguição a autores e editoras, acreditamos que apresentamos um bom levantamento no capítulo anterior. Concentremo-nos aqui nas novas possibilidades que o fazer literário da década de 1970 permitiu, levando determinadas categorias sociais a se colocarem em evidência. Como afirma

Dalcastagnè (2012), o afastamento e/ou silenciamento de alguns grupos sociais marginalizados e considerados ineptos de ação política – como mulheres, homossexuais e negros – não é exclusividade da literatura, mas sim de uma sociedade calcada em relações de poder. A autora entende que a democracia na literatura permite uma série de novos olhares e perspectivas que só favorecem a diversidade literária, fato que percebemos, com maior engajamento, quando analisamos a literatura a partir da década de 70.

2.1 A Esquina iluminada pelo *Lampião*

Ao pensarmos sobre o mercado editorial brasileiro não podemos nos restringir apenas aos grandes sucessos comerciais, escritos por famosos autores e lançados por renomadas editoras. É certo que tendemos a fixar nossa atenção apenas ao que é visto com clareza, no centro das atenções, o que o historiador Ernst Hans Gombrich justifica “devido a essa infeliz deficiência nossa que vemos – com o nosso olho estacionário – apenas um lado dos objetos e temos de adivinhar ou imaginar o que está por trás deles” (GOMBRICH, 1995, p. 264). Portanto, entendemos que precisamos expandir nossas perspectivas de análise, assim, se existia um *Lampião* iluminando a vivência das homossexualidades, ao virar a rua encontraremos a Esquina Editora, ambos movendo o tecido social brasileiro pela sua atuação jornalística e literária.

Nessa perspectiva, adotamos como categoria analítica a ideia de editoras de oposição, ou seja, aquelas que “vinculava de modo direto engajamento político e ação editorial, essas editoras – e seus editores – atuaram com clara intenção política de intervenção social, tornando-se sujeitos ativos no processo político brasileiro” (MAUÉS, 2013, p. 24). Segundo Maués (2013), a editora que publica obras com intenção de fazer intervenções no tecido social forma a “edição política”, que não necessariamente precisa estar ligada a um partido político ou instituições políticas, assim, indivíduos e grupos podem juntar-se em prol da defesa de ideias e causas, resultando em lançamentos literários, essa então seria a principal relação entre editoração e engajamento político.

Em 1977, após reunião entre Winston Leyland, editor do famoso jornal literário norte-americano *Gay Sunshine*, e um grupo de jornalistas assumidamente homossexuais, surgiu a ideia de lançar um jornal *gay* brasileiro. O periódico, que a princípio se chamaria Esquina, tinha 11 integrantes no seu conselho editorial. Eram eles: o desenhista Darcy Penteado, o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet, o antropólogo Peter Fry e os jornalistas Adão Acosta,

Aguinaldo Silva, Clóvis Marques, Antônio Chrysóstomo, Gasparino Damata, Francisco Bittencourt, João Antônio Mascarenhas e João Silvério Trevisan. Para Aguinaldo Silva (2016, p. 110), o jornal, que atuou ao longo de pouco mais de 3 anos e atingiu a marca de 38 edições, entre os meses de abril de 1978 a julho de 1981, teria sido o “mais subversivo da imprensa alternativa”.

De acordo com Aguinaldo Silva (2016) o nome Esquina não funcionou, tendo em vista que já constava em outro registro. Desse modo, ao optarem por incluir “Lampião da”, abriram margem para algumas interpretações. Em entrevista, Aguinaldo Silva²⁰ afirmou que a ideia inicial remetia aos postes de luz em que os *gays* costumavam ficar encostados, chamados de lampiões; a segunda interpretação foi por parte do ilustrador responsável pelo logotipo do jornal, que associou o nome do periódico ao cangaceiro Lampião (1898-1938), símbolo de virilidade, valentia e masculinidade. Portanto, segundo o autor, ao brincar com as palavras que remetiam ao valente homem do interior e o objeto que levava luz aos lugares, o jornal já deixava marcado o seu espírito debochado.

Trevisan (2018) defende outra versão para a escolha do nome do jornal que seria feito por homossexuais e que ambicionava levar luz aos guetos. O autor apresenta o periódico já como *Lampião*, mas como esse nome teria sido patenteado por outro jornal, a forma para contornar o imbróglio foi adotar o nome *Lampião da Esquina*, uma vez que a empresa editorial se chamava Esquina. Junta-se a essa versão, documentos encontrados no acervo do Arquivo Nacional, onde um relatório, produzido pelo Ministério da Justiça, pela Divisão de Segurança e Informações (DSI),²¹ em 1978, informa que desde 1976 já existia um tabloide chamado *Lampião*, na cidade de Porto Alegre (RS), utilizado pelo movimento estudantil. O mesmo relatório aponta que a partir de abril de 1978, foi lançado no Rio de Janeiro, em versão experimental, o periódico *Lampião*, sendo publicação da “Lampião Editora de Livros, Revistas e Jornais”. O documento registra que a partir do mês de maio de 1978, a publicação passou a se chamar *Lampião da Esquina*, editado pela “Esquina, Editora de Jornais e Revistas Ltda.”.

Se observarmos a edição de nº 0 do jornal, veremos no espaço destinado às informações editoriais que, naquela altura, o periódico de fato foi definido como uma publicação de “Lampião, Editora de Livros, Revistas e Jornais”. A partir do nº 1, em maio de 1978, o jornal foi apresentado como pertencente à “Esquina, Editora de Jornais, Livros e Revistas Ltda.”

²⁰ Usaremos SILVA, A. quando estivermos nos referenciando à entrevista de Aguinaldo Silva ao autor (2020).

²¹ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça: BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_1135_d0001de0001.

confirmando, portanto, as informações apresentadas pelo DSI. O informe apresenta ainda a seguinte nota:

Tanto a “Lampião Editora de Livros, Revistas e Jornais” como a “Esquina Editora de Livros, Revistas e Jornais” têm como endereço a Caixa Postal 41031-ZC-09 – SANTA TERESA – RIO DE JANEIRO/RJ. Os citados jornais se constituem em porta-vozes do “Movimento Gay”, no BRASIL, isto é, têm como objetivo promover o homossexualismo, caracterizando, portanto, um atentado à moral e aos bons costumes.²²

Portanto, em abril de 1978, chamado apenas de *Lampião*, foi divulgado o nº 0 do jornal, que trouxe logo de início o recado do Conselho Editorial:

Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma “abertura” do discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê? [...] Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter [...] (*LÂMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 0, p. 2).

De acordo com Aguinaldo Silva (2016), os custos para o lançamento do primeiro exemplar do jornal foram divididos entre os integrantes do Conselho Editorial, que demarcaram um limite, estabelecendo que o jornal precisaria ter verba e conseguir se sustentar. Segundo Silva, A.,²³ para ajudar nessa missão, logo foi percebido que o projeto do *Lampião da Esquina* poderia ser ampliado e a editora poderia ser responsável não só pelo jornal, mas também pela edição de livros. Assim, além do dinheiro captado com as vendas dos exemplares e a carteira de assinantes – que logo foi preenchida com pessoas de todo o país – a Esquina Editora teria a missão de publicar livros, sendo estes, preferencialmente, abordando temáticas homossexuais. É possível ratificar essa versão quando analisamos o exemplar de nº 0, onde o Conselho Editorial diz:

“[...] ficou decidido que os onze criadores formariam um Conselho, encarregado de traçar a linha editorial dessa publicação. O mesmo Conselho selecionará no futuro – de acordo com a viabilidade do projeto agora posto em prática –, sempre seguindo a linha adotada pelo jornal, os livros que a editora criada para editar *LÂMPIÃO* publicará (*LÂMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 0, p. 2).

²² *Ibidem*.

²³ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

Aqui podemos constatar o peso do *Lampião* para a editora. Consideramos o periódico não só como carro-chefe, mas como aglutinador dessas vozes que tinham como objetivo desmistificar, sobretudo, as homossexualidades na sociedade. Logo, podemos dizer que a própria Esquina, como empresa constituída, é fruto da relação entre 11 homossexuais e a ideia de formar um jornal homossexual brasileiro, ou seja, ela não é a responsável por lançar o *Lampião*, ela é, ao mesmo tempo, lançada com o *Lampião*. Por esse motivo, é praticamente impossível reconstituir a história da Esquina Editora sem consultar e citar as folhas do *Lampião da Esquina*, o que dificulta, em determinados momentos, o recorte com contornos bem delineados do nosso objeto de estudo. De acordo com informações encontradas no site de consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o “cnpj.rock”,²⁴ a Esquina Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda., foi registrada com o CNPJ: 29.529.856/0001-30 a partir de 19 de maio de 1978, isto é, um mês após o lançamento do *Lampião*. O Conselho Editorial da editora era composto pelos mesmos integrantes do Conselho Editorial do jornal, embora fique claro, ao longo dessa pesquisa, que os integrantes mais ativos tenham sido Aguinaldo Silva e João Silvério Trevisan.

Segundo Trevisan (2018), o jornal representava uma ação contra os pudores das esquerdas e direitas brasileira, tratando assuntos até então considerados secundários, como a liberdade sexual, homossexualidades, machismo, questões feministas, raciais, além de ecologia e artes. De acordo com o autor, por ser feito e analisado a partir do ponto de vista homossexual, a linguagem empregada no jornal era frequentemente repleta de deboches e “desmunhecada” (TREVISAN, 2018, p. 317). Fazia-se uso de palavras que até então soavam como pejorativas e que eram utilizadas frequentemente para atacar homossexuais, como a palavra “bicha”, que o próprio *Lampião* fez questão de desmitificar em texto assinado por Aguinaldo Silva: “O uso de tais palavras em *Lampião da Esquina*, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para em seguida desmistificá-las” (*LÂMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 3, p. 5). Desse modo, o *Lampião* incentivou o esvaziamento do significado ofensivo das palavras usadas por quem desejava atacar as homossexualidades, tornando comum o emprego dessas palavras e não tendo medo das suas utilizações.

Portanto, percebemos o *Lampião* como veículo de oposição a ideologias que fortaleciam os preconceitos da sociedade e, assim, cabe analisar o perfil da editora, para além do periódico. Segundo Maués (2013), não é o fato de estar ligado a um partido de esquerda ou ter muitas obras que abordem teóricos esquerdistas que fazem uma editora de oposição. De acordo com o

²⁴ <https://cnpj.rock/cnpj/29529856000130/esquina-editora-de-livros-jornais-e-revistas-ltda.html>

autor, para analisarmos esse fenômeno marcante das décadas de 1970 e 1980, alguns outros critérios precisam ser observados para que uma editora possa ser considerada de oposição. A começar pela adoção de uma linha editorial explícita que tenha unido atividade editorial e engajamento político, ou seja, títulos que criticassem ou provocassem questionamentos sobre o modelo político e ideológico vigente. O autor lembra que quando falamos em oposição ao regime militar, diversas correntes ideológicas estabeleceram a contestação como um objetivo comum, a exemplo dos liberais, comunistas, socialistas e nacionalistas. Do mesmo modo também funcionou para as editoras de oposição, que englobavam editoras de diversas tendências, diferentes tamanhos e propósitos, e que eram comandadas por editores e/ou conselhos editoriais, como é o caso da Esquina Editora, com simpatias e filiações diversificadas.

Maués (2013) completa que o número de obras editadas também influencia nessa demarcação. Aqui entendemos que não é necessária uma larga escala de produção para se definir uma editora de oposição, mas, é indispensável que olhemos dentro do número de obras lançadas e sejamos capazes de estabelecer um papel desafiante ao sistema, ou seja, é preciso identificar nos lançamentos da editora se o comportamentopositor – seja ele político ou ideológico – representou um firme posicionamento da produção daquela empresa, configurando assim, uma linha editorial oposicionista.

Sabemos que a linha editorial adotada pelo *Lampião da Esquina* promoveu o questionamento de comportamentos e preconceitos por parte da sociedade contra as homossexualidades, mas não só isso, com reportagens e textos, o periódico sabia da importância da leitura para o autoconhecimento e autoaceitação do ser homossexual, e quando a editora ainda não fazia lançamentos de livros próprios, esse comportamento de valorização da literatura como papel político e transformador já era evidenciado de outras formas, como a robusta divulgação de títulos literários que abordavam a temática homossexual lançados por outras editoras.

2.1.1 A literatura no *Lampião*

Os próprios leitores do *Lampião* marcavam a necessidade de uma literatura que levantasse a temática: “Que tal o jornal manter uma coluna de indicação de livros, publicações e outros jornais gueis? Quantas pessoas estão interessadas em ler livros sobre o assunto, mas não sabem como achá-los?” (*LÂMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 2, p. 15), diz um leitor. Outro pontuou a necessidade de se sentir representado: “Pois afinal os homossexuais, assim como

todo mundo, sentem a necessidade de conversar abertamente, de ver-se retratado nos livros que lê, na pintura que vê, na música que ouve” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 2, p. 15).

Em outra situação, um dos leitores afirmou, na seção “Cartas na Mesa”, o seu desejo em dar fim a sua própria vida pela sua suposta condição homossexual: “Há dias em que tenho vontade de me matar. Meus irmãos debocham de mim, meu pai me detesta [...] Peguei um panfleto anunciando o jornal de vocês numa livraria daqui [...] Será que vocês podem me ajudar?”, em tom imponente o *Lampião* respondeu:

Tudo o que você tem que fazer é se livrar de toda essa autopiedade, dessa autoflagelação [...] De qualquer modo, você frequenta livrarias, pelo menos isso. Pois leia, que isso em muito o ajudará. Se quiser, nós lhe mandamos uma lista de livros através dos quais você poderá descobrir o que realmente está acontecendo em torno de você. Informe-se, ache uma maneira de atuar no mundo em que vive, e deixe de ter pena de si mesmo. Há tanta coisa para ser feita no mundo, e você fica nessa de “ah, como eu sou infeliz?”. Não, não, não (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 0, p. 14).

O jornal sabia que a temática homossexual estava ocupando um espaço antes renegado, e que aqueles anos finais da década de 70 marcavam novas possibilidades, o que Hollanda e Gonçalves (1980) denominam como fruto da “distensão gradual”. O espaço para novas experimentações não estava livre da ótica capitalista, sobretudo após a Revolta de Stonewall,²⁵ que, segundo Barcellos (2006), impulsionou a construção de uma identidade *gay* no Ocidente, revelando novas formas de consumo, tanto comercial, quanto cultural. O *Lampião da Esquina* parecia ter conhecimento da ligação entre consumo e “representatividade”, fato apresentado pelo periódico em algumas situações, como podemos ver nos trechos assinados pelos colaboradores Alceste Pinheiro e João Silvério Trevisan:

De repente o homossexualismo virou assunto [...] Dezenas de reportagens, “análises científicas”, filmes e obras literárias ganharam lugar de destaque nas prateleiras. Hoje quem quer fazer sucesso precisa de um pouco de frescura, e é preciso ter entre os amigos uma bicha qualquer, para provar a abertura. Assim, nos meios de comunicação, da grande à pequena imprensa, das maiores às menores editoras, todos passaram a investir no assunto (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 0, p. 12).

[...] Um fato é inegável: o homossexual está sendo digerido e transformado em produto de consumo. Os “liberais” enchem os bolsos, sem oferecer qualquer risco ao Sistema. E *Sistema* aqui não é nenhum elemento abstrato: o Sistema caminha ao nosso lado e vive dentro de nós, perpetuando-se até mesmo quando supostamente encampa atitudes contestatórias, para evitar mudanças perigosas [...] Acontece que agora *LAMPIÃO* tem seu Próprio caso como exemplo: o número 1 foi um sucesso absoluto de venda, quase esgotou nas bancas. Então, que peixe estamos vendendo? A quem?

²⁵ Episódio onde policiais norte-americanos entraram no bar Stonewall In, famoso ponto *gay* de Nova Iorque, para fazer revista em homossexuais e travestis. Os frequentadores do bar viram aquilo como um claro sinal de perseguição e preconceito, então, muitos se rebelaram, iniciando um confronto com os policiais. Esse dia ficou conhecido como o Dia do Orgulho *Gay*.

Como? POR QUE? Ou seja, corremos o mesmo risco de comercializar a bicha. Isso só será evitado se desmistificarmos a questão homossexual mostrando que ela tem origens muito concretas e que não está isolado do contexto social. Para não se tornar mais uma válvula de escape nem permitir a perpetuação do gueto. LAMPIÃO precisa ir de encontro a todos os setores marginalizados que, oportunisticamente ou não, foram atirados à lata de lixo da História (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 2, p. 5).

Na edição de junho de 1978, o *Lampião da Esquina* trouxe uma entrevista realizada com Wiston Leyland. O material foi colhido justamente no momento em que Leyland passou pelo Brasil à procura de referências para construção da sua antologia de poesia e prosa latino-americana, *Now the Volcano*. Na entrevista, o diretor da *Gay Sunshine*, repercutiu a necessidade de obras literárias que abordassem a realidade das homossexualidades na América Latina: “O homossexualismo na literatura latino-americana é realmente uma incógnita para nós americanos [...] acho que existe um inegável interesse sobre literatura de qualidade que trate de assuntos homossexuais e reflita uma tomada de consciência do pessoal gay” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 2, p. 10).

Cientes dessa necessidade, observamos que desde as primeiras edições do *Lampião* grandes anúncios de obras literárias ocuparam as folhas do jornal, sendo que, geralmente, tratavam-se de livros de autores homossexuais e/ou livros que abordassem o tema por meio dos mais diversos gêneros literários, como contos, poesias, romances, entre outros. A partir da edição de nº 2, em julho de 1978, o jornal apresentou nas margens de suas páginas o *box* “Leia Agora”, acompanhado da frase: “Se você é definido como um lixo nos compêndios de História, ou nas teorias dos intelectuais da moda, leia estes livros. Seus autores têm algo a lhe dizer” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 2, p. 15).

Dessa maneira, com sugestões de leituras, o *Lampião* pretendia combater a forma como as homossexualidades eram apresentadas nas interpretações históricas, e até mesmo no conhecimento científico, geralmente retratadas como desvio burguês ou característica de pessoas com distúrbios psicológicos.

Na edição de nº 5, em outubro de 1978, o jornal trouxe como destaque de capa a entrevista com a escritora Cassandra Rios, precursora na literatura de ficção envolvendo lesbianidade, segundo Fernandes (2015). O *Lampião* chegou a fazer a divulgação comercial de obras da autora, editadas pela Global Editora e Edições Símbolo.

Figura 3 – Anúncios de livros de Cassandra Rios

A obra
de
**Cassandra
Rios**



Seus livros
publicados na

**GLOBAL
Editora**

— Mutreta	Cr\$ 80,00
— As mulheres dos cabelos de metal	Cr\$ 70,00
— O Bruto Espanhol	Cr\$ 80,00
— A Paranoíca	Cr\$ 90,00
— Censura	Cr\$ 60,00
— Marcelina	Cr\$ 80,00

Próximo lançamento

**Cassandra
Rios** UMA REVOLUÇÃO EM NOVO LINGUAGEM

A SANTA VACA

A santa vaca

Em outubro em
todas as livrarias

Pedidos à

Global Editora e
Distribuidora Ltda.

Rua José Antônio Coelho 814
CEP 04011 — São Paulo

Tel. 549-3137

ANASTÁCIA



Sensível aos problemas de uma sociedade que se desinfiltra de sociedade global, Cassandra nos apresenta as contrariedades e confusões emocionais de uma classe mal compreendida e mal interpretada, que é a classe homossexual.

Neste romance são dissecados principalmente os problemas que implicam na desmoralização desta classe que procura defender-se fazendo valer os seus Direitos Humanos.

**A VENDA EM TODAS
AS LIVRARIAS**



EDIÇÕES SÍMBOLO

Fonte: *Lampião da Esquina* (1978, n. 5, p. 9-10).

Nessa mesma edição, o jornal também apresentou o *box* de divulgação de livros, mas antecedido por outra frase: “Sem essa de amor maldito” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 5, p. 6). Assim, o *Lampião* enfatizava, mais uma vez, sua posição libertária a favor das homossexualidades e da liberdade sexual sem culpa. Dessa forma, evidenciava também o destaque com que o jornal trataria a literatura, ampliando cada vez mais o espaço para indicações de obras.

Figura 4 – Catálogo de livros à venda no *Lampião*

Sem essa de amor maldito!	
Oscar Wilde estava certo no seu tempo. Mas as coisas mudaram, e estes autores mostram por que. Leia-os e aprenda: o ex-amor maldito agora é uma boa.	
Os Solteirões	Cr\$ 80,00
Gasparino Damata	
Crescilda e Espartanos	Cr\$ 65,00
A Meta	Cr\$ 65,00
Darcy Penteadado	
Primeira Carta aos Andróginos	Cr\$ 65,00
República dos Assassinos	Cr\$ 70,00
O Crime Antes da Festa	Cr\$ 50,00
Aguinaldo Silva	
Testamento de Jônatas Deixado a Davi	Cr\$ 65,00
João Silvério Trevisan	
Peça pelo Reembolso Postal à Esquina — Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda. Caixa Postal 41031 Cep 20241 Rio de Janeiro — RJ	
LAMPIÃO da Esquina	

Fonte: *Lampião da Esquina* (1978, n. 5, p. 6).

Como podemos constatar nesse *box*, as obras divulgadas eram dos próprios jornalistas do *Lampião*, mas editadas por outras empresas, a exemplo de *Primeira carta aos andróginos* de Aguinaldo Silva, *Os solteirões*, de Gasparino Damata, ambos lançados pela editora Pallas em 1975; *A meta* (1976), de Darcy Penteadado, editado pela Símbolo; e *Testamento de Jônatas deixado a Davi* (1976) de João Silvério Trevisan, editado pela Brasiliense. Esse mesmo *box* foi apresentado ao longo dos anos, incorporando novas indicações e frases de apresentação, aparentemente sem nenhum critério gráfico, ora aparecendo nas últimas páginas, ora nas páginas centrais do jornal.

Green (2019) defende que, a contar da liberdade de discussões e trocas de vivências na década de 1970, houve uma profusão de obras literárias e acadêmicas a respeito das homossexualidades, que a partir desse momento, não se respaldavam mais em levantamentos das décadas de 1930 e 1940, que apresentavam um teor médico-legal sobre as homossexualidades. Para o autor, as obras literárias que abordavam a temática homossexual nas décadas de 1960 e 1970 ajudaram a construir novas visões sobre a homossexualidade. O autor cita como exemplo a obra *Os solteirões*, que apresentou, através da literatura, as experiências de michês, bichas e uma nova categoria: “um homem identificado com a

masculinidade que só ia para a cama com jovens viris” (GREEN, 2019, p. 425). Outra possibilidade também é destacada na capa do livro *A meta*, de Darcy Penteado, onde um homem musculoso e sem camisa representa a imagem de um “gay macho”, padrão popular nos Estados Unidos e Europa, que parece contrapor a ideia de que todo gay é, necessariamente, afeminado. Portanto, com esses exemplos, as formas de representação gay foram ampliadas, não limitando a imagem homossexual a trabalhadores da moda, cabeleireiros, artistas e carnavalescos.

Segundo Rodrigues (2014), o *Lampião da Esquina* também objetivava apresentar uma identidade homossexual que não era encontrada na grande imprensa. Nesse sentido, a questão do feminismo e as especificidades das mulheres lésbicas também estiveram presentes no jornal, embora em menor número, o que gerou, em diversos momentos, críticas ao jornal, como explicitou uma leitora:

É certo que o jornal tem repetidamente proclamado (e posto em prática algumas vezes) que suas páginas estão à disposição das mulheres (feministas, homossexuais, heterossexuais), muito embora a essas proclamações não tenha faltado um certo tom simpático e paternalista de dono da bola, que concede se quiser, como quiser e quando quiser (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 11, p. 18).

Após incentivar e esperar a participação feminina no *Lampião*, o periódico destacou em abril de 1979: “ELAS (homo e hetero) realmente ‘invadiram’, como a gente vinha pedindo, nossa última reunião de pauta, e os frutos você já começa a ver nesse número” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 11, p. 18). De acordo com Fernandes (2015), pela primeira vez as mulheres falariam por si e sobre a realidade de opressão vivenciadas por elas. O jornal, que chegou a ser criticado no início das atividades por não ter mulheres em seu corpo editorial, foi elogiado, em 1979, por um coletivo feminista de Porto Alegre (RS) ao estar apresentando o tema de forma regular:

Acompanhamos desde o início a trajetória do LAMPIÃO, e foi com alegria e surpresa que pudemos nos identificar bastante com sua proposta essencial, embora tenhamos algumas observações críticas a respeito de alguns pontos específicos, que não vamos abordar agora. No momento, o importante é dizer que este jornal é quase o único que atualmente vem colocando a questão do feminismo de forma mais consequente e sistemática, mesmo através de simples relatos, do Encontro Nacional de Mulheres (do qual participamos) ou do debate sobre as minorias, por exemplo (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 17, p. 5).

A abertura de espaço para as questões lésbicas e feministas não se deu apenas nas matérias do *Lampião*. As indicações literárias também ampliaram as possibilidades e passaram a contemplar as questões feministas com mais engajamento. Na edição de nº 17, o que nos chama a atenção é a coordenação entre as indicações literárias e a reivindicação por parte das

leitoras do *Lampião*. Aqui foram indicadas duas obras escritas por mulheres que pautavam questões femininas. “Dois livros para quem gosta realmente de mulher” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 17, p. 6), registrou o jornal ao apresentar os livros: *Psicanálise e feminismo* (1979), de Juliet Mitchel, e *Liberação da mulher: ano zero*, de Emmanuèle Durand e outras.

Figura 5 – “Dois livros para quem gosta realmente de mulher”



Fonte: *Lampião da Esquina* (1979, n. 17, p. 6).

Nessa mesma edição, outro *box*, um pouco maior, apresentava novas sugestões: “Estes livros falam de você. Suas paixões e problemas, suas alegrias e tormentos. Leia-os” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 17, p. 9). Embora seja possível perceber a tentativa de apresentar obras relacionadas às mulheres, podemos verificar que a maioria das obras comercializadas nas folhas do *Lampião* era escrita por homens e geralmente centravam-se em questões dos homens gays.

Figura 6 – Catálogo de livros à venda no *Lampião*

Estes livros falam de você

Suas paixões e problemas, suas alegrias e tormentos. Leia-os

<p>TEOREMAMBO Darcy Pentado 108 páginas, Cr\$ 120,00</p> <p>Um Papai Noel muito louco, uma bichinha sorveteira, uma fada madrinha desligada, a história do bofe a prazo fixo: muito humor e <i>non sense</i> no novo livro do autor de <i>A Meta</i> e <i>Crescilda e Espartanos</i>. Ilustrações do autor.</p> <p>A META Darcy Pentado 99 páginas, Cr\$ 120,00</p> <p>"Darcy Pentado ilumina detalhes do gueto que a maioria gostaria que o homossexual fosse circunscrito" (Léo Gilson Ribeiro). O livro de estreia de um escritor que é também um ativista em favor dos grupos estigmatizados.</p> <p>CRESCILDA E ESPARTANOS Darcy Pentado 189 páginas, Cr\$ 160,00</p> <p>"Um livro como este, que fala tudo aberta e desafiadamente, possui a dignidade bem mais culturalmente verdadeira de resistir aos bárbaros preconceitos" (Paulo Hecker Filho). Duas novelas e cinco contos, do total <i>non sense</i> ao realismo poético.</p> <p>NO PAÍS DAS SOMBRAS Agulnaldo Silva 97 páginas, Cr\$ 120,00</p> <p>Dois soldados portugueses vivem um grande amor em pleno Brasil colonial; envolvidos numa conspiração forjada, acabam na forca. A história, recontada a partir de 1968, faz um levantamento de quatro séculos de repressão.</p>	<p>REPUBLICA DOS ASSASSINOS Agulnaldo Silva 157 páginas, Cr\$ 150,00</p> <p>Bichas, piranhas e pivetes enfrentam o Esquadrão da Morte (e vencem!) A incrível história de um dos períodos mais conturbados da vida brasileira, de 1969 a 1975, tendo como pano de fundo os cenários do submundo carioca.</p> <p>PRIMEIRA CARTA AOS ANDRÓGINOS Agulnaldo Silva 134 páginas, Cr\$ 120,00</p> <p>"A única maneira de obter a igualdade e o progresso nos relacionamentos humanos e amorosos consiste na expressão franca da natureza bissexual de todo homem e mulher". Um romance que é, também, um estudo sobre a sexualidade.</p> <p>O CRIME ANTES DA FESTA Agulnaldo Silva 136 páginas, Cr\$ 100,00</p> <p>Através da história de Ângela Diniz e seus amigos, que ele trata como se fosse ficção, o autor interpreta e esclarece todas as conotações de um instante dramático de nossa alta sociedade. Um libelo contra o machismo e a opressão.</p> <p>TESTAMENTO DE JONATAS DEIXADO A DAVI João Silveiro Trevisan 139 páginas, Cr\$ 120,00</p> <p>Uma viagem do autor em busca de si mesmo. Anos de estrada, de solidão e fome resumidos num livro escrito com suor e sangue. Nestes contos, a história de uma ge-</p>	<p>ração cujos sonhos foram queimados lentamente em praça pública</p> <p>QUEDA DE BRAÇO Vários autores 302 páginas, Cr\$ 150,00</p> <p>Uma antologia do conto marginal, reunindo os autores que os editores têm medo de publicar. Gente finíssima: Benício Medeiros, Fernando Tatagiba, Glauco Mattoso, Júlio César Monteiro Martins, Nilton Maciel, Luiz Fernando Emediato, Paulo Augusto e Reinoldo Atem, entre outros.</p> <p>OS SOLTEIRÕES Gasparino Damata 213 páginas, Cr\$ 140,00</p> <p>Um livro que se dispõe a esmiuçar o mundo dos homossexuais e tudo o que os tolhe: a incompreensão que os cerca, o medo. Escrito sem meias palavras, ele vai buscar a linguagem dos seus personagens lá onde o autor os encontrou.</p> <p>O FANTASMA DE CANTERVILLE Oscar Wilde De <i>Profundis</i> e <i>Balada do Cárcere</i> de Reading, dois dos mais patéticos depoimentos pessoais da literatura universal, juntos num livro que também reúne algumas das histórias mais espirituosas e brilhantes do autor. Um livro raro.</p> <p>SHIRLEY Leopoldo Serran 95 páginas, Cr\$ 110,00</p> <p>A história de amor entre um travesti da noite paulista e um operário de Cubatão.</p>	<p>Waldir/Shirley é um personagem que aceite enfrentar todas as humilhações para ser fiel ao seu desejo. Dois seres humanos, coisificados pela opressão, brigam pela vida.</p> <p>RELATÓRIO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA Michel Bon e Antoine d'Arc 381 páginas, Cr\$ 400,00</p> <p>Mil homossexuais respondem a um questionário: são homens que se atraem, se amam, se invejam, se unem para o melhor e o pior, conhecem as alegrias e os tormentos do amor e querem integrar-se numa sociedade que ainda os difama, lança-os na prisão ou os destenha.</p> <p>COXAS Roberto Piva 70 páginas, Cr\$ 85,00</p> <p><i>Sex fiction & Delirios</i> de um poeta louquíssimo: pornosamba para o Marquês de Sade, Bar Cazzo d'Oro, Antino e Adriano e outros poemas. As ilustrações são de Maty Vitart.</p> <p style="text-align: center;">*****</p> <p>Escolha os que você quer ler e faça o seu pedido pelo reembolso postal à Esquina — Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda. Caixa Postal 41031, CEP 20.000, Rio de Janeiro — RJ. Você só pagará quando receber o aviso do correio.</p>
--	--	--	--

Fonte: *Lampião da Esquina* (1979, n. 17, p. 9).

As vendas desses livros eram feitas por envio postal, método que explicaremos mais adiante quando abordarmos os lançamentos próprios da Esquina. Aqui precisamos salientar que os resultados da comercialização dessas obras ajudavam a vida financeira do jornal. Além desses anúncios em finais de página, o *Lampião da Esquina* também destinou, em suas folhas, outros espaços à literatura homossexual, tida à época como uma literatura marginal.

Existe no campo acadêmico dos estudos literários um longo debate sobre a terminologia e a utilização da categoria "Literatura Marginal". As discussões envolvem as décadas de 1960, 1970, a "abertura política" e o uso da literatura para revelar um povo e suas memórias, o que gerava críticas acadêmicas por uma suposta literatura populista. Gonzaga (1981) defende que o termo "marginal" abre possibilidades para diversas interpretações na sociedade, sendo comumente atrelado à prostituta, ao ladrão, ao morador em situação de rua e ao desprivilegiado econômico. Na década de 1970, o termo esteve relacionado à produção artística, sobretudo para a produção literária, tornando-se um grande guarda-chuva para abrigar diversos setores. Resguardadas as críticas, o autor apresenta o conceito dividido em três possibilidades: "os marginais da editoração", "os marginais da linguagem" e os "marginais por apresentarem a fala daqueles setores excluídos dos benefícios do sistema" (GONZAGA, 1981, p. 149).

A primeira categoria abrange as obras editadas longe dos circuitos comerciais ou da lógica capitalista de produção, o que, de certa forma, limitaria a divulgação da obra à região em que foi produzida. “Os marginais da linguagem” seriam caracterizados por autores que rejeitavam a linguagem institucionalizada, buscando fazer uma revolução da palavra a partir dos escritos, o autor defende que, dentro dessa categoria, os poetas e romancistas seriam os mais entusiastas. As produções sobre a vida dos excluídos do sistema, compõem a terceira categoria proposta por Gonzaga. Nessa categoria, o que parece estar em voga é a apresentação do cotidiano dos oprimidos da sociedade, sabidamente composta por negros, pobres, homossexuais e mulheres.

Nesse sentido, alguns indícios nos lançam à hipótese de que a literatura produzida pela Esquina Editora tenha sido fruto de uma literatura marginal, a começar quando o próprio Conselho Editorial manifestou seu interesse em publicar obras que seguissem a mesma linha editorial do jornal *Lampião da Esquina*: “O mesmo Conselho selecionará no futuro – de acordo com a viabilidade do projeto agora posto em prática –, sempre seguindo a linha adotada pelo jornal, os livros que a editora criada para editar LAMPIÃO publicará” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 0, p. 2), ou seja, obras atentas às especificidades da vivência homossexual, que narrassem os desafios e prazeres do ser desviante da heterossexualidade.

Segundo Silva, A.,²⁶ desde aventada a possibilidade de publicação de livros pela Esquina Editora, ficou definido que os livros editados pela empresa contemplariam a temática do jornal: “O que queríamos era publicar livros ‘progressistas’, do nosso ponto de vista, ou seja, livros que de alguma maneira abordassem a temática dos *gays*, ou que pelo menos fossem libertários, do ponto de vista do sexo”.²⁷ Além disso, segundo o jornalista, seria dada oportunidade aos autores que não teriam chances em editoras de maior prestígio, dessa forma, os escritores que participavam do Conselho Editorial do *Lampião* não teriam seus livros editados pela Esquina, mas sim autores que tinham sido esquecidos ou que não fossem reconhecidos suficientemente. Portanto, é a terceira categoria defendida por Gonzaga (1981) que nos parece propicia para utilizar neste presente trabalho, ou seja, a categoria da literatura marginal que apresenta a realidade de pessoas marginalizadas em processos sociais. Com isso, pretendemos ao final da nossa análise, identificar a apresentação dessa literatura marginal dentro da Esquina Editora.

²⁶ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

²⁷ *Ibidem*.

Gonzaga (1981) defende que os livros de depoimentos jornalísticos, de contos-reportagens, as biografias ou ainda os livros de memórias, o que o autor denomina de “desabafo panfletário” (1981, p. 152), são formas utilizadas por esse segmento da literatura marginal e que abrange diversos escritores brasileiros, tendo entre os mais expressivos, o escritor João Antonio. Por sua vez, João Antonio chegou a afirmar em entrevista: “Tenho procurado dar voz a quem não tem nenhuma no mundo brasileiro de hoje: pivetes, marginalizados, gente sem eira nem beira, mais de 60 milhões de brasileiros”.²⁸ Nesse sentido, Hollanda e Gonçalves (1980) afirmam que é na década de 1970 que acontece a ampliação de autores tidos como marginais, que se colocavam em oposição ao regime ao lado do povo, mostrando a realidade da sociedade e participando das modificações sociais (tanto na esfera política, quanto na moral). Os autores citam que, nesse momento, o mercado editorial percebeu chances de expandir as atividades, e tornar a “abertura” um bom “negócio”. Os autores destacam a presença do escritor Aguinaldo Silva, no Rio de Janeiro, com obras que abordavam as “minorias sexuais”²⁹ (1980, p. 71), como por exemplo, *Cartas aos andróginos*, que esteve à venda nas páginas do *Lampião da Esquina*.

Isto posto, desde a primeira edição do *Lampião*, foi possível encontrar as seções “Literatura”, onde geralmente eram apresentados trechos ou resumos de livros, e “Tendências” que se dividia em subseções: “o disco”, “a peça”, “a exposição”, “o show” e “o livro”, e servia como um espaço de dicas e críticas. Abaixo destacamos a forma despojada e repleta de trocadilhos com que a seção apresentava suas indicações literárias. O “dedo”, em destaque no título e na imagem, parece brincar com o leitor e fazer alusão a um objeto fálico, além dos trocadilhos ao longo do texto para apresentação das obras literárias *Os caninos do vampiro* (1979), de Flávio Aguiar; *Sangue, papéis e lágrimas* (1979), de Doc Comparato; *No país das sombras* (1979), de Aguinaldo Silva e o livro de poesias *Coxas* (1979), de Roberto Piva:

²⁸ Entrevista concedida à Hollanda e Gonçalves (1980, p. 58).

²⁹ Termo utilizado para se referir às homossexualidades.

Figura 7 – Anúncio de livros na seção “Tendências”

TENDÊNCIAS

o livro

O dedo do autor

Este rapaz, com este dedo enorme e esta barba negríssima, chama-se Flávio Aguiar; é escritor, e acaba de lançar um livro de contos chamado “Os Caninos do Vampiro”, que a gente recomenda (infelizmente só o livro, porque o autor não será exposto nos balcões das livrarias...). Outro livro para os lampiônicos curtirem (também de contos) é *Sangue, Papéis e Lágrimas*, de Doc Comparato, lançamento da nossa irmãzinha, a editora Sigmunda Codecri. E não esquecer que já está nas livrarias o novo livro de Aguinaldo Silva, *No País das Sombras* altas transações homossexuais entre dois soldados portugueses, em *Olinda* (passem!), 1604. Por último, um livro de poesias (por último, mas não em ordem de importância): *Coxas* de Roberto Piva; há quem diga que o título do livro está incompleto: devia ser “coxas quentes”. O livro de Piva vai entrar em nosso reembolso. Quem quiser, já pode ir reservando o seu exemplar.



Fonte: *Lampião da Esquina* (1979, n. 14, p. 15).

A partir da edição de nº 21, a literatura passou a ter espaço de maior destaque nas folhas do *Lampião*, com o lançamento da seção “Biblioteca Universal Guei”. A seção, além de servir como estímulo à literatura, pretendia ajudar na vida financeira do jornal. Segundo Rodrigues (2015), uma vez que o jornal se apresentava como um periódico essencialmente brasileiro, a grafia da palavra *gay* foi modificada com o intuito de “abrasileirar” o termo e aproximar os leitores, sendo empregada em todo o jornal. Nessa altura, através da seção “Biblioteca Universal Guei” as indicações literárias passaram a ocupar mais espaços no periódico, chegando a tomar mais da metade de uma folha com sugestões de leituras que abordavam a temática homossexual, apresentando autores conhecidos como Oscar Wilde, Paulo Hecker Filho, Gore Vidal, Cassandra Rios, Severo Sarduy e Walker Luna. Quando se tratava de lançamentos, o *Lampião* anunciava as obras com substancial destaque, assim funcionou quando anunciou a noite de autógrafos de Darcy Penteado com o livro *Teoremambo* (1979), da Editora Cultura (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 15, p. 17). Ou ainda o lançamento do livro que contava a história de amor de uma travesti paulista, *Shirley* (1979), de Leopoldo Serran, lançado pela Codecri.

Figura 8 – Anúncio do livro *Shirley* de Leopoldo Serran

**Não deixe de ler
o desbundante roteiro-romance
de Leopoldo Serran.**

Eles estão nas esquinas e nas boates. Debaixo dos lâmpões, dos Spots. Aves Noturnas. Na pia baptismal receberam nomes – José, Ricardo, Rufino, Waltencir, Waldir. Mas no brilho da noite seus nomes mudaram – Monique, Luciana, Jacqueline, Deborah, Shirley.

Esta é a história de Waldir/Shirley. A história de um personagem que aceita e enfrenta todas as humilhações para ser fiel ao seu desejo.

96 páginas.
Apenas 100 cruzeiros.
Prefácio de Cacá Diegues.



Peça hoje mesmo pelo Reembolso Postal.
Não precisa mandar dinheiro agora. É só escrever para
A ESQUINA – Editora de Livros Jornais e Revistas Ltda.
Caixa Postal 41031 – CEP 20.000 – Rio de Janeiro – RJ

Fonte: *Lampião da Esquina* (1979, n. 19, p. 5).

Portanto, por esses e outros exemplos, podemos constatar que a literatura sempre esteve presente nas páginas do *Lampião*, fortalecendo a divulgação de autores marginais, ou seja, aqueles que desafiaram padrões hegemônicos da época, com lançamentos, geralmente, em editoras de oposição.

2.2 A editora que começou sem lançamentos

Mesmo a Esquina Editora surgindo com o *Lampião da Esquina* e enfatizando sua vontade em lançar livros, percebemos que os esforços iniciais foram dados ao jornal, fato justificável quando entendemos que o periódico se configurou como a principal fonte de trabalho e de renda da editora. Contudo, não demorou para que a Esquina anunciasse nas folhas do *Lampião* os seus futuros lançamentos de livros. Como identificamos, nem todas as obras anunciadas chegaram de fato a serem editadas e lançadas pela Esquina, mas se faz importante o levantamento e apresentação dessas obras para que possamos conhecer a espinha dorsal da linha editorial da Esquina.

É importante destacar que havia uma comissão editorial responsável pela escolha dos livros que seriam editados. Nove dos 11 integrantes do Conselho Editorial do *Lampião* faziam parte da Comissão Editorial da Esquina. Segundo Aguinaldo Silva, o grupo discutia as possibilidades na própria reunião de pauta do jornal: “Na reunião de pauta alguém tinha ideia ‘por que não publicamos isso e aquilo?’ [...] ‘vamos fazer isso? Por que não vamos fazer isso?’, era tudo muito democrático as discussões, eram muito exaustivas, porque nós participávamos para chegar a um consenso, e isso era muito bom”.³⁰ Bourdieu (2018) define o papel desses agentes como “dispositivo institucional”, ou seja, uma equipe consultiva de avaliação do que pode ser publicável ou não. Observemos, no entanto, que uma comissão editorial, difere da função de editor.

Segundo Bourdieu (2018), “o editor é aquele que tem o extraordinário poder de assegurar a publicação, ou seja, de fazer com que um texto e um autor tenham acesso à existência pública, conhecida e reconhecida” (2018, p. 200), mais que isso, o editor é a figura chave que elege “diferentes critérios de avaliação que os predispõem, por exemplo, a pender para o lado do “literário” ou para o lado do “comercial” (2018, p. 200). O fato de as decisões apresentadas pela comissão editorial da Esquina terem sido, como defende Aguinaldo Silva, democráticas, não eliminou os papéis de editores, logo, responsáveis pela palavra final. Desse modo, identificamos que Francisco Bittencourt e Aguinaldo Silva se ocuparam dessa função. Do ponto de vista gerencial, este último encabeçou o cargo, não só na editora, como no jornal, muito possivelmente pela sua condição financeira: “foi uma fase que eu saí de *O Globo* e fui para a TV Globo, então eu era a pessoa que mais tinha uma folga de grana, então muitas vezes eu contratava a edição do jornal, porque mesmo com a quantidade de assinaturas de livros que a gente vendia e jornal nas bancas, tudo era muito caro”.³¹

O primeiro anúncio de uma obra literária que seria editada pela Esquina veio através da seção “Literatura”, na edição de nº 2, em junho de 1978. O título da chamada dizia em letras vermelhas: “Fragmento de um romance inédito, a ser lançado em livro pela Esquina” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 2, p. 16). A seção apresentou um texto assinado pelo escritor Harry Laus, que narrava um diálogo entre “O Cara” e “Lady Águia”. O texto é escrito sem acentuação gráfica, o que de certa forma dificulta a compreensão. Além disso, é acompanhado da ilustração de um homem e uma cadela da raça dalmata, arte do desenhista Darcy Penteado, que fazia parte do Conselho Editorial do jornal e da editora. Apesar de

³⁰ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

³¹ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

anunciar que tal obra seria lançada pela Esquina, o jornal não informou nada mais a respeito do que seria a estreia de livros da Esquina Editora, como data de lançamento, preço e formas de aquisição, nem mesmo o título do livro e/ou notas sobre o seu autor. Identificamos que se tratava da obra *Monólogo de uma cachorra sem preconceitos*, do catarinense Harry Laus. De acordo com Santos (1997), um livro assumidamente autobiográfico, mas conduzido pela visão da cachorra Lady Águia – a cachorra sem preconceitos – que narrava as experiências sexuais vividas pelo “O Cara” – o seu dono – que gozava da sua liberdade homo(sexual), ao mesmo passo que reprimia as experiências sexuais da cadela. Com esse resumo, percebemos que a sexualidade seria tema principal do primeiro livro da Esquina Editora.

A jornalista Maria Aparecida Borges Vieira (2009) apresenta o levantamento de correspondências enviadas ao autor ao longo de sua vida literária em sua dissertação de mestrado. Através dessa catalogação, identificamos que a aproximação de Laus com a Esquina se deu através de Darcy Penteado, que chegou a enviar carta ao autor informando o lançamento do *Lampião da Esquina* e o desejo do Conselho Editorial de lançar obras literárias, além disso, enfatizou que o jornal estava aberto para contribuições do escritor. O que nos chama a atenção é que, embora o livro tenha sido anunciado nas folhas do *Lampião da Esquina*, ele não chegou a ser editado, inaugurando assim, uma série que chamaremos de “quase obras” da Esquina, ou seja, livros que foram anunciados como lançamentos, mas que na realidade não chegaram a ser editados e aqui, nesta dissertação, quando possível, apresentaremos os motivos.

Para este caso, embora Darcy Penteado tenha sido responsável pelas oito ilustrações que compõem o livro de Harry Laus, a edição foi feita pelo próprio autor. Segundo Santos (2002), mesmo com a riqueza de detalhes da narrativa, as editoras comerciais não viabilizaram a edição da obra. De acordo com a autora, o livro teve formato de revista e contou com uma tiragem de mil exemplares, o que gerou uma repercussão em âmbito limitado. Essa foi a única vez que Harry Laus assinou texto no *Lampião*, e a única vez que o jornal fez a divulgação do que seria o primeiro livro da Esquina. Para Aguinaldo Silva, a falha já no primeiro lançamento representava a fragilidade da proposta e da ambição em tornar a Esquina em uma editora ativa:

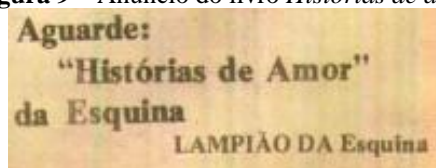
O projeto começou a ficar muito ambicioso, nas nossas possibilidades. Na verdade, o projeto editorial era mais um delírio, a gente queria fazer. Mas cadê os meios? Toda a grana possível era conseguida no jornal, você tinha que pagar adiantado, inclusive, à gráfica. E aí, o que sobrava [...] por exemplo, ninguém tirava dinheiro ali. Ninguém ganhava dinheiro [...], não foi um projeto muito bem estruturado, porque a gente não tinha tempo para isso.³²

³² SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

Como vimos no tópico anterior, a seção “Cartas na Mesa” se estabeleceu como um canal de comunicação oficial entre os leitores e os jornalistas do *Lampião*. Além de críticas, denúncias e reclamações, os desejos dos leitores também eram apresentados e, em muitos casos, atendidos pelo Conselho Editorial. Segundo Bandeira (2006), a relação entre escritores e leitores foi fortalecida por essa dinâmica participativa e, mais que isso, o ato de ler levou o autoconhecimento do ser-homossexual. Constatamos que diversas vezes, nessa seção, foram manifestadas a necessidade de indicações de obras literárias que abordassem a temática homossexual, seja em contos ou romances. De acordo com Schmidt (2017), esse processo de representação, ou seja, de “desejo por identidade”, torna possível a introdução do sujeito na vivência social e cultural do momento vivido.

Podemos apresentar mais alguns exemplos desse desejo de representação, como na edição de novembro de 1978, onde um leitor cobrou: “Mais histórias de amor, que são ótimas” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 6, p. 14). Outro leitor solicitou conteúdos que ajudassem a conscientização *gay*, e para todos os pedidos, o Conselho alertou: “Está nos planos da nossa editora o lançamento, o mais breve possível, de um volume intitulado ‘Histórias de Amor’ especialmente dedicado ao nosso público leitor” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, n. 5, p. 15). O jornal referia-se a uma obra que já havia sido prometida desde a edição de nº 4, em agosto de 1978, onde um simples aviso de canto de página dizia: “Aguarde: ‘Histórias de Amor’ da Esquina”:

Figura 9 – Anúncio do livro *Histórias de amor*



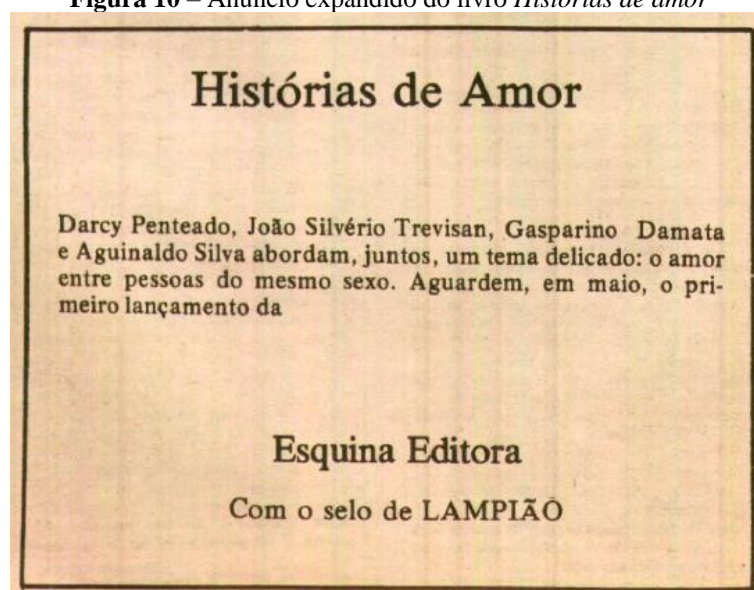
Fonte: *Lampião da Esquina* (1978, n. 4, p. 18).

Nas edições seguintes, o *Lampião da Esquina* continuou a divulgar o lançamento da obra que abordaria o amor homossexual e seria escrito por Darcy Penteado, com o texto *Meu amante, o ser voador*; por João Silvério Trevisan, com *Os sete estágios da agonia*; por Gasparino Damata, em *A desforra*; além de *O amor grego*, de Aguinaldo Silva.

Na edição de janeiro de 1979, a primeira grande propaganda do livro dividia espaço com o anúncio de outra obra literária e uma longa matéria sobre etnias indígenas no Brasil. O desejo de ampliar as margens de atuação comercial da editora continuava ativo naquele ano: “Mas a gente não vai arredar pé. Vamos transformar a Esquina numa editora. Vamos publicar livros para o povo guei, aguarde, em março, Histórias de Amor, nosso primeiro livro” (*LAMPIÃO DA*

ESQUINA, 1978, n. 8, p. 15). De acordo com Aguinaldo Silva,³³ a grande dificuldade para o lançamento do livro foi a falta de coordenação entre os autores da obra, tendo em vista que cada um seria responsável por uma história de amor que envolvesse a temática homossexual. Segundo o autor, ele já contava com material narrativo sobre uma tórrida noite de amor entre uma travesti, que se apresentava em um cabaré, e um homem que assistia ao seu espetáculo, ao passo que Trevisan também já tinha conteúdo selecionado, faltando aos demais autores entregar o texto e iniciarem as tratativas editoriais, fato que não aconteceu.

Figura 10 – Anúncio expandido do livro *Histórias de amor*



Fonte: *Lampião da Esquina* (1979, n. 9, p. 7).

Diferentemente do livro de Harry Laus, que foi anunciado de forma modesta na seção “Literatura” como obra que seria editada pela Esquina, o *Lampião da Esquina* anunciou o lançamento de *Histórias de amor* em suas páginas durante quase toda sua existência. Registramos anúncios entre as edições de nº 4, em agosto de 1978, e nº 36, em maio de 1981. Segundo Antonio Carlos Moreira,³⁴ jornalista e colaborador do *Lampião da Esquina*, a obra representava também um dissenso sobre a forma de abordagem do tema homossexualidade, pois, enquanto Aguinaldo Silva imprimia uma linha mais popular ao tema, que capturasse um público homossexual mais variado e consequentemente ampliasse a margem de venda e lucro, João Silvério Trevisan, editor que ficava em São Paulo, visava um perfil mais militante, que permitisse discussões mais profundas sobre a temática. Tal relação entre consumismo e

³³ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

³⁴ Usaremos MOREIRA quando estivermos nos referenciando à entrevista de Antonio Carlos Moreira ao autor (2020).

ativismo marcaram os meses finais da Esquina Editora e o *Lampião da Esquina*, fato que abordaremos adiante.

Ainda em 1979, o *Lampião da Esquina* apresentou uma entrevista com outra referência do movimento homossexual internacional da época, o professor australiano Dennis Altman, autor do livro *Homosexual, oppression and liberation* (1972). De acordo com um dos fundadores do *Lampião da Esquina*, João Antonio Mascarenhas,³⁵ foi essa obra que despertou nele a vontade de aprofundar os estudos a respeito das homossexualidades no Brasil, além de encorajá-lo a traçar metas para a formação oficial do movimento homossexual no país a partir da década de 1970.

A entrevista de Altman para o *Lampião* repercutiu o conteúdo do livro, que já contava com edições nos Estados Unidos, Austrália, França, Itália e Grã-Bretanha, e, em alguns desses países, livrarias teriam se recusado a vendê-lo, pelo fato de abordar a temática homossexual (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 16, p. 3). No Brasil, a obra ainda não tinha sido lançada, o que foi apresentado como uma novidade das futuras atividades da Esquina: “Dennis Altman cedeu à Esquina Editora os direitos de publicação do seu livro em português. A tradução, a cargo de Francisco Bittencourt, já está em andamento” (1979, n. 16, p. 3). O lançamento do livro chegou a ser lembrado e marcado para o primeiro semestre de 1980 (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1980, n. 20, p. 20). No entanto, não encontramos o livro de Dennis Altman entre as edições da Esquina Editora, tampouco foi uma obra publicada no Brasil. Segundo Altman,³⁶ motivos financeiros podem ter dificultado a tradução e lançamento da obra pela Esquina. Aguinaldo Silva³⁷ destaca que a cessão dos direitos autorais à Esquina foi um grande facilitador, mas além das dificuldades econômicas, outras crises marcavam as atividades no jornal, como a possível aproximação do jornal com partidos de esquerda:

Uma facção achava que o jornal tinha que ser apenas aquele assunto, porque era um assunto político, e outra facção que achava que não tinha que assumir uma posição político/partidária de esquerda, e eu dizia: “eu sei que o jornal é muito mais à esquerda que esses partidos que vocês estão querendo apoiar”. “O jornal é muito mais à esquerda que esses projetos inteiramente fora do eixo.” Mas muita coisa que a gente pretendia fazer, acabamos não fazendo, que acabou não fazendo por uma razão muito simples, chegou um dia que a gente teve uma grande discussão sobre isso e aí “me acusaram” de ser o “ditador” do jornal, o que mandava no jornal. [...] Queriam um jornal mais político, mas não político das minorias, mas, mais “político do mesmo”, né? E eu evitava muito isso, eu tinha momentos de grande tensão porque eu falava “você está fazendo um jornal desse, não é para ser um jornal gay, vamos fazer então

³⁵ Entrevista concedida a SILVA, C. R. (1998).

³⁶ Em contato com o autor por e-mail, foi confirmada a versão de dificuldades financeiras. Altman, D. Edição do livro *Homosexual, oppression and liberation* no Brasil [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <d.altman@latrobe.edu.au> em 27 de ago. de 2020.

³⁷ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

um jornal como OPINIÃO, como MOVIMENTO. Mas se esse é um jornal *gay*, a gente não pode simplesmente fazer política partidária”.³⁸

Além dessas obras que acabaram não sendo editadas, de acordo com Aguinaldo Silva, havia interesse por parte da editora em trabalhar outros textos de autores que se destinaram a apresentar na sua literatura os homossexuais, como Adolfo Caminha, em *O bom crioulo*, ou ainda contos do escritor João do Rio. “Nossa ideia era publicar livros que estivessem ligados ao tema e autores nacionais que já tinha caído a questão dos direitos autorais [...] a gente tinha muito a ideia de publicar João do Rio, que também já estava prestes a cair os direitos autorais, porque se a gente fosse pagar 10% de direitos autorais não ia dar”.³⁹

Identificamos, até aqui, que a dificuldade financeira, a dissidência de pensamentos e a falta de planejamento se apresentaram como os principais empecilhos para o lançamento de livros da Esquina entre os anos de 1978 e 1979. Além disso, Aguinaldo Silva ressalta a falta de tempo para se destinar à edição de livros, tendo em vista que o jornal ocupava muito tempo dos integrantes, com reuniões de pautas, produção de matérias, editoração e impressão.

De repente o jornal virou um ponto de todos os grupos minoritários, porque apareceram os grupos feministas, grupos negros, a gente publicava matérias dessas outras ditas minorias [...] o jornal era muito difícil de publicar, e eu tinha apenas duas pessoas que eu podia contar, que era o Antonio Carlos Moreira e o Adão Acosta, que eram jornalistas. Mas era muito difícil, então às vezes a gente programava “vamos fazer o livro tal”, mas aí a gráfica queria o adiantamento, e a gente adiava a coisa.⁴⁰

2.3 Havia uma ditadura no meio de caminho

A essa altura, o *Lampião* já sofria pressões judiciais por suas publicações. De acordo com Trevisan (2018), o jornal esteve na mira da Polícia Federal desde agosto de 1978, através de um inquérito que durou até 1979, pelo suposto crime de “atentado à moral e aos bons costumes”. O autor narra que, a pedido do Ministério da Justiça, o inquérito apresentava os editores do jornal como “pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais” (TREVISAN, 2018, p. 323) e que, por isso, deveriam ser julgadas e processadas com base na Lei da Imprensa. Como apontamos, fazer uma separação estanque do *Lampião da Esquina* da Esquina Editora é uma difícil tarefa, por vezes, impossível. Sendo assim, o inquérito policial, levantado a partir de reportagens do *Lampião*, também afetou, de certa forma, a Esquina.

³⁸ *Ibidem.*

³⁹ *Ibidem.*

⁴⁰ *Ibidem.*

Tal ação gerou uma série de protestos dentro e fora do país. Na edição de setembro, de 1979, o *Lampião* chegou a veicular nomes de apoiadores do jornal que repudiaram a tentativa de “castrar o diálogo sobre os setores oprimidos” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 19, p. 2). Agentes internacionais também condenaram a ação enviando cartas de protestos ao ministro da Justiça, Armando Falcão, e a seu sucessor, Petrônio Portella. A associação Campaign for Homosexual Equality,⁴¹ do Reino Unido, declarou em nota que a ação contra o *Lampião* resultava em uma postura de descrença no governo brasileiro. O jornal alemão *Die Tageszeitung*⁴² manifestou indignação contra a tentativa de impedir a circulação do *Lampião*. A International Gay Association,⁴³ representando mais de 20 organizações homossexuais pelo mundo, viu com preocupação o longo processo que o *Lampião* enfrentava e afirmou que a ação representava forte impacto nos direitos civis da comunidade homossexual brasileira.

Além do inquérito policial, a Polícia Federal (PF) foi responsável por uma devassa contábil contra o jornal, em busca de irregularidades junto à Receita Federal, o que, caso fosse constatado, poderia facilitar o fechamento da editora. A prática da devassa contábil contra a vida financeira de jornais alternativos, entre eles o *Lampião da Esquina*, fazia parte de uma tática que poderia gerar resultados mais rápido do que ações judiciais, é o que apontava um estudo feito pelo Centro de Informações do Exército (Ciex), divulgado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em abril de 1979.

Segundo esse documento, as punições de caráter econômico apresentariam efeitos mais rápidos e favoráveis ao regime, e se dariam pela obrigatoriedade da publicação do balancete da empresa/jornal, proibição de parcerias com outros órgãos que estivessem respondendo ações judiciais e realização frequente de auditoria contábil. Ações que serviriam para dissimular a real intenção do regime: “Ressalte-se que a grande maioria dos jornais não resistiria uma exigência dessa natureza [...] A proposição é útil e objetiva, posto que alcança todos os jornais e periódicos mediante sanções econômicas, sem configurar claramente restrições à liberdade do pensamento pela imprensa” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1979, 18 de abr., p. 14). Esse exemplo mostra como a própria maquinaria persecutória criada e/ou aperfeiçoada durante a ditadura era, em alguns momentos, atropelada pelos próprios integrantes do regime, que buscavam, a qualquer custo, estratégias e meios mais rápidos, eficientes e perversos de punir opositores.

⁴¹ Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações: BR_AN_BSB_NS_AGR_COF_MSC_159.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Ibidem*.

Em documento encontrado no Arquivo Nacional, produzido pela PF e assinado pelo delegado José da Silva Motta, foi apresentada a justificativa para a inquirição contábil contra a Esquina Editora:

Especificamente sobre o pedido de vistas aos livros contábeis da firma ESQUINA EDITORA DE LIVROS JORNAIS E REVISTAS LTDA., editora do tablóide LAMPIÃO DA ESQUINA, órgão que, conforme o apurado regularmente e com respaldo no Parecer Censório emitido pelo Serviço de Censura e Diversões Públicas/SR/RJ, se dedica exclusivamente à apologia do homossexualismo, queremos aqui esclarecer que a finalidade deste Inquérito é [...] solicitar enérgicas providências para a suspensão definitiva do jornal em questão. Para atender a tais providências solicitamos, através de ofício, a apresentação da respectiva escrituração da firma, no que fomos atendidos, com a qual pudemos provar ser uma empresa sem lucro de qualquer espécie, com a ínfima tiragem mensal de cerca de 4.000 exemplares, inclusive não contando com anúncios ou mensagens comerciais em suas páginas, fato este que nos leva a pressupor, e neste caso a presunção é válida, de que o tablóide LAMPIÃO DE ESQUINA tem como finalidade última uma velada mensagem desagregadora, com vistas à destruição de nossa cultura, interesses, sentimentos familiares, costumes e aspirações comuns.⁴⁴

Por estar no guarda-chuva de jornais alternativos, a publicidade no *Lampião da Esquina* não chegou a ser significativa, fato que, segundo Kucinsky (2018), se repetia em outros jornais de oposição. No entanto, ao analisarmos o jornal, constatamos a fragilidade do argumento apresentado pela PF ao afirmar que o jornal não contava com anúncios. Ao longo das 38 edições do *Lampião*, embora em número reduzido, é possível constatar propagandas de advogados, psicólogos, arquitetas, depiladoras, boates, saunas, além do anúncio de filmes e livros. O próprio *Lampião* repercutiu a arbitrariedade da ordem da Polícia Federal e se defendeu em matéria: “No caso da Esquina, a editora responsável pela publicação do jornal LAMPIÃO, [...] não visa ao lucro, os problemas financeiros praticamente inexistem: toda a verba arrecadada com a venda de um número do jornal é consumida na edição do número seguinte” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 15, p. 5).

Mesmo sendo contra a decisão que solicitava a apresentação do levantamento econômico da empresa, a Esquina Editora apresentou à Polícia Federal os dados solicitados: “Em resposta ao Vosso Ofício nº 216/79 estamos anexando a presente os balancetes solicitados por V.S. – extraídos dos livros contábeis da firma Esquina Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda.”.⁴⁵ De acordo com a Demonstração do Resultado de Exercício (DRE),⁴⁶ apresentada às autoridades, referente ao ano de 1978, as vendas do *Lampião* nas bancas e livrarias somadas

⁴⁴ Arquivo Nacional. Fundo: Gabinete do Ministro da Justiça: BR_DFANBSB_VAX_0_0_0208_d0003de0012.

⁴⁵ Arquivo Nacional. Fundo: Gabinete do Ministro da Justiça BR_DFANBSB_VAX_0_0_0011_d50001de0001.pdf.

⁴⁶ Segundo BÄCHTOLD (2011), é com a Demonstração do Resultado de Exercício (DRE) que a contabilidade consegue acompanhar a eficiência econômica de uma empresa.

com as assinaturas e livros⁴⁷ vendidos por envio postal, resultaram em Cr\$ 447.177,00 (cruzeiros). No entanto, descontando desse total os custos de produção e as despesas como aluguel, luz, materiais de escritório e outros gastos, a Esquina Editora teria terminado o ano em vermelho, tendo um montante devedor de Cr\$ 7.193,75.

De janeiro a julho de 1979 foi registrado, no Balancete de Verificação,⁴⁸ que a Esquina Editora tinha disponível em caixa o valor de pouco mais de Cr\$ 130.000, além de Cr\$ 42.000 em capital, ou seja, uma reserva de recurso. A empresa tinha como ativo⁴⁹ o valor de Cr\$ 648.323,25, mesmo valor apresentado no seu passivo.⁵⁰ Ou seja, para a contabilidade, até aquele período, a empresa tinha uma situação líquida nula, isto é, o conjunto de bens e direitos era igual ao valor das obrigações da empresa, não apresentando, portanto, nenhum lucro.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de dezembro de 1979 aponta que a Esquina Editora teve que pagar o prejuízo acumulado de Cr\$ 7.193,75, do ano de 1978, a partir dos Cr\$ 42 mil de seu capital. Em outras palavras, a movimentação confirmava a situação de dificuldade econômica, tendo em vista que a empresa precisou usar o dinheiro do seu capital social para pagar débitos, isto é, de sua reserva de recursos próprios e não de sua margem de lucro, o que, para a linguagem contábil, representa prejuízo. Dessa forma, a empresa iniciou o ano de 1980 com o valor de capital de Cr\$ 34.806,25, portanto, menor que o ano de 1979, assim, economicamente falando, a empresa estava diminuindo em vez de crescer.

⁴⁷ Os livros aqui contabilizados referem-se às obras editadas por outras editoras e que eram comercializados nas folhas do jornal.

⁴⁸ “É uma planilha onde são feitos todos os lançamentos a débito e crédito, para então fazer a verificação se os totais lançados a débito e crédito são iguais” (BÄCHTOLD, 2011, p. 239).

⁴⁹ O ativo de uma empresa “representa os valores positivos do patrimônio (bens + direitos). É onde estão aplicados os recursos da empresa”. *Ibidem* (p. 174).

⁵⁰ Os passivos de uma empresa representam as obrigações, ou seja, contas a pagar, fornecedores, empréstimos etc. *Ibidem* (p. 200).

Figura 11 – Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) de dezembro de 1979

167

Esquina Editora de Livros Jornais e Revistas Ltda

Balancete Patrimonial

<u>A T I V O</u>	
<u>CIRCULANTE</u>	
Disponível	
Caixa	34.806,25
Total do Ativo	34.806,25
<u>P A S S I V O</u>	
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	
Capital	42.000,00
Prejuízo Acumulado (7.193,75)	34.806,25
Total do Passivo	34.806,25

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Geral, somados Ativo e Passivo em R\$ 34.806,25 (trinta e quatro mil oitocentos e seis cruzeiros e vinte e cinco centavos) conforme documentos apresentados e devidamente contabilizados.

Rio, 31 de dezembro de 1979.
ESQUINA EDITORA DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS LTDA.

JOSIAS BARBOSA SANTANA
CRC - 011577-5 - INSC. 002328/00
CPF 100624327 - INPS 06-002-31.334/2

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: Gabinete do Ministro da Justiça:
BR DFANBSB VAXBR_0_0_0011_d50001de0001.pdf

Segundo Aguinaldo Silva, os processos de perseguição que envolveram o *Lampião da Esquina* e conseqüentemente a Esquina Editora, chegaram a assustar alguns dos integrantes do jornal, no entanto, ao terem acesso à vida financeira da editora, as autoridades perceberam a situação de “absoluta pobreza”.⁵¹ Aguinaldo relata que chegou a buscar pelo procurador da República, Sérgio Ribeiro da Costa, no Rio de Janeiro, a fim de argumentar sobre o longo processo de devassa contábil que envolvia o periódico, tendo como resposta a declaração: “Ah isso aqui é uma bobagem, não se preocupem, eu vou mandar arquivar isso”.⁵²

⁵¹ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

⁵² *Ibidem*.

Figura 12 – Termo de encerramento de processo

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		Folha N.º <u>80</u>
Orgão _____		Processo N.º <u>33.209/79</u>
		Rubrica <u>[assinatura]</u>

TERMO DE ENCERRAMENTO

A Divisão de Comunicações para arquivar, tendo em vista :

☐ A conclusão do assunto, com a vigência do(a) _____
(ato legal que aprovou) _____
constante das folhas _____

☒ O despacho exarado às folhas 77

☐ A interrupção temporária do assunto, uma vez que _____

De ordem Arquivar-se

Em 25/10/79

[assinatura]

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: Gabinete do Ministro da Justiça:
BR_DFANBSB_VAX_0_0_0011_d50001de0001.pdf

Na edição de novembro de 1979, o *Lampião da Esquina* repercutiu a decisão: “Justiça arquiva inquérito contra *Lampião*” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 18, p. 1). Para os jornalistas, a união e o apoio dos leitores e colaboradores foram fundamentais para a continuidade das atividades da editora:

Foi essa confiança que nos levou a suportar todas as pressões – as visitas matinais dos agentes do DPF, as solicitações arbitrárias como aquela dos nossos livros contábeis, a humilhação de sermos qualificados e identificados numa repartição policial como criminosos –, e o resultado final dessa longa história mostra que nós tínhamos razão: a Justiça decidiu-se pelo arquivamento do processo (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 18, p. 2).

Não obstante, o jornal prosseguiu com suas matérias discutindo a realidade das minorias no país, mesmo que em alguns momentos assumissem as dificuldades financeiras e vivenciassem divergências de opiniões dentro do seu Conselho Editorial, sobretudo, quanto à forma de abordagem da temática homossexualidade. Constatamos que até 1980, a Esquina Editora não tinha lançado nenhum livro, embora continuasse com divulgações nas folhas do *Lampião*. As dificuldades financeiras batiam à porta da editora antes mesmo do seu primeiro lançamento, conforme relatado a uma leitora na seção “Cartas na Mesa”: “A gente tá querendo

publicar livro, mas por enquanto, a grana tá curta. Mas nós chegamos lá. Aguarde” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 17, p. 14). Em um período marcado pela segunda crise do petróleo e pela alta da inflação, Hallewell destaca:

A indústria sofria grandes aumentos de custo. Entre meados de 1980 e meados de 1981, os filmes subiram 330%, em 1983, o preço da tinta aumentou 300%. Um estudo do ano até março de 1984 constata aumentos de 1100% no preço das chapas de litográficas, 900% nos filmes, 500% na tinta, 400% no papel, 230% na “inflação oficial”, 200% no preço da capa [...] Tampouco podemos esquecer a taxa de juros, que subiu de 3% ao mês em 1979, para 12% em 1984 (HALLEWELL, 2017, p. 805).

Para Antonio Carlos Moreira, o momento de forte incerteza econômica representou uma enorme debilidade para as atividades da Esquina, considerando que, se não fossem tais desafios, não faltaria conteúdo:

Não teve mais livros por conta do custo. O processo industrial era muito mais caro e muito mais trabalhoso que hoje, não que hoje o livro seja mais barato, mas para reduzir etapas uma pessoa faz tudo e manda o arquivo para ser gravado a *laser* direto na máquina que vai imprimir o livro. Naquela época não, tudo isso demandava mais pessoas no processo, um custo maior, e você tinha mesmo um país com uma inflação altíssima [...] É claro que isso inviabilizou os custos. A editora, diferente das editoras comerciais que conhecemos, não tinha crédito.⁵³

Embora Aguinaldo Silva destaque a falta de planejamento para as atividades comerciais da Esquina Editora, é possível perceber nas folhas do jornal o interesse em transformar a Esquina em uma editora com lançamentos frequentes de obras, pelo menos é o que garantia os anúncios veiculados no jornal: “‘Histórias de Amor’ será apenas o primeiro livro da Esquina Editora. Temos mil planos que incluem até o Pasolini, aguarde” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 9, p. 15), ou ainda, “A gente passou quase dois anos prometendo aos fiéis leitores do *LAMPIÃO* que iríamos publicar livros, mas o projeto foi sendo adiado por falta de grana, até que as coisas melhoraram” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1980, n. 21, p. 20).

Como apontado, a vida financeira do *Lampião da Esquina* e da Esquina Editora não gozava de substanciais rendimentos, ficando a cargo dos valores arrecadados com as vendas de uma edição, a função de pagar o lançamento do mês subsequente. As campanhas de adesão à assinatura anual do *Lampião* foram intensificadas com objetivo de captar mais dinheiro para o jornal, que, em 1978 custava Cr\$ 180,00, chegando a Cr\$ 450,00 em 1980. Os efeitos da crise econômica impactaram diretamente no custo do jornal: “[...] no próximo número a gente vai ter que aumentar o preço do jornal [...] Com isso a gente adere ao ‘tratamento de choque’ preconizado pelo Ministro Delfim e seus imediatos para a economia brasileira, mas o que fazer?

⁵³ MOREIRA em entrevista ao autor (2020).

Nos últimos seis meses os custos de impressão, papel, fotolitos, aumentaram para nós em mais de 700%” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1980, n. 26, p. 2).

Junto a isso, outras campanhas publicitárias foram veiculadas no *Lampião*. Como era possível encontrar os exemplares do periódico nas bancas e livrarias das principais capitais do país, a meta dessas atividades publicitárias concentrava-se no interior do Brasil: “Nas outras cidades, no entanto, o jornal ainda não chega, e seu amigo distante talvez nem o conheça. Divida com ele a alegria que você sente todos os meses ao ler LAMPIÃO: dê a ele uma assinatura de presente” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 17, p. 14). Portanto, percebemos uma relação de conflituosa dependência econômica, tendo em vista que o aumento das vendas do *Lampião* foi colocado como condição para melhora da vida financeira do jornal, que, por conseguinte, permitiria também o início da edição de livros:

Lampião precisa crescer. E ele só poderá fazê-lo se você, que o lê mensalmente, assumir sua condição de lampiônico e colaborar com ele. Estamos iniciando, neste número, a campanha das mil assinaturas, precisamos consegui-las até agosto, para que possamos dar início à publicação de livros gueis, de nosso calendário entendido (com fotos que nunca estiveram no gibi) (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1980, n. 2 – extra, p. 2).

Segundo Aguinaldo Silva,⁵⁴ não havia separação de orçamento entre a vida financeira do jornal e da editora. Assim, uma vez que os livros estivessem editados e fossem comercializados, o dinheiro arrecadado também ajudaria na continuidade do *Lampião*. Outra campanha difundida pelo periódico foi contra uma prática comum dos leitores do *Lampião*, a de emprestar o jornal: “Da próxima vez que uma delas lhe pedir o jornal emprestado, manda ela ir à Livraria Dom Quixote, que lá tem para vender” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 17, p. 18). De acordo com Antonio Carlos Moreira,⁵⁵ por se tratar de um veículo da imprensa alternativa, os leitores tinham receio de assumir a leitura do periódico e um único exemplar podia passar pelas mãos de, aproximadamente, 10 leitores, o que consequentemente diminuía as vendas do jornal. Desse modo, se por um lado o compartilhamento do periódico permitia o estabelecimento de uma rede de leitura e de senso de comunidade, por outro, impactava diretamente na arrecadação financeira do jornal, gerando prejuízos econômicos, em efeito cascata, que atingiam em cheio a continuidade das atividades do jornal e da Esquina Editora.

⁵⁴ SILVA A. em entrevista ao autor (2020).

⁵⁵ MOREIRA em entrevista ao autor (2020).

3 AS OBRAS LAMPIÔNICAS

Neste tópico, pretendemos apresentar em ordem cronológica o catálogo de obras efetivamente lançadas pela Esquina Editora. Desse modo, abordaremos apenas a forma que foi anunciada cada obra nas folhas do *Lampião*, guardando a análise sobre enredo, repercussão, distribuição, desafios e curiosidades de editoração de cada obra para os tópicos seguintes. Como vimos até aqui, os lançamentos de livros pela Esquina Editora não se deram de forma imediata à sua inauguração, pelo contrário, aconteceram, de fato, após o aniversário de 2 anos do jornal *Lampião da Esquina*, ou seja, em 1980, ano marcado pelos 16 anos de agruras resultantes do golpe civil-militar e por fortes desafios econômicos. Segundo Aguinaldo Silva,⁵⁶ outra fonte de renda que ajudou a impulsionar a editoração de livros foi a festa “Bixórdia”,⁵⁷ no entanto, não demorou muito para que, novamente, a falta de dinheiro mudasse os planos da editora.

Certos de que deveriam de fato iniciar as edições de livros, o *Lampião da Esquina* veiculou, na edição de agosto de 1980, uma chamada colaborativa para a criação de um livro de piadas e charges. A tímida nota “Só dói quando a gente senta” anunciava o livro *A bicha que ri*, que somente foi comercializado nos meses iniciais de 1981:

É o seguinte: um dos próximos lançamentos desta editora, será um mimoso compêndio intitulado “A Bicha que ri”, no qual a gente pretende publicar as melhores piadas – incluindo charges, historinhas etc – **sobre bichas**. E para que nossa antologia saia à perfeição, é preciso a colaboração de vocês: mandem para a gente aquela **historinha que vocês ouviram, aquele desenho que guardaram, aquela charge que mantém pregada na porta do guarda-roupa**, e que sempre mostram ao bofe para descontraír antes do embate (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 27, p. 16, grifo nosso).

Apesar de guardamos a análise de cada obra para os próximos tópicos, aqui achamos importante grifar os trechos que marcavam o objetivo do livro e evidenciavam uma linha editorial convergente à linha do jornal, ou seja, contar histórias – engraçadas – sobre “bichas”. A mesma nota prometia ainda o lançamento de outra obra que seria traduzida por Aguinaldo Silva, *Escola de libertinagem*, do Marquês de Sade. Além disso, o jornal voltou a mencionar livros que já tinham sido anunciados e nunca lançados, como *Histórias de amor* e *Homossexualidade e repressão* de Dennis Altman. A editoração de livros parecia ter engatado: “De modo que a gente quer chegar ao fim do ano com 4 livros lançados e mais uma surpresa,

⁵⁶ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

⁵⁷ A festa, organizada pelo Conselho do Lampião, acontecia no Teatro Rival e contava com apresentação de artistas e personalidades do cenário homossexual da época. “Bixórdia” também era o título de uma das seções do jornal, e comandada pela personagem fictícia de Rafaela Mambaba.

que sai em outubro, mas a gente só anuncia em cima da hora para que não nos roubem a ideia [...]” (*LAMPPIÃO DA ESQUINA*, 1979, n. 27, p. 16).

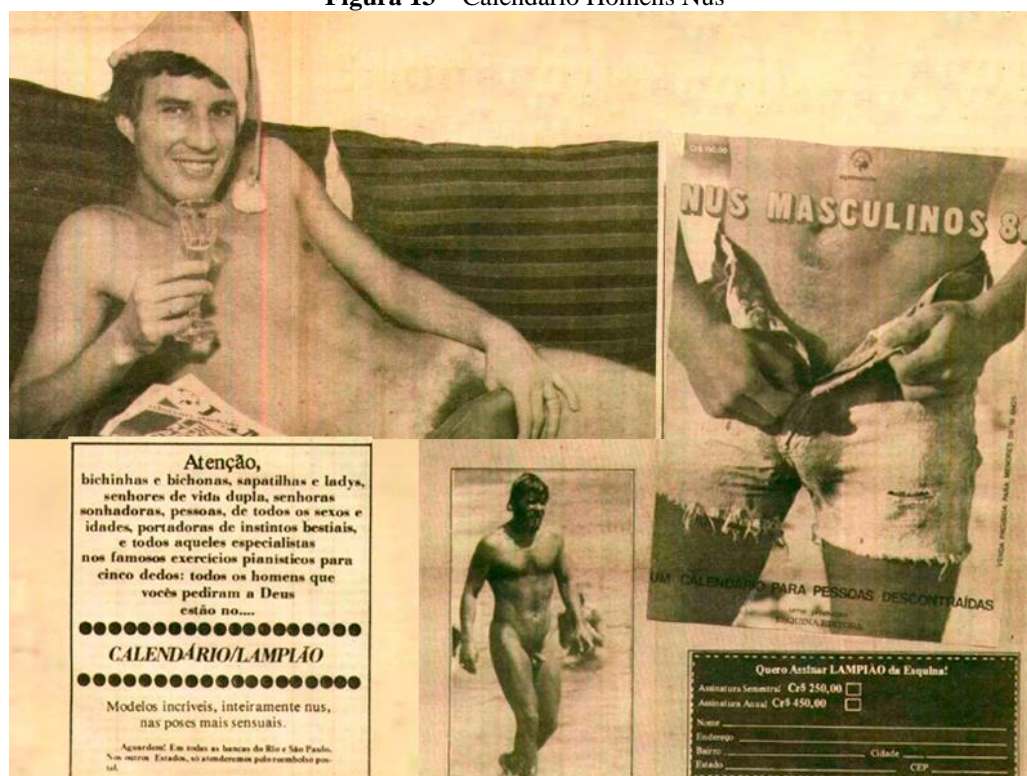
Aqui faremos uma breve apresentação sobre do que se tratava a surpresa anunciada pelo *Lampião*, tendo em vista que esse lançamento também levou a marca da Esquina Editora, mesmo não se tratando de um livro. Além disso, foi esse lançamento que expôs em maior relevo uma forte dissidência entre os integrantes da Esquina Editora: um calendário de homens nus, que marcaria o ano de 1981. O lançamento representou de forma concreta as novas possibilidades que a Esquina Editora estava usando para aumentar sua renda, no entanto, alguns integrantes discordavam da forma mais comercial e menos ativista do jornal. Em entrevista, Antonio Carlos Moreira diz que a ideia do calendário teria partido de Aguinaldo Silva, que usou de inspiração o trabalho da fotógrafa Vânia Toledo no livro de fotografias *Homens* (1980):

O Aguinaldo achava que era possível ganhar dinheiro naquele momento, já tinha a discussão sobre a homossexualidade, alguns comportamentos mais alternativos, as minorias ocupando a grande imprensa e ocupando a TV, então o cenário, em 1981, as coisas estavam mais visibilizadas. Então ele resolve: “temos uma *Status*, temos um *Playboy*, vamos fazer uma publicação para ganhar dinheiro [...]”.⁵⁸

Ainda segundo Moreira, os modelos fotografados por Cyntia Martins, seriam profissionais da agência Errepê Maia Promoções Ltda., que tinha sede em frente à sala da Esquina Editora, na Rua Joaquim Silva, no bairro da Lapa, no Rio. É importante salientar que tanto a editora quanto o jornal funcionavam no mesmo prédio.

⁵⁸ MOREIRA em entrevista ao autor (2020).

Figura 13 – Calendário Homens Nus



Fonte: *Lampião da Esquina* (1980, n. 31, p. 10).

Portanto, além da crise financeira, uma crise ideológica também marcou os meses finais do jornal e as atividades da Esquina. Tensão que chegou a ser percebida pelos próprios leitores do jornal: “acabo de ler o último número desse jornal. Torna-se cada vez mais flagrante a polarização de posições quanto à estratégia e o conteúdo do movimento homossexual [...] onde é que estão os que querem apenas uma gostosa sacanagem? [...] Eu estou cheio desse classismo elitista” (*LAMPÃO DA ESQUINA*, 1980, n. 29, p. 19).

Segundo Trevisan,⁵⁹ o uso de manchetes sensacionalistas e fotos de homens nus direcionaram o jornal a uma vertente mais comercial, ligada ao entretenimento e menos ativista, afastando, por vezes, setores da militância homossexual. Trevisan (2018) afirma ainda que além disso a proposta do jornal se perdeu com as mudanças sentidas em jornais da grande imprensa, ao passo que assuntos considerados das “minorias” passaram a fazer parte das coberturas desses jornais.

Por outro lado, Aguinaldo Silva (2016) defende que as diferenças de opiniões colocavam em evidência uma suposta rivalidade entre a ala paulistana, representada por João Silvério Trevisan e a ala carioca, representada por Francisco Bittencourt. Para Silva (2016), o

⁵⁹ LAMPÃO DA ESQUINA. Livia Perez. São Paulo: Doctela, 2016. 82 min, altura do 68 min.

grupo paulista queria estar politicamente mais próximo do Partido dos Trabalhadores (PT),⁶⁰ atuando como “uma espécie de braço *gay* do Partido dos Trabalhadores” (2016, p. 112), o que ia de encontro às manifestações debochadas do grupo carioca.

O historiador Paulo Souto Maior (2020) chama a atenção para as acentuadas diferenças das trajetórias e forma de militância entre Trevisan e Aguinaldo Silva, o que de certa forma impactou as respectivas atuações profissionais dentro do *Lampião*. Além disso, o autor destaca também as críticas e afastamento de Trevisan de setores da esquerda, por seu forte preconceito contra homossexuais, indicando que seu comportamento jornalístico estava mais próximo da atuação política do incipiente movimento homossexual e não necessariamente vinculado a partidos políticos.

Esse conjunto de acontecimentos são essenciais para entendermos os meses finais do *Lampião* e os motivos do encerramento das atividades da Esquina Editora. No entanto, consideramos fundamental evidenciar que existe nesse ponto uma forte disputa de narrativas marcadas por dois personagens de reconhecida importância não só para o *Lampião*, mas para o movimento homossexual brasileiro.

Como vimos, depois de anunciarem três lançamentos e falharem, o primeiro livro editado pela Esquina Editora foi, efetivamente, *Escola de libertinagem* (1980), do Marquês de Sade, em outubro de 1980. Ferreira (1992) defende que o perfil de um editor ou editora pode ser delineado por suas preferências e o modo como determinado assunto é tratado. Assim, a Esquina mostrou qual linha pretendia seguir, uma que contemplasse a vida social e sexual das homossexualidades, e para a sua estreia precisava de um livro “que causasse um certo impacto”:⁶¹

Um homossexual, uma lésbica, um casal heterossexual e, depois, uma quinta pessoa, um jardineiro assalariado, reunidos numa mansão, se entregam a todo tipo de exercícios amorosos; o objetivo: transformar a jovem e ingênua Eugênia numa grande amante, numa adepta fervorosa do pansexualismo. Um dos livros mais crus e ousados jamais escritos. A obra-prima do genial Marquês. O primeiro lançamento da Esquina Editora (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1981, n. 32, p. 7).

Além disso, o jornal repercutiu o resumo de um caloroso diálogo dos personagens Madame de Saint-Angel e o Cavalheiro de Mivel, onde ficava claro o nível provocador e liberalizante do texto de Sade: “Enfim, meu caro, sou um animal anfíbio: amo tudo, com tudo me divirto, desejo fazer todos os gêneros” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1980, n. 30, p. 11). Para

⁶⁰ O Partido dos Trabalhadores (PT) foi oficializado como partido político junto ao Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em fevereiro de 1980. Disponível em: <<https://pt.org.br/nossa-historia/>>.

⁶¹ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

concluir a leitura, os leitores do *Lampião* teriam que comprar o livro já disponível por envio postal: “É aqui que o primeiro diálogo de ‘Escola de Libertinagem’ começa a esquentar; daqui por diante, vem chumbo grosso. Mas quem quiser continuar com a leitura terá que comprar o livro. Faça o seu pedido, pelo reembolso postal, à Esquina – Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda.” (1980, n. 30, p. 11).

Figura 14 – Lançamento de *Escola de libertinagem*



Fonte: *Lampião da Esquina* (1980, n. 29, p. 20).

Lembremos Maués (2013) ao defender que a repercussão de livros é favorecida quando casada com eventos de lançamentos, mesas-redondas e/ou noites de autógrafos. Para marcar a efetiva inauguração das atividades editoriais da Esquina Editora, uma festa com 450 pessoas aconteceu no Teatro Rival, em 10 de dezembro de 1980, com direito à apresentação do grupo transformista Dzi Croquetes (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1981, n. 32, p. 17).

Figura 15 – Dzi Croquetes no Teatro Rival em 1980



Fonte: *Lampião da Esquina* (1981, n. 32, p. 20).

Aproveitando o embalo das atividades editoriais, novas obras foram anunciadas nas folhas do *Lampião*: *Prova de fogo* (1981) e *A bicha que ri* (1981). Em março de 1981 foram iniciadas as vendas, via *Lampião da Esquina*, do segundo livro da Esquina Editora, *Prova de fogo*, do autor Nívio Ramos Sales. A matéria “Homem, mulher, sim, não?” descrevia, no jornal, uma obra autobiográfica, que abordava os dilemas espirituais e sociais de um pai de santo dentro da umbanda e do candomblé:

Um viril boiadeiro, ou uma sensual ciganinha? Toda a história da ambiguidade humana, da metade homem metade mulher de todos nós, levada para o terreno do ritualístico, do mágico, e ali resolvida de modo magistral [...] Um pai-de-santo, branco e formado em sociologia [...] é cavalo de duas entidades opostas. O viril Boiadeiro que usa chapéu de couro, fuma charuto e bebe cachaça, e a sensual Ciganinha, que se enfeita de fitas e rendas, só bebe sidra e fuma cigarrilha, e pela qual os ogãs do seu terreiro não se envergonham de se declarar apaixonados [...] (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1981, n. 34, p. 9).

Figura 16 – Anúncio de *Prova de fogo*



Fonte: *Lampião da Esquina* (1981, n. 34, p. 9).

Em maio de 1981, ou seja, 1 mês antes da última edição do *Lampião da Esquina*, o jornal anunciou o lançamento do que seria o terceiro e último livro editado pela Esquina, *A bicha que ri*. O livro de piadas, organizado por Francisco Bittencourt, foi, segundo Aguinaldo Silva, o lançamento mais anárquico que a editora poderia fazer, por conter piadas que apresentavam a vida homossexual como ela era, e questionar, pelo humor, preconceitos e padrões hegemônicos reforçados pela sociedade daquele momento. Nas palavras do jornalista, um livro que os faria “rir da própria desgraça”.⁶²

Figura 17 – Anúncio de *A bicha que ri*



Fonte: *Lampião da Esquina* (1981, n. 36, p. 16).

⁶² SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

Conseguimos, a partir de agora, apresentar o catálogo de lançamentos de livros da Esquina Editora e com isso fazer algumas inferências. Embora tenha existido juridicamente desde 1978, a Esquina só iniciou suas atividades editoriais de livros em 1980, chegando ao fim logo no ano seguinte. É nítida a diferença no volume de atividades entre a Esquina e outras editoras de oposição da época, como a Codecri, que chegou a lançar *best-sellers*.⁶³ No entanto, aqui não pretendemos estabelecer qualidade para as atividades da Esquina. Desse modo, fazemos valer a máxima do escritor marginal João Antônio: “uma literatura é feita de obras” – e não necessariamente “de obras-primas”.⁶⁴

Tabela 1 – Catálogo de livros da Esquina Editora

Livro	Ano	Autor
Obras anunciadas no <i>Lampião da Esquina</i>, mas não editadas/comercializadas		
<i>Monólogo de uma cachorra sem preconceitos</i>	1978	Harry Laus
<i>Histórias de amor</i>	1978	Aguinaldo Silva, Darcy Pentead, Gasparino Damata, João Silvério Trevisan
<i>Homosexual, oppression and liberation</i>	1979	Dennis Altman
Obras editadas e lançadas pela Esquina		
<i>Escola de libertinagem</i>	1980	Marquês de Sade (trad. Aguinaldo Silva)
<i>Prova de fogo</i>	1981	Nívio Ramos Sales
<i>A bicha que ri</i>	1981	Francisco Bittencourt (org.)

Fonte: Elaboração do autor (2020).

Pelo exposto, podemos considerar a Esquina como uma editora de pequeno porte, mas com boas intenções. Pela tabela podemos perceber que, com apenas três lançamentos, entre os anos de 1980 a 1981 o processo de editoração foi relativamente lento. Acreditamos que, por produzir e comercializar textos que representavam oposição às ideologias do regime vigente, a Esquina se enquadra na definição de Maués (2013) sobre editoras de oposição, mas consideramos que a editora transborda essa categoria. Apostamos que ela se caracteriza como a primeira editora homo(sexual) do país, por concentrar a sua produção, mesmo que em número reduzido, em obras que abordassem a questão homossexual, não apenas no aspecto social, mas a homossexualidade dentro de outros contextos, como a religião e a própria liberdade sexual.

⁶³ Livros que alcançam números expressivos de vendas e permanecem nas listas dos mais vendidos por um período de tempo significativo. O livro *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira foi lançado em 1979 pela Codecri e esteve entre os títulos mais vendidos do país por três anos (MAUÉS, 2014).

⁶⁴ Entrevista do escritor João Antônio a Hollanda e Gonçalves (1980, p. 54).

Ainda que seu objetivo inicial tenha sido ajudar financeiramente a continuidade do *Lampião*, isso não eximiu a empresa de construir e afirmar a sua linha editorial. Desse modo, identificamos que a Esquina foi a primeira editora a destinar todo seu catálogo a uma literatura que privilegiava questões homossexuais e sexuais, compreendida, portanto, pela definição de literatura marginal. Por meio dessa literatura, as homossexualidades se viam sem a presença de estereótipos ou julgamentos, assim, de certa forma, a editora alimentou a construção de uma representatividade e a ideia de liberdade sexual. Para Aguinaldo Silva:

Era uma editora cujo objetivo era ser **anárquica**... era deixar bem claro que editar livros não é uma coisa tão séria quanto as editoras da época faziam questão de ser, Civilização Brasileira etc. **A gente queria causar**. A ideia era essa. E quanto a essa ideia, havia unanimidade, ou seja, vamos publicar livros que sejam totalmente fora de esquadro, que tenham a ver com o **assunto que nos interessa**, mas que transcendam esse assunto. Essa era a ideia, **essa era a linha básica da editora**. É uma pena que o projeto não vingou, se fosse hoje, eu bancaria isso.⁶⁵

É nítido que os desafios econômicos dificultaram a criação de um projeto político e comercial mais estruturado, que permitisse uma organização administrativa mais bem definida e que levasse a uma produção mais ativa. No entanto, podemos constatar que, mesmo aqueles livros que permaneceram no campo das ideias, já expressavam o que veio a ser a linha editorial da Esquina. Caminho que pouco foi estabelecido no papel, por meios burocráticos, mas que foi trilhado pela prática, com livros onde as homossexualidades podiam se ver, entender e aprender sobre seus desejos sexuais, suas ligações religiosas e até mesmo rir de si.

3.1 Gráfica, envio postal e a venda de livros pela Esquina

Diferentemente do jornal, que era impresso na Gráfica e Editora Jornal do Comércio S.A., situada na Rua do Livramento, no Centro do Rio de Janeiro, os livros da Esquina foram impressos pela Sociedade Editora e Gráfica Ltda. (Sedegra), localizada na Rua Matipó, 115, na Zona Norte da cidade. A gráfica não estabeleceu nenhuma afinidade com os temas abordados nos livros da Esquina. A falta desse capital simbólico e econômico impediu a criação de uma relação de confiança onde pudessem existir negociações para o pagamento. Segundo Aguinaldo Silva, para concluir as impressões “você tinha que pagar 50% adiantado [...] os caras não confiavam na empresa, e achavam que a gente podia fechar a qualquer momento”.⁶⁶ Além da

⁶⁵ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020, grifo nosso).

⁶⁶ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

função de imprimir, a gráfica era a responsável por montar as provas⁶⁷ e enviar para o editor averiguar e dar o seu aceite para a impressão definitiva. Nesse sentido, procedimento que era diferente da impressão do *Lampião*, tendo em vista que o jornal era montado página a página pelo próprio editor do jornal.⁶⁸

Demos destaque agora ao modo de vendas por envio postal. Segundo Hallewell (2017), a venda de livros no Brasil sempre foi dificultada pela pouca oferta de livrarias e/ou pontos de venda. Para o autor, muitas obras de cunho contestatório ao regime militar deixaram de ir para as livrarias por conta de pressões políticas e medo de prejuízos econômicos, dados os confiscos policiais.⁶⁹ Embora cheguemos à conclusão de que obras editadas pela Esquina Editora não tenham sofrido pressões políticas diretamente, como censura ou confisco, destacamos as dificuldades financeiras e ideológicas para disponibilizar livros de cunho homossexual à venda em prateleiras de livrarias ou bancas de jornais. Segundo Aguinaldo Silva, as experiências em pontos físicos de vendas foram poucas, mas suficientes para mostrar o desafio de comercializar livros de temática homos(sexual): “lembro de uma (livraria) no Edifício Avenida Central que chegou a aceitar os livros, mas essa experiência foi trágica porque elas não pagavam”.⁷⁰

Além dessa dificuldade financeira, os preconceitos morais que marcavam a sociedade brasileira também configuraram um dificultador na comercialização de, ao menos, um livro da Esquina, *Escola de libertinagem*, conforme relata Aguinaldo Silva: “A gente conseguiu vender em duas ou três bancas no Rio de Janeiro, uma delas era no Hotel Serrador, que era na Cinelândia [...]”. O desenho da capa do livro com um objeto fálico direcionado para uma boca, foi motivo de restrição por parte desses poucos vendedores que aceitaram a obra em suas prateleiras: “Nas bancas não podia, pois a capa era muito ousada para época [...] chegaram a mandar colocar o livro em sacos plásticos e eles vendiam uma pilha nas duas bancas”.⁷¹ Aguinaldo Silva e Antonio Carlos Moreira não se recordam em pormenores as formas de venda de cada obra, mas acreditam que tenham sido semelhantes para os três lançamentos.

Para driblar esses desafios, o envio postal tornou-se uma alternativa mais que viável para a comercialização dos livros da Esquina, que já possuía forte experiência na modalidade com o envio do *Lampião da Esquina* para seus assinantes, que, segundo Antônio Carlos

⁶⁷ Versão preliminar de determinado material gráfico, onde se objetiva verificar possíveis erros antes da impressão por completo.

⁶⁸ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

⁶⁹ Para mais informações sobre a atuação da polícia política e apreensão de livros no Rio de Janeiro, ver: PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. *A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

⁷⁰ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

⁷¹ *Ibidem*.

Moreira⁷² somavam-se entre 1.500 a 2.000 por todo o país. De acordo com Hallewell (2017), desde 1976 o sistema de reembolso postal facilitou a comercialização de livros no país, chegando a representar 40% da movimentação operacional da empresa de correspondências.

Na Esquina, além do uso da modalidade de envio postal com o jornal, foram enviados também os livros vendidos na seção “Biblioteca Universal Guei” e seus próprios livros, *Escola de libertinagem*, *Prova de fogo* e *A bicha que ri*, representando novas possibilidades de inserção comercial para a editora em diversos locais do país: “As pessoas faziam pedidos do Acre, geralmente os assinantes do jornal pediam os livros, e tinham um pessoal só encarregado de embalar e colocar nos Correios”.⁷³ Embora Aguinaldo Silva tenha mencionado “um pessoal”, identificamos que, na realidade, essa atividade de envio concentrava-se nas mãos de um colaborador, sr. Maurício. De acordo com Aguinaldo Silva, Maurício era um senhor de meia-idade, judeu, hétero e viúvo. Era pai da esposa de um amigo do jornalista e foi trabalhar na Esquina por indicação do próprio Aguinaldo.

Diariamente, o sr. Maurício era o responsável pelo apoio administrativo e operacional da Esquina Editora, em outras palavras, “era a pessoa que fazia todo o trabalho de envelopamento, o jornal saía envelopado em sacos pardos, sem nenhuma identificação, ele que fazia o envelopamento, endereçamento e levava aos correios, e era dessa forma que o jornal ia [...] os livros eram vendidos e distribuídos da mesma forma, ambos por seu Maurício”.⁷⁴ O fato de os envelopes serem pardos e sem identificação não é mera casualidade, eram formas de garantir anonimato e segurança aos leitores da Esquina: “Acreditava-se que, por ser uma literatura marginal, as pessoas não gostavam muito de mostrar o que estavam lendo”.⁷⁵

O armazenamento dos livros editados pela Esquina era feito na própria sede da editora, que contava com duas salas, uma utilizada para as reuniões de pauta do jornal e diversas discussões, e outra que funcionava como depósito e administração. Apesar de não ter uma porcentagem da margem de vendas por envio postal, devido à falta de documentos que sustentariam tal afirmação, Aguinaldo Silva e Antonio Carlos Moreira enfatizaram em suas entrevistas o sucesso de vendas pela modalidade, dando a entender que a maioria da comercialização das obras tenha sido pelo serviço postal.

Em uma colaboração pela seção “Cartas na Mesa”, um leitor do *Lampião* chegou a agradecer a rapidez do serviço e comentou o teor libertário da obra adquirida: “Aos

⁷² MOREIRA em entrevista ao autor (2020).

⁷³ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

⁷⁴ MOREIRA em entrevista ao autor (2020).

⁷⁵ *Ibidem*.

Lampiônicos. Quero agradecer-lhes pelo pronto atendimento ao meu pedido do livro Escola de Libertinagem [...] nada como pôr a teoria na prática, imaginando altas orgias com Dolmancê, Saint Ange, Eugenie, Agostinho e o cavaleiro; com um time destes não há quem resista a uma ‘bem aventurada’” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1981, n. 32, p. 2).

Além dessas possibilidades de vendas – livrarias, bancas e envio postal – identificamos que a sede da Esquina também atuou como um ponto de comercialização de livros para aqueles leitores que moravam na cidade do Rio de Janeiro:

Atenção consumidores da nossa Biblioteca Universal Guei: quem mora no Rio não precisa pedir os livros pelo reembolso postal. Pode vir pessoalmente à nossa redação (Rua Joaquim Silva, 11, sala 707, Lapa) e adquirir os livros aqui. Assim, além de se livrar das despesas do correio, ainda pode bater um papinho com a gente. O horário: das 13 às 17 horas. Venham todas (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1980, n. 28, p. 17).

3.2 O livro para além do autor

Produzir um livro não depende apenas de um autor e um editor. Existe no fluxo da editoração outras etapas a serem cumpridas e o envolvimento de outros profissionais e funções, como diagramador, capista, ilustrador, organizador, coordenador, entre outros. Segundo Medeiros (2010) é nesse processo, ao qual o autor chama de “universo tipográfico”, que se legitima a materialidade entre conteúdo e objeto. Darnton (1982) inclui nesse ciclo os leitores, que seriam a parte final dessa estrutura.

Devido à Esquina ter realizado poucos lançamentos, conseguiremos abordar obra a obra nos tópicos seguintes, algo que seria marcadamente difícil de ser realizado em uma pesquisa de mestrado, caso o catálogo de lançamento fosse mais extenso. Desse modo, consideramos um privilégio poder conhecer os desafios e realizações do universo tipográfico da editora. É preciso salientar que a tecnologia disponível na década de 1980 muito difere da utilizada hoje em dia, o que certamente tornava a edição, naquele período, mais custosa e demorada.

Para iniciar as atividades editoriais de livros em 1980, a Esquina precisou estabelecer categoricamente por onde e como começar. Segundo Antonio Carlos Moreira,⁷⁶ apesar da familiaridade com livros, Aguinaldo Silva e Francisco Bittencourt buscaram ajuda para o processo de gerência e assessoria de atividades editoriais. Assim, chegaram ao nome de Sandra Siqueira,⁷⁷ funcionária da José Olympio Editora, que seria a responsável por assessorar a

⁷⁶ MOREIRA em entrevista ao autor (2020).

⁷⁷ Além de assessora editorial na José Olympio e da passagem pela Esquina Editora, Sandra Siqueira chegou a fundar sua própria editora em 1984, Memórias Futuras. Buscá-la foi uma decisiva missão em nossa pesquisa, pois

Esquina em suas edições. Segundo Aguinaldo Silva,⁷⁸ a principal função da assessora era organizar os lançamentos e selecionar os responsáveis pelas capas dos livros. O nome de Sandra Siqueira aparece nos três livros da Esquina, ocupando a função de “Coordenação de Produção”.

3.3 *Escola de libertinagem* – Marquês de Sade

A partir do apoio de Sandra Siqueira, a comissão editorial da Esquina elegeu um texto do escritor francês Donatien Alphonse François de Sade, mais conhecido como Marquês de Sade, para publicação. Identificamos que, além de critério político-ideológico, razões econômicas foram preponderantes para a seleção da obra, mas antes de apresentar tais critérios, vale a pena uma breve apresentação do autor.

Nascido em 1740 e pertencente a uma tradicional família francesa do século XV, Marquês de Sade acumulou paixões. Com passagem em uma carreira militar, Sade se encontrou no mundo das artes, especialmente no teatro. Seu estilo de vida libertino, somado a acusações de abuso sexual, tentativa de homicídio e agressões levaram o autor à prisão algumas vezes, inclusive foi nesse ambiente em que o escritor pôde se dedicar ao mundo da escrita e expressar a sua genialidade literária. Em 1793 foi preso por ateísmo, sendo liberado no ano seguinte, quando já se encontrava sem dinheiro e em uma França marcada por crises. Foi nesse período que Sade publicou obras como *La philosophie dans le boudoir* ou, simplesmente, *Filosofia da alcova*, texto trabalhado pela Esquina em 1980. Com a França sob comando de Napoleão Bonaparte, Sade foi intimado por um processo judicial contra um dos seus supostos escritos, que feriam a moral francesa. Tal ação resultou em mais uma prisão que, em sequência, o levou ao hospício de Charenton, onde morreu em 1814 (SILVA, R. D., 2016).

As obras literárias do Marquês de Sade ficaram conhecidas no âmbito da literatura e da história pelo seu forte apelo libertário e “libertino”. Segundo Silva, R. D. (2016), este último adjetivo era destinado a pensadores e autores que rejeitavam ou questionavam valores morais e religiosos vigentes na época, sobretudo na esfera sexual. Ademais, a sexualidade e as suas formas de prazer foram temas constantes nas obras de Sade. De acordo com o pesquisador, em 1968 a Coordenada Editora de Brasília lançou no cenário nacional a obra *Filosofia da alcova* ou *Escola de libertinagem*, fato que poderia ser suprimido na nossa pesquisa, se, Aguinaldo Silva não fosse o responsável pela tradução do livro.

certamente seria uma rica fonte para o nosso trabalho. No entanto, depois de intensa procura, descobrimos o seu falecimento em 2004.

⁷⁸ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

Aqui apresentamos um dos fatores que levou a Esquina a escolher um texto de Sade para ser o seu primeiro livro. Não o simples fato de Aguinaldo Silva ter sido o tradutor, mas a economia que isso representaria, uma vez que a editora já não teria que arcar com custos da atividade de tradução, tampouco, direitos autorais, tendo em vista o tempo da morte do Marquês de Sade. Segundo Aguinaldo Silva, foi ele próprio, em uma reunião da comissão editorial, que comentou sobre essa tradução feita para a Coordenada Editora de Brasília, a partir disso, ficou definido que a obra seria editada pela Esquina. Para o jornalista, esse teria sido um forte facilitador para o início das atividades da Esquina, considerando que “existia um texto, uma tradução e porque era um clássico” da temática sexual.⁷⁹

Assim, impulsionados pelo desejo de causar impacto, outros fatores foram estabelecidos para a edição de Sade pela Esquina. Desse modo, a comissão editorial também teria definido alguns aspectos relativos ao autor:

“Tem que ser um autor famoso, que seja conhecido e trate do assunto.” E aí foi que surgiu a ideia do livro. Foi o primeiro livro e já deixava bem claro: “Nós não vamos publicar coisas que não tenham nada a ver com o assunto do jornal, com os temas do jornal”. Ao mesmo tempo era um livro polêmico, sempre será um livro polêmico.⁸⁰

De acordo com Antonio Carlos Moreira, que assinou a “montagem e arte-final” dos três livros editados pela Esquina, o processo de editoração de *Escola de libertinagem* foi, na verdade, uma fotocópia do livro que Aguinaldo tinha traduzido para a Coordenada Editora de Brasília. Segundo Moreira, Sandra Siqueira teria sido a orientadora desse processo, que consistia em:

Ele – Aguinaldo – pegou o livro impresso, já pronto, num processo de fotocopiar, com boa qualidade e aí foi fazendo emendas para tentar dar correção em alguns erros e algumas atualizações ortográficas, isso eliminava a preparação de texto, digitador, fotocomposição e até um trabalho mais elaborado de montagem final. Como eu já estava fazendo o trabalho de arte final e montagem do jornal, o Aguinaldo propôs que eu fizesse o livro, então eu participei, eu pegava todas aquelas páginas, fazia emendas, depois eu fiz o “pestape”,⁸¹ colar em uma base, com numeração etc. Então essa montagem manual do primeiro livro, eu que fiz, e aí depois foi para o fotolito e foi lançado.⁸²

Assim, em tradução livre, *Escola de libertinagem* foi lançado à venda a partir de outubro de 1980, com custo inicial de Cr\$ 300,00 (cruzeiros) e 170 páginas.

⁷⁹ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ Processo de montagem/colagem de texto e/ou ilustrações.

⁸² MOREIRA em entrevista ao autor (2020).

Figura 18 – Capa e quarta capa do livro *Escola de libertinagem*



Fonte: Foto do autor (2020).

Consideramos que tivemos acesso aos profissionais protagonistas dessa editoração, como o editor Aguinaldo Silva, e o responsável pela arte-final, Antônio Carlos Moreira. Mas é importante nomear a presença de outros profissionais que assumiram papéis coadjuvantes, mas não menos importantes, como o capista Rafa, a revisora de texto Lúcia Mousinho e o responsável pela composição do livro, José Primo Neto.

Além do anúncio no *Lampião da Esquina*, identificamos no “Caderno de Literatura” do *Jornal do Brasil* uma pequena nota sobre “Novos títulos”, entre eles, *Escola de libertinagem* da Esquina:

Figura 19 – Anúncio de *Escola de libertinagem* no *Jornal do Brasil*

■ Uma nova tradução de *Escola de Libertinagem* é publicada pela Editora Esquina, Rio, 180 páginas, Cr\$ 300.

Fonte: *Jornal do Brasil* (1980, n. 00205, p. 33).

Como apontado, o livro do Marquês de Sade não esteve amplamente disponível nas bancas, tendo em vista sua capa considerada ousada para a época. Quanto ao conteúdo, uma breve apresentação na quarta capa⁸³ dizia:

Homossexualismo, adultério, roubo, assassinio – o Marquês de Sade põe em questão, neste livro, os chamados crimes da natureza humana, analisando-os, ao mesmo tempo, um a um. Um grupo de homens e mulheres, reunidos num ambiente fechado – uma alcova – ocupam-se em recriar os ritos de amor do ser humano, livrando-os das hipocrisias e dos freios impostos pelas convenções. Neste ESCOLA DE LIBERTINAGEM temos presente um novo aspecto humano – universal – do sado-masiquismo: “o sadismo moral”, inspirador da maioria dos conflitos entre indivíduos e grupos, e grande agente da subordinação ética SADE (1980).

De acordo com Silva, R. D. (2016), o termo “sadismo” foi criado pelo psiquiatra austro-húngaro Richard Freiherr von Krafft-Ebing (1840-1902) para denominar características que estiveram presentes nos escritos e na vida de Sade, como a perversão e devassidão. Embora o tema da homossexualidade não seja linha central de *Escola de libertinagem*, experiências homossexuais estão presentes em toda a narrativa, com o personagem homossexual Dolmancé, um homem de 36 anos, famoso por nunca ter transado com uma mulher e apresentado como “um tanto dengoso nos gestos e na figura [...] de frequentes ares femininos” (SADE, 1980, p. 8).

Ao longo da obra o tema da liberdade sexual é percorrida em diversas combinações entre os cinco personagens, que têm como missão principal apresentar o mundo dos prazeres sexuais à jovem Eugenie. Embora seja esse o ponto central, o livro apresenta a homossexualidade com naturalidade e promove questionamentos de preconceitos:

Ao descobrirmos um novo hemisfério encontramos nele a sodomia [...] se os nossos balões tivessem chegado à Lua, encontrá-la-iam igualmente aí. Gozo delicioso, filho da natureza e do prazer, estará em qualquer canto onde se encontre o homem [...] Pode haver extravagância igual à de imaginar que um homem deva ser um monstro digno da pena e de morte só porque preferiu no seu gozo o buraco de um cu ao de uma vagina? (SADE, 1980, p. 88) [...] Chamam anormais àqueles que se entregam a tal paixão (SADE, 1980, p. 47).

De acordo com Trevisan (2018), a definição europeia de sodomia era dirigida, comumente, ao amor entre pessoas do mesmo sexo. Pelo tom provocativo, como exposto, tanto o autor quanto o livro foram marginalizados no seu tempo, 1795. Quase dois séculos depois, quando a Esquina editou a obra, em 1980, a temática continuava viva e provocando ira em alas conservadoras. Para Aguinaldo Silva,⁸⁴ *Escola de libertinagem* sempre será um livro polêmico.

⁸³ A quarta capa é o espaço estratégico no verso do livro onde o editor/editora pode fazer a apresentação publicitária da edição (GENETTE, 2009).

⁸⁴ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

Segundo Antonio Carlos Moreira, a tiragem inicial do livro foi de 3 mil exemplares, número padrão de uma tiragem básica na época, o que fazia o preço unitário de livro ficar mais em conta, tanto para a editora, quanto para o leitor. Apesar de não termos encontrado documentos que comprovassem a saída desses livros, adotamos os depoimentos de Aguinaldo Silva e Antonio Carlos Moreira como as principais fontes a respeito das vendas. Segundo Silva, A., o livro também contou com uma reimpressão de 2 mil exemplares, devido ao sucesso nas vendas. Identificamos que a partir de fevereiro de 1981 o livro passou a custar Cr\$ 350,00 na seção “Biblioteca Universal Guei” do *Lampião*.

3.4 *Prova de fogo* – Nívio Ramos Sales

Analisando o *Lampião da Esquina*, percebemos que *Prova de fogo* foi um livro que não contou com uma ampla e prévia divulgação nas páginas do jornal, antes de efetivamente ser editado. De outubro de 1980 a fevereiro de 1981, *Escola de libertinagem* tinha sido o único livro lançado pela editora, dado que mudou a partir de março, quando a Esquina colocou à venda o primeiro livro da carreira de Nívio Ramos Sales, *Prova de fogo*. Tal acontecimento nos coloca frente a um fato: o poder de influência de Aguinaldo Silva na editora. Antes de virar livro, *Prova de fogo* serviu de inspiração para filme, no qual teve como roteirista o próprio Aguinaldo.

Originalmente chamado de *Pousando para retratos*, o texto de Nívio Ramos Sales aborda diversos dilemas da vivência de um pai de santo em um terreiro de umbanda, sobretudo no que diz respeito às principiantes dúvidas de um jovem em início de carreira. Sua relação ideológica e religiosa, a dicotomia entre suas entidades, uma ciganinha e um másculo boiadeiro, além de tantas outras questões de quem buscava o pai de santo para compreender a vida nas esferas sociais, econômicas e sexuais. Segundo Nívio Ramos Sales, de imediato ele se via dividido:

Eu era materialista, fã de Marx, e eu fiquei naquele dilema espiritual “como pode existir?”. Resolvi ir a fundo e descobri realmente que eu era um místico [...] Eu tinha uma professora de antropologia, Yvonne Maggie, que estava fazendo o mestrado dela e ela começou a participar desse conflito que eu estava vivendo, então ela fez a dissertação de mestrado dela que chama-se *Guerra de orixá*, baseado nessa minha vivência de terreiro de umbanda, foi incrível, ela fez o trabalho dela, depois disso eu escrevi para mim mesmo *Pousando para retratos*.⁸⁵

⁸⁵ Usaremos SALES quando estivermos nos referenciando à entrevista de Nívio Ramos Sales ao autor (2020).

De acordo com Sales, a partir do trabalho de Yvonne Maggie, o diretor de cinema Marco Altberg desejou conhecer mais sobre a história do pai de santo apresentado na dissertação de mestrado *Guerra de orixá* (1973), assim, o diretor de cinema teve acesso também aos escritos do jovem pai de santo:

Marco (Altberg) leu as minhas impressões, a minha vivência escrita em *Pousando para retratos*. Foi a primeira coisa que eu escrevi, até então eu gostava de escrever teatro e poesia, então eles acharam que as minhas impressões, ou seja, a minha autobiografia, dava para um filme, já o trabalho da Yvonne Maggie não dava, então optaram pelo meu trabalho, que não era um livro ainda.⁸⁶

Foi a partir da ideia do filme, e por motivos comerciais, que *Pousando para retratos* passou a se chamar *Prova de fogo* (1980). O filme dirigido por Marco Altberg e produzido por Luiz Carlos Barreto, teve no elenco Pedro Paulo Rangel, Ivan de Almeida, Elba Ramalho, Lígia Diniz e Maitê Proença. O roteiro foi assinado por Aguinaldo Silva. De acordo com Antonio Carlo Moreira, a ideia inicial era que o livro saísse exatamente no momento do lançamento do filme, seguindo um comportamento comercial comum à época “veja o filme e leia o livro”.⁸⁷

No entanto, o filme virou objeto de intensa disputa judicial antes do seu lançamento. Segundo Sales (2020), a antropóloga Yvonne Maggie teria acusado Marco Altberg de plágio, alegando que a obra era baseada originalmente em seu trabalho. Encontramos a repercussão de tal situação em grandes jornais da época. No *Jornal do Brasil* uma carta assinada por apoiadores de Yvonne Maggie lamentava “o indevido caso de apropriação intelectual” (*JORNAL DO BRASIL*, 1982, 28 de set., p. 10), pois, segundo o grupo, ficava clara a participação da antropóloga quando se lia o livro e assistia ao filme. O jornal *O Estado de S.Paulo* chegou a repercutir em dezembro de 1980: “Antes da estreia, filme já é um caso de justiça” (1980, 20 de dez., p. 15). Segundo o *Estadão*, uma perícia judicial ficou a cargo de averiguar a situação de possível plágio, enquanto isso todas as cópias do filme foram apreendidas. Desse modo, o longa-metragem esteve paralisado até o seu lançamento, entre 1981 e início de 1982.

De acordo com Nívio Ramos Sales, a partir do momento que as disputas judiciais em torno do filme foram assentadas, a edição do livro foi iniciada. Segundo o escritor: “Quando a Embrafilme e o Luiz Carlos Barreto me prometeram editar o livro, perto do filme ir para praça, eles perguntaram qual era a editora que eu queria que fizesse o livro. Eu disse, nada mais justo que a Esquina Editora, já que o Aguinaldo Silva foi o roteirista”.⁸⁸ Desse modo, identificamos que, por conta de Aguinaldo Silva, *Prova de fogo* foi editado pela Esquina.

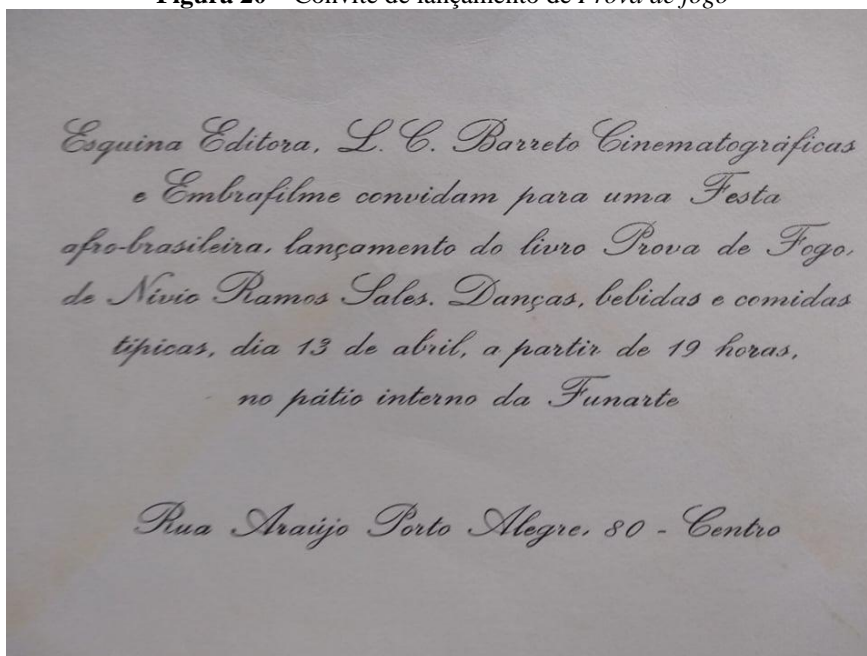
⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ MOREIRA em entrevista ao autor (2020).

⁸⁸ SALES em entrevista ao autor (2020).

Comercializado nas folhas do *Lampião* a partir de março de 1981, o livro *Prova de fogo* custava inicialmente Cr\$ 350,00, passando a Cr\$ 300,00 já no mês seguinte, quando contou com uma festa de lançamento na sede da Fundação Nacional das Artes (Funarte):

Figura 20 – Convite de lançamento de *Prova de fogo*



Fonte: Acervo de Nívio Ramos Sales (2020).

Aqui é interessante analisarmos a presença de dois órgãos federais, a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme) e a Funarte, no convite de lançamento do livro *Prova de fogo* da Esquina Editora. Tudo indica que a participação dos órgãos esteve mais relacionada ao filme homônimo. Segundo o pesquisador Bruno Hingst (2013), embora o investimento na sétima arte e no campo cultural não fosse um objetivo do regime militar, as duas estatais conseguiram atuar com reconhecida autonomia em grande número de produções nacionais.

A capa do livro é ocupada pelo par de olhos azuis e marcantes da atriz Maitê Proença, que também tinha atuado com destaque no filme.

Figura 21 – Capa e quarta capa do livro *Prova de fogo*



Fonte: Foto do autor (2020).

Na quarta capa pode-se ler:

A história de um pai-de-santo dividido entre duas entidades: um viril boiadeiro e uma sensual Ciganinha. A experiência de um homem que vive em dois mundos – o do “santo” e o da vida “civil” –, assumindo todos os riscos do confronto permanente entre eles. A primeira obra séria sobre a Umbanda e o Candomblé escrita por um praticante dos cultos afro-brasileiros.

Elementos paratextuais⁸⁹ enriquecem a apresentação do livro, como a orelha assinada pelo diretor de cinema Marco Altbertg: “Nívio descreve os casos de seus clientes no jogo de búzios. São pessoas carentes, em busca de soluções para seus problemas. E ele está ali, quase como um psicanalista dos humildes, dando respostas baseado no tênue equilíbrio entre o mágico, o inexplicável e o seu bom senso” (SALES, 1981).

Assim, ao longo de 112 páginas, Nívio Ramos Sales, com o personagem Mário, concentra seus esforços antropológicos em relatar o dia a dia em seu terreiro. Além da relação do autor com suas entidades opostas, o autor narra episódios onde a homossexualidade é colocada em questão por seus “filhos”:

⁸⁹ Segundo Genette, título, ilustração, prefácio, notas e apontamentos podem compor os elementos paratextuais de um texto. Servem “exatamente para apresentá-lo, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para torná-lo presente, para garantir sua presença no mundo, sua ‘recepção’ e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro” (2009, p. 9).

Passo a fazer parte do mundo dessa gente, na medida em que minhas predições vão sendo confirmadas e as soluções vão sendo encontradas. [...] O rapaz que se acha na minha frente, sentado, meio acinzentado, está trêmulo. Sempre rezando, abro as mãos e os búzios caem. [...] Faço a terceira jogada [...] é homem, não é? (SALES, 1981, p. 21).

O diálogo a seguir complementa o trecho anterior e nos evidencia como a sensação de gostar de outra pessoa do mesmo sexo era também, para alguns, motivo de sofrimento.

Ele, levantando a cabeça lentamente, confirma. Me olha sem jeito. É um rapaz [...] o que faço? [...] Eu o conheci num bar, na Cinelândia. É de Santa Catarina. Gosto dele, mas ele é tão estúpido! Tenho medo de escândalo [...] foi tão difícil arranjar aquele emprego! [...] Jurei a Deus nunca mais gostar de homem (SALES, 1981, p. 21).

A homossexualidade também aparece intimamente ligada à doença mental em um caso onde uma mãe interna o filho em uma clínica psiquiátrica e também busca auxílio espiritual com o pai de santo, alegando que o filho tem problemas com drogas. Ao encontrar com o jovem para uma consulta espiritual, Mario é posto em frente a uma tórrida paixão entre o suposto jovem doente e seu médico psiquiatra.

Minha mãe? É verdade. Ela diz que é preciso, que estou doente, de cabeça fraca, mas o psiquiatra disse que eu sou normal. Ela diz que é o maior desgosto da vida dela, que estou me matando, que é crime, que é pecado [...] a minha vaga numa clínica para viciados já está reservada. [...] O doutor diz que estou bem e posso sair nos fins de semana. [...] Amanhã volto para a clínica. A voz dócil do doutor que é um pouco mais velho do que eu, e usa uma calça justa fazendo um volume que dá para mostrar seu pênis bem formado e uma bunda magra. Gostaria que ele fosse homossexual para transar comigo. [...] Minha meta na lucidez social é o médico que me excita com sua roupa branca. Mas eu preciso viajar, morou? [...] Minha mãe descobrirá que não há doentes nem sãos, bons nem maus, bonitos nem feios, machos nem fêmeas [...] somos um só, parte de um todo que nos categorizamos (SALES, 1981, p. 71).

Em outro atendimento, a mãe volta aflita pedindo ajuda ao pai de santo, pois seu filho teria fugido da clínica psiquiátrica e poderia estar vagando pelas ruas. O pai de santo ciente do que estava em jogo na questão, resolveu perguntar pelo médico que cuidava do jovem, ouvindo da mãe agitada: “o doutor está em lua-de-mel na Argentina, disse que não pode fazer nada, pois clinicamente está curado” (SALES, 1981, p. 77).

Em outra passagem, o autor se concentra em sua própria figura e revela as paixões que a sua entidade de perfil feminino, a ciganinha Salomé, despertava no corpo espiritual de sua casa. “Tinha até médiuns homens que se apaixonavam por mim quando eu estava incorporado de ‘Cigana’, chegando a fazer declarações de amor, e dizendo-me que quando tinham relações sexuais com suas mulheres, pensavam na ‘Cigana’, e que sonhavam comigo” (SALES, 1981, p. 54).

Se você ver meu livro você vai ver a minha dualidade sexual, era uma ciganinha e um boiadeiro. Um boiadeiro macho para cacete e uma ciganinha fêmea para cacete. Eu sempre vivi essa dualidade, momentos de macheza e momentos de feminilidade, então isso tudo fez minha identidade.⁹⁰

O lançamento da obra contou com forte repercussão no *Lampião da Esquina*, que apresentou a cobertura do evento de lançamento e a noite de autógrafos de Nívio Ramos Sales. O *Jornal do Brasil* chegou a anunciar a venda do livro no caderno de literatura em abril de 1981, mas no mês seguinte, o crítico Jorge Sá teceu severa crítica literária ao livro:

[...] O livro deixa a desejar – e muito [...] o livro se enquadra no gênero memórias, procurando retratar um sociólogo que se torna pai-de-santo. No decorrer das confissões, o narrador nos fala de suas ambíguas entidades [...] No fim, deixa-nos a certeza de que é fácil resolver – ou acomodar – os problemas através de uma religião devidamente seguida. O difícil mesmo, sem dúvida, é alcançar a qualidade literária que faria Prova de Fogo um romance pelo menos interessante (*JORNAL DO BRASIL*, 1981, 23 de maio, p. 37).

Há, em *Prova de fogo*, relações com a temática homossexual para além do seu próprio conteúdo. Ao analisarmos o contexto onde um pai de santo recebe uma entendida feminina e também uma entidade extremamente oposta, podemos recorrer aos estudos dos antropólogos Fry e MacRae (1985), que defendem a existência de uma forte relação entre a homossexualidade e poderes considerados “místicos”, onde o imaginário brasileiro, sobretudo no Norte e Nordeste do país, associava o candomblé como lugares de “bichas”. Segundo Nívio Ramos Sales,⁹¹ ainda hoje a religião é conhecida por “não ter preconceitos” com pessoas que se relacionam com o mesmo sexo, o que acaba aproximando muitos LGBT.

Conforme Antonio Carlos Moreira, responsável pela montagem e arte-final do livro, a edição da obra causou muito entusiasmo em Aguinaldo Silva: “Isso realmente mobilizou muito o Aguinaldo, ele ficou muito empolgado com essa história, e ninguém conhecia o Nívio, ele não era escritor conhecido”.⁹² Certamente, o fato de não ser famoso ou ter outras obras lançadas, aumentava as chances dos escritos de Nívio Ramos Sales serem criticados e até mesmo preteridos. Segundo Aguinaldo Silva, mesmo com o engajamento e a relação entre filme e livro, as vendas não foram muito animadoras.

Não encontramos documentos que revelassem a tiragem do livro *Prova de fogo*, mas estabelecemos a mesma quantia de 3 mil, pois, segundo Moreira, o número se tratava de uma tiragem básica de impressão. Em termos burocráticos, Nívio Ramos Sales afirma que não assinou contrato com a Esquina Editora, tampouco teve lucros com as vendas e/ou direitos

⁹⁰ SALES em entrevista ao autor (2020).

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² MOREIRA em entrevista ao autor (2020).

autorais sobre o livro. Considerando o mês em que o livro esteve comercializado nas folhas do *Lampião* pela primeira vez até o mês de encerramento das atividades da Esquina, ou seja, julho de 1981, *Prova de fogo* teve curto espaço de tempo para ser amplamente comercializado. De acordo com Sales, com o fechamento do *Lampião* e da Esquina de maneira repentina, o que restou ao autor foi receber das mãos de Aguinaldo Silva, os fotolitos do livro e uma quantia de aproximadamente 500 livros. Desse modo, estava lançado o segundo livro da Esquina Editora.

3.5 *A bicha que ri* – Francisco Bittencourt

Em maio de 1981, a Esquina lançou às vendas o último livro do seu breve catálogo. Diferentemente dos outros livros já editados, *A bicha que ri* esteve amplamente disponível nas bancas de capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba e Brasília. Leitores das demais localidades do país, deveriam solicitar via reembolso postal. Segundo Antonio Carlos Moreira, serviram de inspiração para a edição deste livro, a linguagem visual do *Jornal Pasquim* e da editora Codecri:

O Pasquim eventualmente editava uma edição especial com entrevistas ou saía com livrinhos pela editora deles, a CODECRI, com piadas, charges dos editores, então foi uma ideia de também estar nesse mercado com publicações chamadas de “marginal”, “alternativa” com esse viés homossexual.⁹³

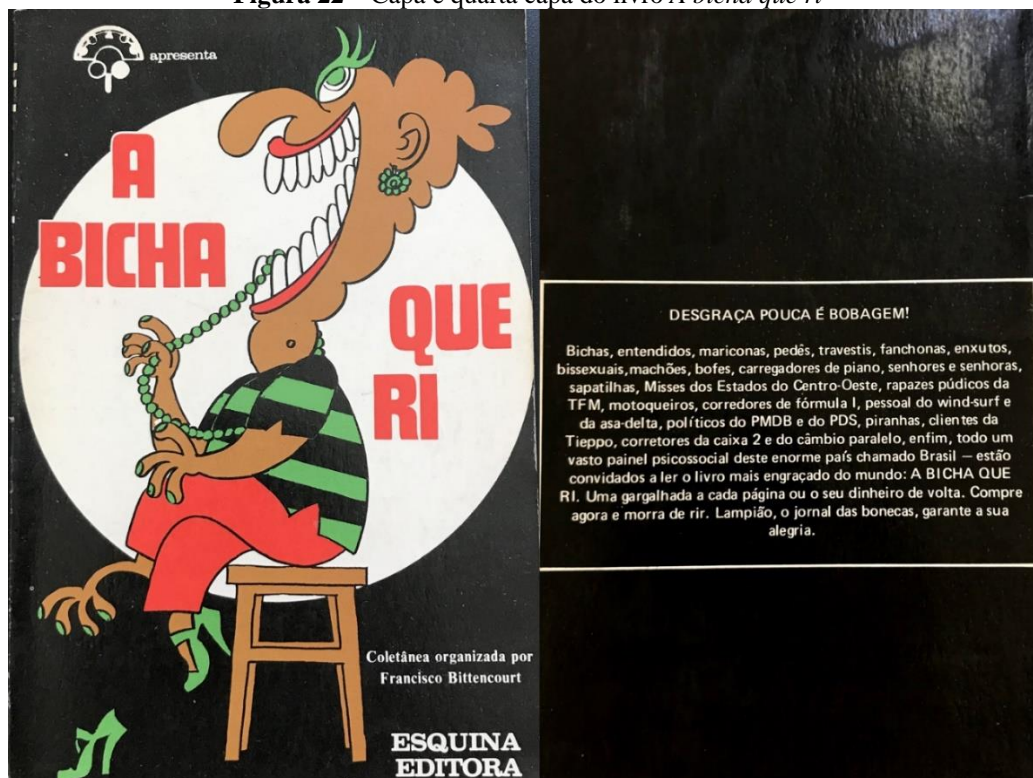
Ao longo da existência do *Lampião da Esquina*, leitores e colaboradores puderam enviar à sede do jornal, piadas que refletiam as suas vivências e os desafios de ser “desviante”. Desse modo, ficou a cargo de Francisco Bittencourt editar e organizar uma sequência de piadas, anedotas, charges e casos do mundo homossexual brasileiro, que no início dos anos 1980 passava por significativas dissidências. O próprio livro faz questão de evidenciar, de forma irônica, os diversos subgrupos que foram se formando sob o título de minorias sociais, assim, a quarta capa do livro destaca: “Desgraça pouca é bobagem!”.

Bichas, entendidos, mariconas, pedês, travestis, fanchonas, enxutos, bissexuais, machões, bofes, carregadores de piano, senhores e senhoras, sapatilhas, Misses dos Estados do Centro-Oeste, rapazes pudicos da TFM, motoqueiros, corredores de fórmula I, pessoal do Wind-surf e da asa-delta, políticos do PMDB e do PDS, piranhas, clientes da Tieppo, corretores da caixa 2 e do câmbio paralelo, enfim, todo um vasto painel psicossocial deste enorme país chamado Brasil – estão convidados a ler o livro mais engraçado do mundo: A BICHA QUE RI. Uma gargalhada a cada página ou o seu dinheiro de volta. Compre agora e morra de rir. *Lampião*, o jornal das bonecas, garante a sua alegria (BITTENCOURT, 1981).

⁹³ MOREIRA em entrevista ao autor (2020).

Além de contar com a colaboração de leitores do *Lampião*, o livro teve a participação do poeta marginal Glaucio Mattoso e do jornalista José Fernando Bastos, que também selecionaram piadas para a coletânea. As charges que ilustram o material, são assinadas pelos desenhistas Hartur e Levi, este último também assinou a capa, que, segundo Aguinaldo Silva, lembrava propositalmente os desenhos do cartunista Jaguar, do *Pasquim*.

Figura 22 – Capa e quarta capa do livro *A bicha que ri*



Fonte: Foto do autor (2020).

A ideia do lançamento de um livro que apresentava a questão homossexual utilizando como linguagem o humor, foi uma aposta da editora, no entanto, não esteve livre de resistências por parte de alguns integrantes da Comissão Editorial, que desejavam apresentar um tom mais formal sobre o tema. Contudo, para Aguinaldo Silva, o segredo estava em provocar: “ao mesmo tempo que é uma piada, tem um lado subversivo, né? Ela subverte a coisa, é a linha do jornal. Era fazer política sem parecer que estava fazendo política”.⁹⁴ Para o jornalista, a editora e o jornal não podiam ser “sérios” e “caretas”.

⁹⁴ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

Figura 23 – Charges de Levi em *A bicha que ri*



Fonte: Foto do autor (2020).

De acordo com Aguinaldo Silva, *A bicha que ri* foi o lançamento mais rebelde da editora, a começar pelo título, que apresenta a palavra “bicha”, comumente utilizada como xingamento por aqueles que desejavam ofender os homossexuais. Vimos que o uso da expressão foi fortemente incentivada pelo *Lampião* a fim de esvaziar seu sentido pejorativo. Num mesmo lançamento, a *Esquina* conseguiu atingir com a acidez típica de um humor provocativo, os militares, a Igreja Católica, os civis conservadores e, ao mesmo tempo, satirizar os rachas que mostravam as separações dos movimentos de “minorias sociais”.

Uma recepção estrondosa aguarda o bispo na paróquia do interior. Depois de uma viagem penosa, em dia de muito calor e estrada de muita poeira, o carro para junto à escadaria da igreja, bem perto dos devotos e austeros senhores da Irmandade. O padre, adulator, abraçando o bispo, pergunta: Vossa Excelência está muito cansada? – Cansada?!...Estou exaaausta! [...] Quase morta! (BITTENCOURT, 1981, p. 20).

Para os entrevistados, o livro foi o mais vendido da *Esquina Editora*, e o que contou com a maior tiragem. De acordo com Antonio Carlos Moreira, foram 10 mil exemplares, portanto 7 mil a mais que os outros lançamentos da editora. As vendas além de serem realizadas nas bancas de jornais e revistas, também foram intensas pelo envio postal, o que animou a Comissão

Editorial: “era um livro muito para cima, muito humorado, então a gente tinha um prazer enorme em ver que as pessoas estavam gostando do livro e isso foi a melhor coisa”.⁹⁵

Desse modo, a Esquina tinha somado a sua experiência a editoração de três obras literárias e, a partir disso, abria uma margem de novas possibilidades para outros lançamentos. No entanto, como uma chuva de verão, a Esquina Editora encerrou suas atividades sem aviso prévio, deixando para a história e para os seus leitores, as suas produções como o jornal *Lampião da Esquina* e os seus livros.

3.6 Os caminhos da pesquisa – aproximação com as fontes

Esperamos ter apresentado até aqui os principais pontos da breve – mas necessária – atuação da Esquina Editora. Ao longo de todo o trabalho foi possível jogar luz em pontos que até então estavam apagados ou esquecidos nas narrativas que giram em torno do *Lampião da Esquina* e a sua participação dentro da imprensa alternativa. Só foi possível toda essa riqueza de detalhes graças à colaboração dos entrevistados, que, em um agigantado esforço de memória, conseguiram expressar curiosidades que só enriqueceram nossa ambição de apresentar a historiografia de uma das principais editoras de oposição.

Nesse sentido, sentimos de perto a alegria esfuziante a cada localização de fonte e a não menor decepção a cada silêncio ou negativa de contato. Peço licença a minha orientadora e a todos os leitores para escrever este tópico em primeira pessoa, pois, acredito que dessa forma estarei mais próximo dos sentimentos que me ocuparam a partir do contexto de pandemia, o que de certa forma, impactou todas as esferas da minha vida, inclusive a realização deste trabalho.

Era fevereiro de 2020 quando montei um esboço de todas as possíveis fontes que eu gostaria de entrevistar, naquele momento, ingenuamente pensei que por volta do mês de maio eu conseguiria fazer parte das entrevistas. Março chegou trazendo aquela nuvem de incertezas e medos, e o desconhecido se fez presente na nossa vida, elevado à centésima potência. Cada dia era algo novo e a regra primordial a seguir era sobreviver. No esboço inicial de fontes estavam Aguinaldo Silva, Antonio Carlos Moreira, João Silvério Trevisan, Nívio Ramos Sales e Sandra Siqueira. Não foram necessários muitos dias para perceber que o buraco que estávamos entrando não tinha fim, a Covid-19 se espalhava ligeiramente e todas as luzes se acenderam. Com isso, toda a metodologia elaborada para as entrevistas presenciais teve que,

⁹⁵ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

rapidamente, ser adaptada, não só para cumprir as exigências do Comitê de Ética da Fundação Getúlio Vargas, mas, principalmente, garantir a minha segurança e a segurança dos meus entrevistados, levando em consideração que quase todos são idosos.

Passado todo o choque imediato, encontrei na minha pesquisa forças para continuar. Assim, em julho de 2020 realizei a primeira entrevista, com o escritor Nívio Ramos Sales. Utilizei todos os caminhos possíveis para encontrar notícias a respeito do autor, obviamente, o Google foi a primeira porta, mas logo descobri que se tratava de um autor que não era famoso, apenas contava com dois anúncios de livros no site da Amazon, ambos falando sobre religiões afro-brasileiras. Em seguida, busquei mais informações do autor no acervo do site Estante Virtual, aproveitei para garantir um exemplar de *Prova de fogo*, fundamental para analisar mais detalhadamente a obra. Encontrei um perfil no Facebook, um senhor de idade, pelo visto apaixonado pelo seu neto, dada a abundância de fotos com a criança e declarações de amor. Então percebi que tínhamos uma amiga em comum, Adelina Cruz, colaboradora do FGV CPDOC a quem eu já conhecia de outras ocasiões. Nesse ponto todo jornalista irá concordar comigo, nada melhor que uma ponte entre entrevistador e a fonte. Adelina se encarregou de nos apresentar e me revelou que Nívio Ramos Sales tinha colaborado com uma entrevista para o acervo de Yvonne Maggie, recém-depositado no CPDOC. Nívio preferiu manter contato apenas pelo Facebook, para ele, *e-mails* exigiriam mais do que sua capacidade para lidar com a internet, assim, o caminho mais fácil foi fazer videochamada via Facebook.

Portanto, a entrevista semiestruturada aconteceu por esses caminhos com Nívio Ramos Sales, com objetivos muito claros, que buscavam entender como se deu a aproximação do autor com a Esquina, quais os trâmites legais estabelecidos para a obra ser editada, como se deu o processo de editoração, divulgação e vendas do livro, qual a aproximação do autor com as temáticas privilegiadas pelo *Lampião* e a Esquina e o retorno financeiro desse processo.

Um mês depois aconteceu a segunda entrevista, com o jornalista Antonio Carlos Moreira. A nossa aproximação também se deu a partir de um amigo em comum, e o caminho preferido pelo entrevistado foi via mensagens de áudio por WhatsApp. Passei a sequência de perguntas ao jornalista que tinha sido colaborador do *Lampião da Esquina* e assumido, a partir de determinado momento, a responsabilidade pela edição e montagem dos livros editados pela Esquina. Essa entrevista foi primordial para entendermos mais a respeito das funções gráficas inerentes a uma editora, assim, os pontos privilegiados no roteiro giraram em torno da experiência do entrevistado como editor gráfico e quais caminhos o livro seguia entre as

reuniões do Conselho Editorial e a gráfica. É a partir desse contato que conhecemos mais o processo de montagem, impressão, tiragem e vendas das obras editadas pela Esquina.

A partir do contato com Antonio Carlos Moreira, recebi a indicação de conversar com o jornalista Alceste Pinheiro. Essa foi a única entrevista mais aberta e que se deu via telefone. De antemão eu sabia que Alceste tinha colaborado mais com o *Lampião* do que com as atividades da Esquina, mas insisti no contato. Com isso, pude entender um pouco mais sobre a importância de outros personagens que eu ainda pretendia buscar, como Aguinaldo Silva e Sandra Siqueira. Tanto Antonio Carlos Moreira, quanto Alceste Pinheiro fizeram parte do cotidiano da “ala carioca” da Esquina Editora e defenderam que o meu trabalho só estaria completo com a fala de Aguinaldo Silva.

Tentar o contato com Aguinaldo Silva via Antonio Carlos Moreira foi uma das minhas tentativas de entrevista com o autor. No entanto, soma-se a essa tentativa, três *e-mails* anteriores, uma mensagem via Facebook e outra até pelo Instagram. Embora os preceitos acadêmicos tenham preferência por contatos via *e-mail* (e em alguns casos sejam primordiais), eu tinha certeza que, prestes a qualificar, tinha que apresentar Aguinaldo como uma fonte confirmada. Era o que daria uma maior segurança ao meu trabalho, tendo em vista a importante atuação de Aguinaldo frente ao *Lampião* e a Esquina. Outra fonte nesse peso, apenas João Silvério Trevisan, que já havia negado duas solicitações, justificado pela sua reclusão (presencial e *online*) devido a pandemia e a outros projetos pessoais.

Depois de quase 2 meses esperando o retorno de Aguinaldo Silva, resolvi assistir uma *live* dele com a jornalista Leda Nagle, e, embora a decepção do silêncio estivesse presente, resolvi arriscar mais uma vez o pedido, então, enviei o quarto *e-mail* ao autor, sinalizando que eu estava acompanhando há poucos minutos a sua fala sobre a militância homossexual da década de 1970, e a sua defesa de que antes de nós, tivemos outros tantos lutando por um mundo melhor. Assim, apresentei mais uma vez o foco da minha pesquisa e, em poucos minutos, Aguinaldo me respondeu aceitando ser entrevistado e me passando o seu contato de WhatsApp e Skype.

Se uma coisa aprendi com esse episódio foi nunca desistir até ter o “não”, e de repente, vale a pena insistir mais uma vez mesmo com o “não” (risos). Com duração de pouco mais de uma hora, a entrevista com Aguinaldo Silva aconteceu em setembro, já com os pontos que os professores Flamarion Maués e Renan Quinalha levaram para a minha qualificação. Foi a partir desse material que consegui conhecer mais sobre a fundação da Esquina e o desejo por editar livros que privilegiavam a temática homossexual e/ou de liberdade sexual. Se a entrevista de

Antonio Carlos Moreira me deu dados sobre a experiência gráfica, a de Aguinaldo Silva trouxe para o trabalho pontos sobre os desafios políticos e ideológicos na existência da editora. Assim, busquei entender se o projeto editorial foi algo deliberadamente pensado, se houve a preocupação em construir uma linha editorial, quais as funções do editor dentro da Esquina, como funcionava o planejamento orçamentário da editora e quais foram os possíveis desafios em editar livros dessa temática durante a ditadura civil-militar. Ao longo de todo o trabalho aponto os conteúdos gerados nessas entrevistas, que considero um alicerce metodológico necessário.

Outra surpresa no desafio de localizar fontes aconteceu ao buscar o perfil de Sandra Siqueira, como apontado na pesquisa, responsável pela coordenação dos livros lançados pela Esquina. Após um esforço hercúleo, consegui identificar que Sandra Siqueira fundou uma editora própria na década de 1980, a Memórias Futuras. Na falta de dados mais objetivos, busquei em todas as redes sociais o perfil da então editora, mas sem sucesso. Parti em busca de autores que tiveram livros editados pela Memórias Futuras ou possíveis colegas de trabalho, então, localizei o perfil de Hedi Olivêira que assinava como diretora comercial da editora, então veio a confirmação, infelizmente Sandra Siqueira faleceu em 2004. Fato confirmado também pela escritora Heloisa Pires Lima, uma das autoras que teve um livro editado por Sandra. Enfim, ossos do ofício de pesquisador. Esperamos com esse tópico ter apresentado um pouco mais sobre o desafio de se construir um trabalho dessa magnitude, com todas as emoções e caminhos que a pesquisa trilha por trás das folhas escritas.

Considerações finais

Impulsionados a lutar pelo restabelecimento da democracia no Brasil e por novas formas de representação, a imprensa alternativa e as agitações dos movimentos sociais certamente se configuraram como um sopro de liberdade em meio a um regime repressor. Nesse mesmo propósito diversas editoras se somaram à missão de apresentar, com a literatura, os novos arranjos políticos, sociais, as lutas pela liberdade individual das mulheres, dos negros e das homossexualidades.

Ao passo que jornais eram sufocados pela mão da censura institucionalizada na década de 1970, a literatura passou a atuar como uma nova via de militância e de representação. As chamadas “editoras de oposição” (MAUÉS, 2013) apresentavam de forma engajada, sobretudo a uma classe média capaz de consumir livros, memórias dos exilados políticos, discursos acadêmicos, posicionamentos críticos ao regime militar e uma série de outras obras que não estiveram livres do crivo da censura. É a partir desse aspecto que nossa pesquisa se desenvolve, analisando a atuação de diversos atores – imprensa alternativa, editoras, regime militar, movimentos sociais, em especial, o movimento homossexual.

Em uma época em que a sociabilidade era restrita a guetos, uma enorme quantidade de *gays*, *lésbicas*, *bissexuais*, *travestis* e *transexuais* foram perseguidos, presos, torturados e impedidos de ter voz por serem como eram, e por isso colocados à margem da sociedade. Em busca de identidade e de representação sem estereótipos, 11 homossexuais fundaram um dos mais importantes veículos alternativos: o jornal *Lampião da Esquina*, filho da Esquina Editora. Embora o jornal tenha se colocado a todo momento como autônomo e diferente do incipiente movimento homossexual, certamente foi um lugar importante para inúmeros homossexuais se verem e se reconhecerem.

É de fundamental importância ressaltarmos a relação quase que “simbiótica” entre a Esquina Editora e o jornal *Lampião da Esquina*. Esse forte vínculo foi, paradoxalmente, um dos maiores dificultadores e facilitadores da presente pesquisa, tornando por vezes o objeto de análise móvel e de difícil distinção, mas por outro lado, facilitando análises e descobertas quando identificamos o *Lampião* como a maior fonte sobre a Esquina.

Provamos que é praticamente impossível reconstituir a historiografia da editora sem recorrer constantemente ao seu carro-chefe. Para a abertura do jornal era preciso a criação de uma editora que o comportasse e, mais que isso, ao longo de sua jornada entre os anos de 1978 a 1981, novas fontes de renda deveriam ser incorporadas a fim de facilitar a sustentação

financeira do periódico. Desse ponto, a Esquina Editora começa a dar passos para além do jornal, e, embora pareça que sua atuação tenha sido unicamente por motivos econômicos, outros fatores também pesaram para que a editora trilhasse novos caminhos, é o que esperamos ter mostrado com nossas análises.

Fortes características marcam a Esquina Editora, a começar pela sua composição editorial, formada inicialmente por nove homens *gays*, com experiências nas artes, no cinema, na literatura e no jornalismo. Em um período significativamente repressor, do ponto de vista político e moral, os desafios que afetavam as homossexualidades atingiam, também, a atuação jornalística desse grupo, como vimos nos casos dos inquéritos policiais e episódios de devassa contábil movidos contra os integrantes do *Lampião da Esquina* e sobre a vida financeira da Esquina Editora.

Tais ações representaram formas que o Estado brasileiro utilizou para manter as homossexualidades sob controle legal – ou no mínimo – resguardar os seus valores de ocasião sustentados pela “moral” e “bons costumes”. Vimos que, embora a tentativa de silenciar os “dissidentes sexuais” não tenha surgido unicamente a partir da ditadura de 1964, foi com o suporte dela que o Estado brasileiro ressignificou e se instrumentalizou legalmente de diversos meios para alimentar e propagar valores morais conservadores, resultando, muitas vezes, em censuras política e moral, ambas atuando em meios diferentes, mas a dispor de um mesmo projeto político.

A gestão da editora como uma empresa também foi marcada por outros desafios e atuações setorializadas. Paradoxalmente, a editora que tinha como uma das principais funções ajudar a vida financeira do jornal, só conseguiu alçar voo em um momento em que este já contava com certa estabilidade econômica. Deste modo, não seria demais afirmar que motivos ideológicos e políticos também influenciaram o início das atividades de editoração e decisões que fazem parte desse processo, como a escolha de títulos a serem editados.

Certamente a estabilidade aqui apresentada não significou robusta liberdade econômica, mas apenas a suficiente para que a Esquina lançasse a sua primeira obra, *Escola de libertinagem* (1980). Um período de forte incerteza econômica e de altas taxas de inflação, o que aumentava consideravelmente os preços dos principais insumos de uma editora como papel e tinta, formou os principais desafios econômicos enfrentados pela Esquina, o que nos permite concluir que a vida econômica da editora foi seu principal algoz. Com muitas ideias e pouco dinheiro para colocá-las em prática, a editora viu muitas obras ficarem apenas no campo das discussões, algumas até anunciadas em seu jornal, mas nunca editadas de fato.

Embora sejam destacadas a liberdade e democracia nas tomadas de decisões da editora, identificamos que Aguinaldo Silva e Francisco Bittencourt atuaram com reconhecida autonomia nesse processo. Traço comumente apresentado nos estudos a respeito do *Lampião da Esquina*, onde João Silvério Trevisan também aparece com relativo destaque. É na escolha dos títulos a serem publicados que a Esquina enfatiza sua atuação ideológica, sendo prioritárias as edições de obras onde as homossexualidades pudessem se ver, se reconhecer e se sentir.

Nessa perspectiva, os editores optaram por uma literatura marginalizada, dando preferência a obras de cunho homossexual ou que enfatizassem a liberdade sexual, o que também era comum ao jornal. A definição da linha editorial da Esquina não desconsiderou fatores econômicos que facilitariam as edições, como a seleção de autores novatos, que não teriam chances de publicação em editoras mais tradicionais e autores que já estariam livres da cobrança de direitos autorais.

Desse modo, enquadramos a Esquina na categoria de editoras de oposição, mas não somente isso. Ao estar intimamente ligada ao questionamento de preconceitos sexuais e destinar todo seu catálogo (físico ou ainda no campo das ideias) a obras que derrubavam ou abalavam essas estruturas, a Esquina Editora foi, também, uma editora homos(sexual). Sendo a primeira do país, de acordo com as minhas leituras e pesquisas, a destinar todos os seus esforços editoriais à temática das homossexualidades.

Do processo de discussão da Comissão Editorial até a materialidade do livro impresso, a Esquina contou com a atuação de poucos profissionais, *vide* sua condição financeira que não permitia a contratação de uma grande equipe, mas, mesmo em pequeno número, as atuações desses personagens foram fundamentais no processo de editoração e comercialização dos livros, como a montagem e arte-final de Antonio Carlos Moreira, a revisão de Lúcia Mousinho, a coordenação editorial de Sandra Siqueira e o apoio administrativo do sr. Maurício.

O *Lampião da Esquina* foi a principal vitrine de comercialização dos livros editados pela Esquina. Em anúncios nas seções “Biblioteca Universal Guei”, “Tendências” e “Literatura”, as obras entravam em contato com leitores de todo Brasil. A partir disso, os interessados podiam comprar via envio postal, método de venda encontrado para driblar desafios como o julgamento de ler um “jornal homossexual” ou “livros homossexuais”. Encontramos evidências que a maior parte das vendas tenha sido feita por tal modalidade, tendo em vista que poucas livrarias e bancas aceitaram vender as obras da Esquina.

Ainda no âmbito do contexto administrativo, a falta de planejamento e separação orçamentária entre Esquina e *Lampião* mostrou-se como uma grande deficiência da empresa.

Com base em documentos, conseguimos identificar que, pelo menos entre os anos de 1978 ao início de 1980, a Esquina acumulava prejuízo, tendo que recorrer a sua reserva de recursos próprios para pagar débitos. Embora não tenhamos documentos que apresentem a situação financeira entre 1980 e 1981, as entrevistas realizadas sustentam que tal dificuldade foi presente durante toda a existência da Esquina.

Soma-se a isso, a falta de planejamento comercial para cada livro editado, onde Aguinaldo Silva assume que não havia elaboração de estratégias bem definidas para comercialização, a fim de obter lucros satisfatórios e que permitissem a continuidade das atividades de forma economicamente saudável. Esse ponto é mais uma evidência, ao nosso ver, de que a editora não cumpria apenas uma função econômica, mas também política. De acordo com Aguinaldo Silva,⁹⁶ havia na época forte interesse por livros que abordassem a temática homossexual, e ter uma editora que atuasse nesse segmento era uma necessidade.

A falta desse planejamento administrativo fica mais evidente quando analisamos os lançamentos de *Prova de fogo* (1981) e *A bicha que ri* (1981). O primeiro certamente foi o livro que contou com mais espaço na imprensa e ganhou destaque por ter ligação com um filme que contava com atores famosos. Tal engajamento, no entanto, não resultou necessariamente em vendas extraordinárias. Por outro lado, *A bicha que ri* não teve forte repercussão na imprensa e foi o livro mais vendido da editora, sendo, de acordo com os entrevistados, o livro mais anárquico e provocativo da Esquina, gerando reflexões e provocações necessárias sobre as homossexualidades.

À vista disso, concluímos que a Esquina Editora e suas atividades editoriais serviram como ponto de encontro de leitores que já marcavam presença no seu principal produto, *Lampião da Esquina*. Mesmo com essa forte dependência do público do jornal, não podemos resumir a árdua missão de edição de livros de temática homossexual em tempos de repressão e de fortes preconceitos contra as homossexualidades. Desse modo, balanceando seus propósitos econômicos, políticos e ideológicos, podemos dizer que a Esquina atuou de forma engajada, através da literatura, para ampliar as possibilidades de representação, diversidade e democracia. Acreditamos que esta pesquisa preenche, de certo modo, determinada lacuna historiográfica a respeito da atuação do *Lampião da Esquina* e a Esquina Editora. Mas não somente isso, esperamos também despertar novos estudos sobre a história da edição de livros de temática homossexual nos anos posteriores à Esquina. Acreditamos que tais análises se mostrarão frutíferas para compreendermos ainda mais o presente e o futuro.

⁹⁶ SILVA, A. em entrevista ao autor (2020).

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. D. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, problemas e práticas**. n. 48, p. 53-65, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n48/n48a05.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2020.
- ARAÚJO, M. P. N. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ARQUIVO NACIONAL. Como eles agem. 1970. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1180816&v_aba=1>. Acesso em: 19 de maio de 2020.
- _____. Jornalismo a serviço dos homossexuais – "Imprensa Gay". 18 de jan. de 1978. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1135/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1135_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 30 de jul. de 2020.
- BÄCHTOLD, C. **Contabilidade básica**. Curitiba: e-Tec Brasil, 2011. Disponível em: <http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/contabil_basica.pdf>. Acesso em: 20 de set. de 2020.
- BANDEIRA, M. L. G. **Será que ele é? Sobre quando Lampião da Esquina colocou as cartas na mesa**. São Paulo: [s.n.], 2006. 129 f. p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BARCELLOS, J. C. **Literatura e homoerotismo em questão**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.
- BITTENCOURT, F. **A bicha que ri**. Rio de Janeiro: Esquina Editora, 1981.
- BOURDIEU, P.; (TRAD.) SALGADO, L. S.; MUNIZ JR, J. D. S. Uma revolução conservadora na edição. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 39, p. 198-249, nov. de 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/329285767_Uma_revolucao_conservadora_na_edicao>. Acesso em: 20 de out. de 2020.
- BRASIL. Decreto-lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.
- BRASIL. Congresso Nacional, p. 1.083-1.084, 7 de maio de 1970. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD07MAI1970.pdf#page=3>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

CNPJ ROCKS. Disponível em: <<https://cnpj.rocks/cnpj/29529856000130/esquina-editora-de-livros-jornais-e-revistas-ltda.html>>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

CRISE do papel afeta a indústria do livro. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 131, abr. de 1974. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Conjun_D70&Pasta=&Pesq=>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

DALCASTAGNÈ, R. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Vinhedo; Rio de Janeiro: Editora Horizonte; Editora da Uerj, 2012.

DARNTON, R. What is the history of books? **Daedalus**, v. 111, n. 3, p. 65-83, 1982. Disponível em: <<http://sbproxy.fgv.br/login?url=https://www.jstor.org/stable/20024803>>. Acesso em: 23 de out. de 2020.

DOCUMENTÁRIO Lampião da Esquina. Direção: Lívia Perez. [S.l.]: Doctela, 2016.

DURHAN, E. R. **Movimentos sociais**: a construção da cidadania. São Paulo: Novos Estudos Ceprap, 1984.

EARP, F. S.; PRADO, L. C. D. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. D. A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

O ESTADO DE S.PAULO. Brasil contra novos conceitos de segurança. 9 de set. de 1973. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730909-30200-nac-0017-999-18-not>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

_____. General denuncia ação subversiva. 18 de nov. de 1975. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19751118-30875-nac-0028-999-28-not>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

_____. Um plano contra a imprensa “alternativa”, São Paulo. 18 de abr. de 1979. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19790418-31929-nac-0014-999-14-not>>. Acesso em: 15 de set. de 2020.

_____. Antes da estreia, filme já é um caso de Justiça. 20 de dez. de 1980. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19801220-32447-nac-0015-999-15-not>>. Acesso em: 7 de ago. de 2020.

FERNANDES, M. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Orgs.). **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFScar, 2015.

- FERREIRA, J. P. **Editando o editor**. São Paulo: Edusp, 1992.
- FICO, C. **Prezada censura**: cartas ao regime militar. Rio de Janeiro: Topoi, p. 251-286, 2002.
- _____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 de mar. de 2021.
- FRANCO, B. M. Repressão no Itamaraty: os tempos do AI-5. **O Globo**, 28 de jun. de 2009, p. 10. Disponível em: <acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020090628>>. Acesso em: 19 de maio de 2020.
- FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.
- GASPARI, E. **A ditadura derrotada**: o sacerdote e o feiticeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.
- _____. **A ditadura encurralada**: o sacerdote e o feiticeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.
- _____. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- GOMBRICH, E. H. **Arte e ilusão**: um estudo da psicologia da representação pictórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1995. Disponível em: <https://www.academia.edu/36576983/GOMBRICH_E_H_Arte_e_ilus%C3%A3o>. Acesso em: 10 de set. de 2020.
- GONZAGA, S. Literatura marginal. In: FERREIRA, J. F. (Org.). **Crítica literária em nossos dias e literatura marginal**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1981.
- GREEN, J. N. “Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”. Uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. **Acervo**, Rio de Janeiro, p. 53-82, 2014.
- _____. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2017.
- HINGST, B. **Projeto ideológico cultural no regime militar**: o caso da Embrafilme e os filmes históricos e adaptações de obras literárias. 2013. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.27.2013.tde-23082013-092350.

HOLLANDA, H. B.; GONÇALVES, M. A. Política e literatura: a ficção da realidade brasileira. In: FILHO, A. F.; HOLLANDA, H. B.; GONÇALVES, M. A. **Anos 70: literatura**. Rio de Janeiro: Europa, 1980.

JORNAL DO BRASIL. Coronel revela que química, sexo e cirurgia são usados para doutrinação comunista. 19 de nov. de 1975. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19751119&printsec=frontpage&hl=pt-PT>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

_____. Títulos Novos. 30 de out. de 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=15278>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

_____. Alegorias e feitiços. 23 de maio de 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=25259>. Acesso em: 7 de ago. de 2020.

_____. Questão de justiça. 28 de set. de 1982. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=prova%20de%20fogo&pagfis=50363>. Acesso em: 7 de ago. de 2020.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2018.

MAIOR, P. S. **Assumir ou não assumir: o Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

MARCONI, P. **A censura política na imprensa brasileira**. São Paulo: Global Editora, 1980.

MAUÉS, F. **Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984**. São Paulo: Publisher, 2013.

_____. Livros, editoras e oposição à ditadura. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, p. 91-104, abr. de 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 de out. de 2020.

MCRAE, E. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “abertura”. In: GREEN, J. et al. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

MEDEIROS, N. O objecto dúctil: a emergência de uma sociologia histórica da edição. **Tempo Social**, São Paulo, v. 22, p. 241-261, nov. de 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12647/14424>>. Acesso em: 23 de out. de 2020.

- MENEGUELLO, R. PT, **a formação de um partido 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOREIRA, A. C. **Entrevista concedida a Ícaro Jatobá**. Rio de Janeiro. 2020.
- MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.
- PEREIRA, L. L. C. **A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela Polícia Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010. 248 f. p. Tese de doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
- QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. São Paulo: [s.n.], 2017. 311 f. p. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.
- _____. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, J. et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.
- _____. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Direito e Praxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 1727-1755, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662020000301727&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 de set. de 2020.
- REIMÃO, S. “Proíbo a publicação e circulação.” – censura a livros na ditadura militar. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 79, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v28n80/08.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2020.
- _____. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2019.
- REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- RODRIGUES, J. C. A imprensa gay do Brasil. In: GREEN, J., et al. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2015.
- SADE, M. D. **Escola de libertinagem**. Rio de Janeiro: Esquina Editora, 1980.
- SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALES, N. R. **Prova de fogo**. Rio de Janeiro: Esquina Editora, 1981.
- _____. **Entrevista concedida a Ícaro Jatobá**. Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, L. C. D. **Cara ou cachorra? Um jogo discursivo de-como-ser sujeito.** Florianópolis: [s.n.], 1997. 201 f. p. Dissertação de Mestrado em Letras-Linguísticas da Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Comunicação e Expressão.

_____. Harry Laus – sujeito e texto. **Humanities, Applied Social Sciences, Linguistics, Letters and Arts**, v. 10, n. 1, p. 111-129, 2002. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/19/16>>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

SCHMIDT, R. T. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. In: EBLE, L. J.; DALCASTAGNÈ, R. **Literatura e exclusão.** Porto Alegre: Zouk, 2017.

SILVA, A. **Turno da noite:** memórias de um ex-repórter de polícia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

_____. **Entrevista concedida a Ícaro Jatobá.** Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, C. R. D. **Reinventando o sonho:** história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. São Paulo: [s.n.], 1998. 674 f. p. Dissertação de Mestrado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SILVA, F. C. T. D. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. D. A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano:** o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, R. D. B. **O Marquês de Sade no Brasil:** tradução, recepção e crítica de Historiettes, Contes Et Fabliaux. Brasília: [s.n.], 2016. 296 f. p. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/21839>>. Acesso em: 3 de set. de 2020. Dissertação de Mestrado em Estudos da Tradução – Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília.

SOUZA, R. de. **"Saindo do gueto":** o movimento homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TELES, A.; LEITE, R. S. C. **Da guerrilha à imprensa feminista:** a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VENTURA, Z. **1968:** o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

VIEIRA, M. A. B. **Os papéis de Harry Laus:** um perfil do crítico de arte no jornalismo brasileiro. Florianópolis: [s.n.], 2009. 374 f. p. Dissertação de Mestrado em Letras – Universidade Federal de Santa Catarina.